



Starboard
RESTRUCTURING PARTNERS

Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira do Grupo UTC

UTC Participações S.A.
UTC Engenharia S.A.
Constran S.A Construções e Comércio
Cobrazil S.A.
Niterói Reparos Navais Ltda.
Cobrena Cia de Reparos Marítimos e Terrestres Ltda.
Patrimonial Volga S.A.
UTC Investimentos S.A.
Mape S.A. Construções e Comércio
Norteoleum Exploração e Produção S.A.
UTC Desenvolvimento Imobiliário S.A.
Transmix Engenharia, Indústria e Comércio S.A.

Todas em processo de Recuperação Judicial – Processo 1069420-76.2017.8.26.0100, em curso perante o Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho.

Outubro, 2017



- O presente Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira (“Laudo de Viabilidade” ou “Laudo”) foi elaborado pela Starboard Restructuring Partners S.A. (“Starboard”) para fins de emissão de um laudo técnico sobre a viabilidade econômico-financeira do Plano de Recuperação Judicial (“Plano de Recuperação”) da UTC Participações S.A. – em recuperação judicial (“UTCPar”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 02.164.892/0001-91; UTC Engenharia S.A. – em recuperação judicial (“UTC Engenharia”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 44.023.661/0001-08; Constran S.A. Construções e Comércio – em recuperação judicial (“Constran”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 61.156.568/0001-90; Cobrazil S.A. – em recuperação judicial (“Cobrazil”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 33.036.195/0001-89; Niterói Reparos Navais Ltda. – em recuperação judicial (“Naval”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 07.956.625/0001-70; Cobrena Cia de Reparos Marítimos e Terrestres Ltda. – em recuperação judicial (“Cobrena”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 33.958.638/0001-99; Patrimonial Volga S.A. – em recuperação judicial (“Volga”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 02.044.407/0001-46; UTC Investimentos S.A. – em recuperação judicial (“UTC Investimentos”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 15.580.266/0001-28; Mape S.A. Construções e Comércio – em recuperação judicial (“Mape”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 03.225.984/0001-05; Norteoleum Exploração e Produção S.A. – em recuperação judicial (“NortOleum”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 14.456.210/0001-78, UTC Desenvolvimento Imobiliário S.A. – em recuperação judicial (“UTC DI”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 03.670.800/0001-08 e Transmix Engenharia, Indústria e Comércio S.A.– em recuperação judicial (“Transmix”), sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 60.955.465/0001-28. O Grupo UTC ajuizou seu pedido de recuperação judicial em 17 de Julho de 2017. O pedido foi distribuído para o juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de São Paulo/SP e o deferimento da recuperação judicial ocorreu em 17 de agosto de 2017 para as empresas do grupo supracitadas, tendo sido nomeado como Administrador Judicial o Laspro Consultores Ltda., inscrito no CNPJ 22.223.371/0001-75, representado por Oreste Nestor de Souza Laspro, OAB/SP nº 98.628.
- A Starboard, seus acionistas, sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, seus diretores, empregados e representantes não expressam nenhuma opinião, não garantem e nem assumem qualquer responsabilidade pela correção, suficiência, consistência ou completude de qualquer das informações aqui apresentadas, por qualquer omissão ou por quaisquer perdas ou danos, de qualquer natureza, que decorram do uso das informações contidas neste Material, ou que sejam obtidas por qualquer outro meio. A Starboard não é responsável pela conclusão das operações descritas neste Material e seu conteúdo não deve ser interpretado como aconselhamento financeiro, tributário, fiscal, jurídico ou de qualquer outra natureza. A Starboard não assume nenhuma responsabilidade em atualizar, revisar, retificar ou anular esta apresentação em virtude de qualquer acontecimento.
- O Laudo de Viabilidade foi elaborado tomando como base informações públicas e informações fornecidas pela Companhia, com o objetivo de proporcionar o conhecimento necessário a respeito de seu modelo de negócios e dar suporte à Starboard na emissão de um parecer sobre sua viabilidade econômico-financeira no contexto do Plano de Recuperação, no âmbito da Lei nº 11.101/05, art.53 (“Lei de Falência e Recuperação de Empresas”).
- Este Laudo de Viabilidade não leva em consideração eventuais ganhos ou perdas operacionais e financeiras que possam haver posteriormente. As análises e avaliações contidas neste Laudo de Viabilidade foram baseadas em previsões de resultados financeiros futuros. Este Laudo de Viabilidade não é necessariamente indicativo de resultados futuros reais, que poderão ser significativamente mais ou menos favoráveis do que os sugeridos nessas projeções, tendo em vista, ainda, que estas análises são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão fora do controle da Starboard. Desta forma a Starboard não assume qualquer responsabilidade caso os resultados futuros difiram substancialmente das projeções apresentadas no Laudo de Viabilidade e não presta qualquer representação ou garantia em relação a tais estimativas.

- As premissas utilizadas na elaboração deste Laudo de Viabilidade foram, em grande parte, fornecidas pela Companhia e refletem sua expectativa em relação ao futuro, tendo impacto nos negócios atuais e futuros da Companhia e, portanto, em suas projeções financeiras. Para fins da análise e conclusões neste Laudo de Viabilidade, foram realizados os seguintes procedimentos, dentre outros: (i) revisão das demonstrações financeiras da Companhia nos últimos anos e na data-base de 31 de dezembro de 2016; (ii) análise e projeções financeiras da Companhia, elaboradas por sua própria administração; (iii) análise de outras informações públicas e não públicas, tais como estudos financeiros, análises, pesquisas e critérios financeiros, econômicos e de mercado que foram considerados relevantes e de fontes consideradas confiáveis; (iv) revisão e discussão com a administração do Grupo UTC acerca das projeções, premissas e estimativas financeiras, operacionais e gerenciais; (v) saldos de caixa e bancos, empréstimos e outras obrigações de dívida; e (vi) outras informações disponíveis ao público em geral.
- A Starboard também adotou como pressuposto para a elaboração do presente Laudo de Viabilidade a confiança na exatidão, precisão, conteúdo, veracidade, completude, suficiência e integralidade da totalidade das informações que foram fornecidas, obtidas ou discutidas junto a Companhia ou de outras informações públicas e não públicas, em todos seus aspectos relevantes. A Starboard não foi solicitada a realizar, e não realizou, (i) qualquer verificação de modo independente em relação a qualquer Informação ou documentação que as embaça que estivesse disponível publicamente ou a ele disponibilizada pela Companhia, seus representantes ou quaisquer terceiros na preparação do presente Laudo de Viabilidade, de forma que não assume qualquer responsabilidade sobre quaisquer de tais informações, (ii) auditoria técnica das operações da Companhia, assim como auditoria de natureza contábil, financeira, legal, fiscal ou de qualquer espécie na Companhia ou em quaisquer terceiros, (iii) verificação independente ou avaliação de quaisquer ativos ou passivos (incluindo qualquer contingência, responsabilidade ou financiamento não contabilizado, propriedade ou ativos) da Companhia; (iv) avaliação da solvência da Companhia, de acordo com qualquer legislação de falência, insolvência ou questões similares; ou (v) qualquer inspeção física das propriedades, instalações ou ativos da Companhia. Além disso, não acreditamos que os administradores e executivos da Companhia estavam cientes de qualquer fato ou circunstância que fizesse com que tais informações se tornassem inexatas ou transmitissem um entendimento equivocado.
- A Starboard não expressa parecer ou qualquer declaração, expressa ou implícita, ou garantia relacionada sobre a fidedignidade da apresentação das Informações mencionadas e tampouco assume qualquer responsabilidade pela exatidão, precisão, conteúdo, veracidade, completude, suficiência e integralidade da totalidade dos dados e Informações nas quais este Laudo de Viabilidade se embasou (incluindo projeções financeiras e operacionais fornecidas pela administração da Companhia ou presunções e estimativas nas quais tais projeções se basearam). A Starboard ressalta que quaisquer erros, alterações ou modificações nessas informações poderiam afetar significativamente as análises da Starboard.
- Este Laudo de Viabilidade contém premissas e estimativas futuras (“Premissas e Estimativas”). Premissas e Estimativas podem ser identificadas por expressões como “antecipa”, “pretende”, “planeja”, “busca”, “acredita”, “estima”, “espera”, e referências similares a períodos futuros, e pela inclusão de previsões ou projeções. Premissas e Estimativas são baseadas em expectativas atuais, e assumidas considerando o ramo de atuação da Companhia, sua condição financeira, a economia e outras condições futuras. Por serem relacionadas com o tempo futuro, Premissas e Estimativas estão sujeitas a incertezas, riscos e mudanças em circunstâncias difíceis de serem previstas. Os resultados atuais da Companhia podem diferenciar materialmente daqueles contemplados pelas Premissas e Estimativas. Resultados passados não são indicativos de performance futura, portanto não é possível adotar qualquer das Premissas e Estimativas como fato histórico ou garantia de performance futura. Fatores importantes que podem causar diferenças materiais sensíveis às Premissas e Estimativas incluem condições regionais, nacionais, ou globais de política, economia, negócios, concorrência, mercado e regulação, incluindo riscos regulatórios ou ambientais, risco de responsabilização de proprietários anteriores de imóveis da Companhia e riscos operacionais incluindo acidentes industriais e desastres industriais, manejo de operações estrangeiras, mudanças tecnológicas e capacidade para adquirir ou renovar permissões e aprovações. O Laudo de Viabilidade é necessariamente baseado em condições econômicas, monetárias, de mercado e outras em vigor, bem como em informações disponibilizadas pelo Grupo UTC, e a Starboard não assume qualquer responsabilidade de atualizar, revisar ou reafirmar o Laudo de Viabilidade com base em circunstâncias, desenvolvimentos ou eventos que ocorram após esta data.

Aviso legal

- A Starboa não é responsável pela conclusão das operações descritas neste Laudo de Viabilidade e seu conteúdo não deve ser interpretado como aconselhamento financeiro, tributário, jurídico ou de qualquer outra natureza. Este Laudo de Viabilidade foi preparado a pedido do Grupo UTC e não deve ser interpretado por qualquer credor como recomendação de investimento ou opinião em relação ao processo de recuperação judicial nº 1069420-76.2017.8.26.0100, em curso perante à 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, Estado de São Paulo ("Recuperação Judicial"). Este Laudo deverá ser considerado somente em sua totalidade para fins de avaliação independente e, portanto, qualquer análise ou conclusão baseada em partes isoladas ou segmentos tomados fora do contexto geral do Laudo de Viabilidade será considerada incompleta e, possivelmente, incorreta.
- Finalmente, o presente Laudo de Viabilidade deve ser utilizado unicamente para o encaminhamento ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme estabelecido na Lei nº 11.101/05, art. 53.

São Paulo, 22 de Outubro de 2017

Fábio Vassel

Warley Pimentel

Pedro Bianchi

Paulo Mendonça

Claudia Hoshiba

Rodrigo Pizarro

Yuri Barão

- O presente Laudo de Viabilidade foi elaborado pela Starboard Restructuring Partners como subsídio ao Plano de Recuperação Judicial e está sujeito às premissas e assunções nele expressadas.
- Este laudo tem como objetivo avaliar a viabilidade econômico-financeira das Recuperandas analisando o Plano de Recuperação Judicial proposto, verificando a continuidade de suas operações e buscando a maximização de retorno para credores, colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas e a comunidade da qual fazem parte. Isso ocorrerá com a estabilização decorrente da estratégia de retomada. Ressalta-se que os estudos realizados não contemplam a análise de viabilidade das Recuperandas sob a ótica de aspectos societários, tributários e legais.
- O plano de retomada considera a execução de diversas ações, entre elas:
 - (i) Implementação de medidas para buscar maior geração de caixa, incluindo, mas não se limitando, a análise de fontes de receitas diversas, redução de custos e despesas, melhoria de performance operacional e venda de ativos não operacionais;
 - (ii) Adesão a melhores práticas de governança corporativa e busca por transparência com todas as partes com as quais a UTC se relaciona;
 - (iii) Redefinição do plano estratégico de atuação para segmentos em que a Companhia possui vantagens competitivas buscando maximizar o valor adicionado;
 - (iv) Através do plano proposto, a UTC pretende equalizar seu passivo, voltando a apresentar uma situação de solvência financeira que permita a continuidade de suas operações.
- Não foi considerado no presente Laudo de Viabilidade Econômica eventuais mudanças nos mercados em que a UTC está inserida bem como em seu ambiente regulatório, que podem gerar impactos adversos para as empresas do setor e/ou para as empresas do Grupo UTC.
- Considerando a estratégia de implementação e a efetivação das premissas assumidas neste Laudo de Viabilidade Econômica, concluímos que o Plano de Recuperação Judicial proposto possibilitará a superação da atual crise financeira, viabilizando a continuidade de suas operações.

Empresas do grupo UTC após processo de recuperação judicial: foco no *core business*

fls. 10569



Compliance

Foco em ampliar as sinergias destas companhias para criação de um cluster de apoio ao segmento *offshore*



- ✓ Construção de plataformas e refinarias
- ✓ Construção de módulos
- ✓ Jumpers submarinos
- ✓ *Manifolds*
- ✓ Químicos
- ✓ Petroquímicos
- ✓ Energia
- ✓ Terminal, *Tanks*
- ✓ Construção e Montagem *offshore* (contratos de manutenção)
- ✓ *Hook-up*
- ✓ *Decommissioning*

- ✓ Reparos Navais sobre dique flutuante
- ✓ Reparos *offshore*
- ✓ Apoio logístico para embarcações

- ✓ Terminal alfandegado
- ✓ Logística aduaneira
- ✓ Entrepasto industrial
- ✓ Regime D.A.C

- ✓ Aço e metalurgia
- ✓ Mineração
- ✓ Papel e celulose
- ✓ Montagem eletromecânica

- ✓ Infraestrutura & Construção

- ✓ Produção *onshore* de O&G



- ✓ Incorporação de empreendimentos comerciais e/ou empresariais

- ✓ PPP¹ para construção e prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 do metro (SP)

- ✓ Participação na concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos

Pagamento das Dívidas Classe I e IV:

- Os Créditos de natureza trabalhista serão integralmente pagos em até 12 (doze) meses, a contar da homologação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), conforme o disposto no artigo 54, da LRF. A sua correção monetária e a incidência de juros ocorrerá de acordo com os índices aplicados pela Justiça do Trabalho.
 - Os Créditos de natureza estritamente salarial que tiveram o seu vencimento nos 03 (três) meses que antecederam a impetração do pedido de recuperação judicial, caso já não tenham sido pagos, serão pagos em até 30 (trinta) dias, a contar da homologação do Plano, observado o teto de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, nos moldes do parágrafo único, do artigo 54, da LRF.
- Todos os Credores Microempresários ou Empresários de Pequeno Porte, os quais possuam o seu crédito listado na Classe IV, serão pagos em 36 (trinta e seis) meses, vencendo-se a primeira parcela no 1º (primeiro) mês após a homologação do PRJ e as demais parcelas nos mesmos dias dos meses subsequentes. O crédito será corrigido, a partir do 13º (décimo terceiro) mês após a homologação do presente Plano, pela Taxa Referencial (TR) acrescida de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano. Estes valores serão pagos mensalmente a partir do 13º (décimo terceiro) mês, após a homologação do Plano.

Pagamento das Dívidas Extraconcursais, Classe II e Classe III:

- Criação de debênture na qual a companhia poderá amortizar antecipadamente seu pagamento de acordo com o recebimento dos créditos abaixo:
 - (i) dos recebíveis da venda de ativos non-core: ativos fixos de real-estate (Colina Sul) e ações de Viracopos;
 - (ii) do fluxo de recebíveis de claims¹ (alienação fiduciária dos recebíveis aos credores);
 - (iii) de fluxo de 30 % do caixa livre² do Grupo UTC reestruturado (30% do *economics*).Detalhando (i) e (ii):
 - a) Claims¹ (Valor líquido esperado): R\$ 2.678 M;
 - b) Colina Sul: R\$ 130 M³;
 - c) Potencial Recebíveis Viracopos: R\$ 150 M⁴.
- Prioridade no recebimento das dívidas:
 - a) Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures:
 - Se refere a 1ª (primeira) série da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures destinada aos Credores que tenham subscrito e integralizado créditos decorrentes de Empréstimo DIP contraído após o pedido de recuperação judicial. O valor máximo dessa série será de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), sendo certo que esses debenturistas terão preferência de recebimento sobre qualquer outro credor do Grupo UTC;
 - A Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures será amortizada em até 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua emissão;
 - A Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures será remunerada pelas taxas de mercado à época da sua emissão;
 - b) Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures:
 - Se refere a 2ª (segunda) série da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures destinada aos Credores Extraconcursais Aderentes. O valor máximo dessa série será de até R\$ 734.000.000,00 (setecentos e trinta e quatro milhões de reais), sendo certo que os credores dessa série terão preferência de recebimento sobre a Terceira Série da Quarta Emissão de Debêntures e Debêntures Quinta Emissão, e serão subordinados à Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures, se houver a concessão de um Empréstimo DIP, ou ao valor que será destinado às Recuperandas, no valor de até R\$350MM
 - A Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures serão amortizadas em 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% (cinquenta por cento) do seu valor no 132º mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% (cinquenta por cento) do crédito no 264º mês após a homologação do PRJ
 - A remuneração da Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR (Taxa Referencial). Os juros e a correção monetária estipulado nesta cláusula incidirão anualmente a partir do 18º (décimo oitavo) mês da publicação da homologação do PRJ

Notas: 1. Valor líquido dos ativos jurídicos e pleitos prováveis. O grupo poderá destinar parte destes ativos ao pagamento da dívida do PRJ; 2. Entende-se que este pagamento ocorrerá mediante disponibilidade de caixa e será calculado da seguinte forma: (i) EBIT – (ii) CAPEX – (iii) pagamento de tributos correntes – (iv) amortização e juros do Acordo de Leniência firmado com Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (“CGU”) e Advocacia Geral de União (“AGU”) e, ainda, Termo de Compromisso de Cessão firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) – (v) passivo tributário + (vi) receita financeira + (vii) depreciação + (viii) resultados não operacionais líquidos (descontadas as baixas contábeis referentes a venda de ativos, quando aplicável), respeitando a condição de retenção de caixa mínimo de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigido a IPCA anualmente desde a Data de Emissão; 3. Com base em informações da companhia; 4. Valor estimado. Fonte: Grupo UTC e Starboard Restructuring Partners

c) **Terceira Série da Quarta Emissão de Debêntures:**

- Se refere a 3ª (terceira) série da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures para credores detentores de Garantia Real – Classe II. O valor máximo dessa série será de até R\$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), sendo certo que os credores dessa série terão preferência de recebimento sobre as Debêntures Quinta Emissão, e serão subordinados à Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures, se houver a concessão de um Empréstimo DIP, ou ao valor que será destinado às Recuperandas, e à Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures;
- A Terceira Série da Quarta Emissão será amortizada em 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, vencendo-se a primeira parcela, a qual equivale a 50% (cinquenta por cento) do seu valor no 132º (centésimo trigésimo segundo) mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% (cinquenta por cento) do crédito no 264º (ducentésimo sexagésimo quarto) mês, após a homologação do plano de recuperação judicial;
- A remuneração das Debêntures desta série se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR. (Taxa Referencial) Os juros e a correção monetária estipulado nesta cláusula incidirão anualmente a partir do 18º (décimo oitavo) mês da publicação da homologação do plano de recuperação judicial;

d) **Quinta Emissão de Debêntures:**

- Se refere à única série da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures destinada ao pagamento dos Credores Quirografários – Classe III. O valor máximo dessa Emissão de Debêntures será de até R\$ 2.474.000.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e setenta e quatro milhões de reais), sendo certo que os credores dessa série serão subordinados à Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures, se houver a concessão de um Empréstimo DIP, ou ao valor que será destinado às Recuperandas, à Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures e à Terceira Série da Quarta Emissão de Debêntures;
- As Debêntures Quinta Emissão emitidas pela UTC Participações serão pagas em 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% (cinquenta por cento) do seu valor no 132º (centésimo trigésimo segundo) mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% (cinquenta por cento) do crédito no 264º (ducentésimo sexagésimo quarto) mês, após a homologação do plano de recuperação judicial;
- A remuneração das Debêntures desta série se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR. (Taxa Referencial) Os juros e a correção monetária estipulado nesta cláusula incidirão anualmente a partir do 18º (décimo oitavo) mês da publicação da homologação do plano de recuperação judicial;

- O Grupo UTC deverá alienar a sua participação societária na sociedade Aeroportos Brasil S.A. e o imóvel denominado Colina Sul. A alienação destes bens ou ainda, de quaisquer outros bens do Grupo UTC, poderá ser realizada de forma direta, ou ainda, através da constituição de Unidades Produtivas Isoladas (UPI), sendo certo que, nesta última hipótese, os bens serão alienados na forma dos artigos 60 e 142 da LRF, o que implica na sua transferência aos compradores livres de quaisquer ônus e sem qualquer sucessão das dívidas Concursais e Extraconcursais objeto do PRJ;
- De modo a garantir/reforçar a reestruturação e o caixa dos ativos core da UTC Reestruturada (Constran, UTC Engenharia, Cobrazil, Clia Porto e Norte Oleum), os recursos provenientes dos recebíveis dos claims e venda de ativos serão destinados até um limite de R\$ 350M (líquido) para capital de giro para (i) novos projetos da Constran, UTC Engenharia, Cobrazil, Clia Porto e Norte Oleum assim como (ii) pagamento de dívidas tributárias, Classe I e Classe IV;
- Caso os bens supracitados (participação societária na sociedade Aeroportos Brasil S.A. e o imóvel Colina Sul) ou os ativos oferecidos em garantia sejam alienados ou ainda, os Ativos Jurídicos sejam recebidos, os valores serão destinados ao pagamento das Debêntures, sendo certo que, se não ocorrer a concessão do Empréstimo DIP, será resguardado às Recuperandas o valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).

Extra concursal

- Todos os Credores detentores de Debêntures da UTC Participações e UTC Engenharia, os quais tenham recebidos em alienação fiduciária os bens e direitos do Grupo UTC listados anexo 06, bem como os demais Credores Extraconcursais Aderentes serão pagos por meio de Debentures da Segunda Série da Quarta Emissão. O valor desta emissão está limitado à R\$ 734.000.000,00. (setecentos e trinta e quatro milhões de reais).
- Debêntures da Segunda Série da Quarta Emissão emitidas pela UTC Participações serão pagas em 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% (cinquenta por cento) do seu valor no 132º mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% (cinquenta por cento) do crédito no 264º mês após a homologação do PRJ.
- Da remuneração A remuneração das Debêntures se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR. (Taxa Referencial).

Classe I (trabalhista)

- Os Créditos de natureza trabalhista serão integralmente pagos em até 12 (doze) meses, a contar da homologação do PRJ, conforme o disposto no artigo 54, da LRF. A sua correção monetária e a incidência de juros ocorrerá de acordo com os índices aplicados pela Justiça do Trabalho.
- Dos salários vencidos - Os Créditos de natureza estritamente salarial que tiveram o seu vencimento nos 03 (três) meses que antecederam a impetração do pedido de recuperação judicial, caso já não tenham sido pagos, serão pagos em até 30 (trinta) dias, a contar da homologação do Plano, observado o teto de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, nos moldes do parágrafo único, do artigo 54, da LRF.
- Os Créditos de natureza trabalhista – Classe I serão pagos com os recursos decorrentes do Empréstimo DIP, ou ainda, com a venda dos ativos que lhe foram dados em garantia, ou ainda, com o fluxo de caixa corrente das empresas que compõe o Grupo UTC.

Classe II e III

- Os Créditos detidos pelos Credores detentores de Garantias Reais Classe II serão subscritos e integralizados na Terceira Série da Quarta Emissão de Debêntures que serão emitidas pela UTC Participações.
- As Debêntures da Terceira Série da Quarta Emissão da UTC Participações serão pagas em 264 meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% do seu valor no 132º mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% do crédito no 264º mês após a homologação do Plano.
- A remuneração das Debêntures se dará através de juros remuneratórios de 0,5% ao ano, acrescido da correção monetária pela TR. (Taxa Referencial).
- Os Credores inseridos na classe III farão jus ao recebimento de pagamento inicial de R\$ 6.500,00 até o limite do valor de seu respectivo Crédito Quirografário, em pagamento parcial ou total, em até 60 dias da publicação da decisão que homologar o presente plano de recuperação judicial.
- Os Créditos Quirografários remanescentes, após o pagamento inicial, serão subscritos e integralizados nas Debêntures da Quinta Emissão a serem emitidas pela UTC Participações.
- As Debêntures Quinta Emissão emitidas pela UTC Participações serão pagas em 264 meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% do seu valor no 132º mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% do crédito no 264º mês, após a homologação do plano de Recuperação Judicial. A remuneração das Debêntures Quinta Emissão se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR (Taxa Referencial).
- Acordos de Leniência e acordo com o CADE: A companhia considera que é concursal (classe III).

Classe IV

- Todos os Credores Microempresários ou Empresários de Pequeno Porte, os quais possuam o seu crédito listado na Classe IV, serão pagos em 36 (trinta e seis) meses, vencendo-se a primeira parcela no 1º (primeiro) mês após a homologação do PRJ e as demais parcelas nos mesmos dias dos meses subsequentes. O crédito será corrigido, a partir do 13º (décimo terceiro) mês após a homologação do presente Plano, pela Taxa Referencial (TR) acrescida de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano. Estes valores serão pagos mensalmente a partir do 13º (décimo terceiro) mês, após a homologação do Plano

Demonstração de Resultados Consolidado

fls. 10574

Demonstrativo de Resultados	Unidade	2013A	2014A	2015A	2016A	jan-jun 2017	jul-dez 2017	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	4.365.476	4.089.946	2.134.537	2.037.005	378.545	118.778	998.071	2.008.517	2.528.293	3.104.732	3.585.737
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-6,3%	-47,8%	-4,6%	-75,6%	-75,5%	100,7%	101,2%	25,9%	22,8%	15,5%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	-305.583	-286.296	-149.418	-142.590	-42.446	-7.656	-86.502	-190.116	-257.889	-346.739	-387.997
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-11,2%	-6,4%	-8,7%	-9,5%	-10,2%	-11,2%	-10,8%
Receita Líquida	[R\$ mil]	4.059.893	3.803.650	1.985.119	1.894.415	336.099	111.123	911.570	1.818.401	2.270.404	2.757.993	3.197.739
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-6,3%	-47,8%	-4,6%	-76,4%	-76,4%	103,8%	99,5%	24,9%	21,5%	15,9%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	-3.502.857	-3.388.763	-1.951.824	-1.745.278	-375.476	-105.930	-796.488	-1.553.461	-1.915.099	-2.364.600	-2.724.647
<i>% sobre RL</i>	[%]	-97,2%	-97,2%	-97,2%	-97,2%	-97,2%	-97,2%	-87,4%	-85,4%	-84,4%	-85,7%	-85,2%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	557.036	414.887	33.295	149.137	-39.377	5.192	115.081	264.940	355.305	393.393	473.096
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-25,5%	-92,0%	347,9%	-122,9%	-122,9%	-436,6%	130,2%	34,1%	10,7%	20,3%
<i>Margem Bruta</i>	[%]	13,7%	10,9%	1,7%	7,9%	-11,7%	4,7%	12,6%	14,6%	15,6%	14,3%	14,8%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	-38.339	-50.946	-9.985	-5.580	-65.345	-13.967	-31.248	-40.154	-45.360	-41.843	-39.637
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-308.844	-369.787	-232.729	-155.632	-79.857	-47.502	-76.588	-79.058	-81.390	-84.103	-87.444
<i>% da RL</i>	[%]	-7,6%	-9,7%	-11,7%	-8,2%	-23,8%	-42,7%	-8,4%	-4,3%	-3,6%	-3,0%	-2,7%
(-/+) <i> Equivalência Patrimonial</i>	[R\$ mil]	39.444	51.392	-54.606	-230.796	-245.330	0	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	1,0%	1,4%	-2,8%	-12,2%	-73,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
EBIT	[R\$ mil]	249.297	45.546	-264.025	-242.871	-429.909	-56.277	7.246	145.728	228.554	267.446	346.015
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-81,7%	-679,7%	-8,0%	100,2%	100,2%	-101,5%	1911,2%	56,8%	17,0%	29,4%
<i>Margem EBIT</i>	[%]						-50,6%	0,8%	8,0%	10,1%	9,7%	10,8%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	38.339	50.946	9.985	5.580	65.345	13.967	31.248	40.154	45.360	41.843	39.637
EBITDA	[R\$ mil]	287.636	96.492	-254.040	-237.291	-364.564	-42.310	38.494	185.882	273.915	309.289	385.652
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-66,5%	-363,3%	-6,6%	71,5%	-75,5%	-109,5%	382,9%	47,4%	12,9%	24,7%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]	7,1%	2,5%	-12,8%	-12,5%	-108,5%	-38,1%	4,2%	10,2%	12,1%	11,2%	12,1%
(-/+) <i> Outras Despesas/Receitas não operacionais</i>	[R\$ mil]	55.217	99.608	-31.263	131.160	-40.418	-1.307.701	-5.198	134.603	1.106.609	180.452	-79.830
<i>% da RL</i>	[%]	1,4%	2,6%	-1,6%	6,9%	-12,0%	-117,6%	-0,6%	7,4%	48,7%	6,5%	-2,5%
(+)(-) <i> Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras</i>	[R\$ mil]	-106.934	-187.737	-260.882	-297.504	-137.316	-18.192	-77.915	-106.136	-116.672	-37.684	-29.581
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	197.580	-42.583	-556.170	-409.215	-607.642	-1.382.171	-75.868	174.195	1.218.492	410.214	236.604
<i>Margem EBT</i>	[%]	4,9%	-1,1%	-28,0%	-21,6%	-180,8%	-1243,8%	-8,3%	9,6%	53,7%	14,9%	7,4%
(-) Impostos e Diferido	[R\$ mil]	-40.295	-100.786	79.355	-11.967	0	-4.884	-11.240	-54.611	-305.539	-121.607	-121.304
<i>% EBT</i>	[%]	-20,4%	236,7%	-14,3%	2,9%	0,0%	0,4%	14,8%	-31,4%	-25,1%	-29,6%	-51,3%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	157.640	-142.887	-476.634	-421.049	-607.642	-1.387.055	-87.107	119.584	912.953	288.608	115.300
<i>Margem Líquida</i>	[%]	3,6%	-3,5%	-22,3%	-20,7%	-160,5%	-1167,8%	-8,7%	6,0%	36,1%	9,3%	3,2%



Starboard
RESTRUCTURING PARTNERS

São Paulo

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3311
1° andar - Itaim Bibi
São Paulo SP - Brasil - 04538-133
Telefone: +55 11 2679-0402

www.starboardpartners.com.br



Apresentação do Grupo UTC

UTC Participações S.A.
UTC Engenharia S.A.
Constran S.A Construções e Comércio
Cobrazil S.A.
Niterói Reparos Navais Ltda.
Cobrena Cia de Reparos Marítimos e Terrestres Ltda.
Patrimonial Volga S.A.
UTC Investimentos S.A.
Mape S.A. Construções e Comércio
Norteoleum Exploração e Produção S.A.
UTC Desenvolvimento Imobiliário S.A.
Transmix Engenharia, Indústria e Comércio S.A.

Outubro, 2017

O presente material (“Material”) foi elaborado pelo Grupo UTC (“UTC”, “Companhia”) para fins meramente informativos.

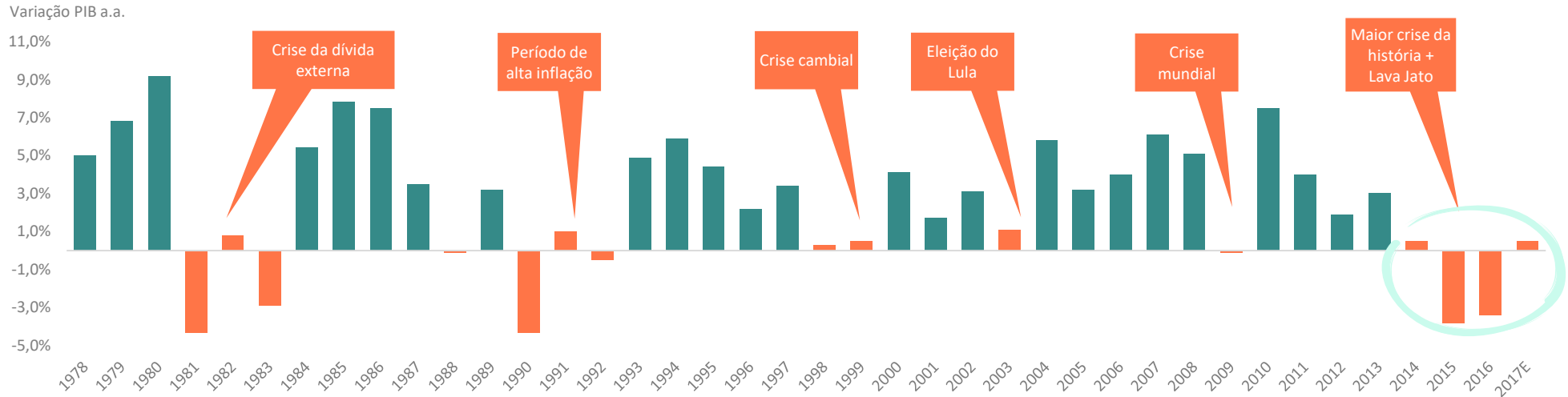
Este Material contém informações, estimativas e projeções elaboradas pela Companhia, além de informações coletadas ou revisadas por terceiros ou obtidas de fontes públicas. Tais informações estão sujeitas a erros, as estimativas e projeções estão sujeitas a riscos e incertezas e não há nenhuma garantia de que se concretizarão. Além disso, o conteúdo do Material não foi analisado e/ou verificado sob o ponto de vista legal, contábil, tributário, fiscal ou de qualquer outro ponto de vista que não o econômico-financeiro. Este Material também não tem o intuito de ser uma declaração completa ou um resumo sobre os ativos, mercados ou estratégias abordados neste documento.

A Companhia, seus acionistas, sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum, seus diretores, empregados e representantes não expressam nenhuma opinião, não garantem e nem assumem qualquer responsabilidade pela correção, suficiência, consistência ou completude de qualquer das informações aqui apresentadas, por qualquer omissão ou por quaisquer perdas ou danos, de qualquer natureza, que decorram do uso das informações contidas neste Material, ou que sejam obtidas por qualquer outro meio. A Companhia não é responsável pela conclusão das operações descritas neste Material e seu conteúdo não deve ser interpretado como aconselhamento financeiro, tributário, fiscal, jurídico ou de qualquer outra natureza.

01.

Razões da Crise

A recessão que alcançou o nosso país nos últimos anos acarretou a estagnação dos investimentos. A UTC, tendo como principais clientes a Petrobras e o Governo, foi extremamente afetada

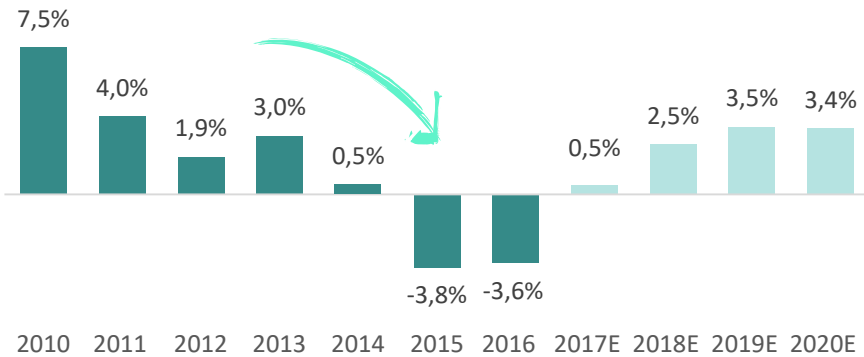


- A redução dos preços do petróleo no mercado internacional, somada aos acontecimentos no cenário político, causaram uma rápida desaceleração das atividades no setor petrolífero, um dos principais motores dos investimentos da economia brasileira na última década.
- A recessão se iniciou no momento em que o grupo UTC realizava relevantes investimentos no estaleiro Enseada, na concessão do aeroporto de Viracopos e no consórcio Move 6 São Paulo, descapitalizando-se e alavancando-se por meio de empréstimos bancários
- Em um cenário de corte de incentivos, crise da Petrobras, ajuste fiscal e Operação Lava Jato, a UTC Engenharia, como a maior parte das grandes empresas que atuam no setor de óleo e gás, foi profundamente abalada, com um (i) decréscimo acentuado e progressivo de backlog, (ii) dificuldades de se negociar pleitos por mudanças de escopo ocasionadas por seus clientes e (iii) impossibilidade de participar de licitações ou assinar aditivos contratuais com a Petrobras.
- A Constran, por sua vez, foi atingida especialmente pela retração dos investimentos em obras de infraestrutura pelo Poder Público. A frustração de receitas decorrente do agravamento da crise econômica fez o governo anunciar sistematicamente contingenciamentos adicionais ao Orçamento Geral da União, o que impactou diretamente o avanço físico e financeiro de obras já contratadas.
- Mesmo com expressivo backlog, as receitas da Constran foram consideravelmente menores do que o planejado nos últimos anos.

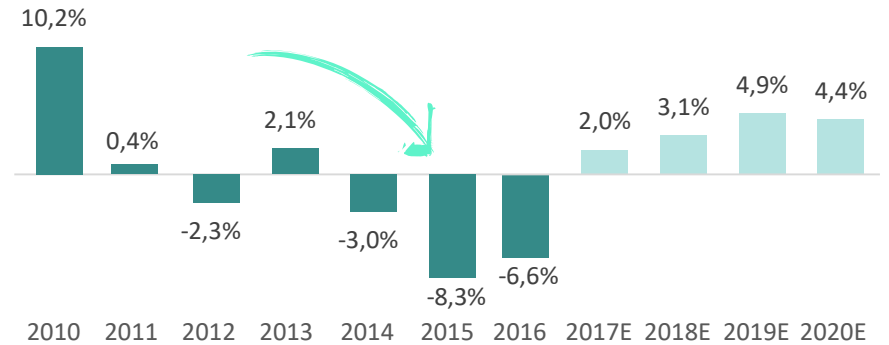
Cenário macroeconômico brasileiro nos últimos anos: queda relevante no PIB, pico de inflação em 2015 e juros altos, dificultando a realização de novos investimentos

Os indicadores mostram um panorama do cenário macroeconômico, com forte queda no PIB nos anos de 2015 e 2016, tendência que já tinha iniciado na indústria em 2014. Além disso, a forte alta da inflação prejudicou ainda mais o desempenho econômico e pressionou fortemente para o aumento da taxa de juros

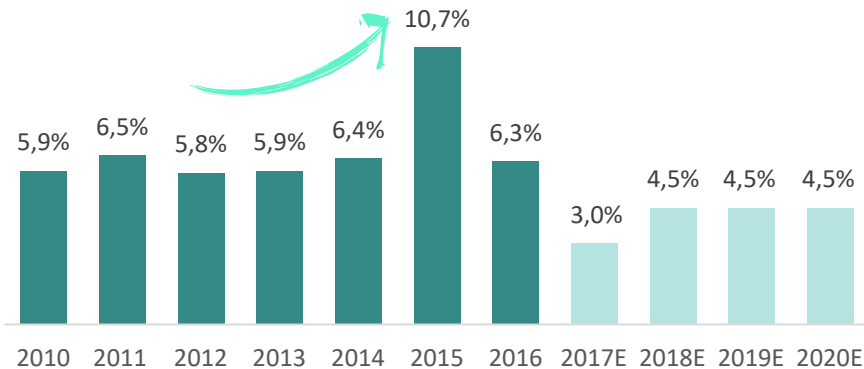
PIB (%)



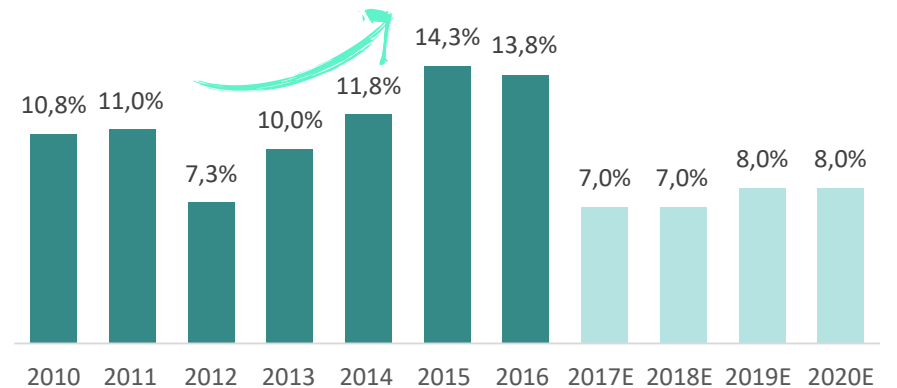
Produção Industrial (%)



Inflação (IPCA)



Taxa de Selic (Fim do Período; %)



As empresas do grupo UTC foram extremamente afetadas por este contexto e hoje precisam de uma solução ampla e definitiva de reestruturação e redução de alavancagem

15/11/2022

- ✓ Crise econômica impactou consideravelmente os investimentos:

(i) da Petrobras (postergação da construção de novas unidades flutuantes de produção e sondas de perfuração, assim como estagnação da capacidade do parque de refino nacional)

(ii) do Governo (redução orçamentária provocou contingenciamento em diversos contratos vigentes)

- ✓ CRCC suspenso para novas concorrências da Petrobras
- ✓ Desbalanceamento econômico-financeiro de diversos contratos nos últimos 10 anos e dificuldade de recebimento de diversos pleitos

Principais motivos para a crise

- ✓ Dificuldades no desenvolvimento de novos negócios e renovação / prorrogação de contratos existentes
- ✓ Baixa segurança financeira e jurídica reduz atratividade para investidores: dificuldades de parcerias, M&A e venda de ativos
- ✓ Ambiente vulnerável e exposto a execuções de credores
- ✓ Alta alavancagem, baixa liquidez e passivos não reestruturados

Consequências

Manutenção do bloqueio cautelar à UTC Engenharia, mesmo atendendo às exigências da Petrobras, dificultou a obtenção de novos contratos (1/2)

REESTRUTURAÇÃO DO COMPLIANCE	MEMORANDO DE ENTENDIMENTOS	ACORDO DE LENIÊNCIA ⁴
<ul style="list-style-type: none">▪ A UTC Engenharia intensificou o comprometimento com seus diversos stakeholders, de modo a reestruturar a sua área de compliance e o sistema de gestão da companhia, visando, dentre outros objetivos primordiais, o atendimento às exigências da Petrobras para que a companhia pudesse retornar ao cadastro (CRCC)▪ Em 04 de Setembro de 2015, a UTC Engenharia, por meio de carta¹ enviou os relatórios de auditoria externa de conformidade, assim como os formulários preenchidos de “Due Diligence” de Integridade, enviados pela área corporativa de Governança e Conformidade da Petrobras,<ul style="list-style-type: none">– (i) a implantação do Programa de Compliance, contemplando um canal de denúncia profissional, externo à companhia,– (ii) a atualização de seu Código de Ética e Conduta com base na Lei nº 12.846/2013– (iii) treinamento de seus colaboradores– e (iv) a implementação e acompanhamento do Programa de Integridade.	<ul style="list-style-type: none">▪ Em 14 de Agosto de 2015, a UTC Engenharia assinou o Memorando de Entendimentos com a Controladoria-Geral da União, atual denominação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU), e a Advocacia Geral da União (AGU) (“Memorando de Entendimentos”). A clausula 2.6. do Memorando de Entendimentos estabelece que: “Após a assinatura do Memorando, a CGU notificará formalmente a Petrobras por escrito para que esta suspenda os processos de responsabilização relacionados às Investigações da CGU e seus efeitos durante a negociação do Acordo”	<ul style="list-style-type: none">▪ A Petrobras esteve sempre atualizada sobre o <i>status</i> e avanços do acordo.▪ Em 29 de março de 2017, a CGU notificou² a Petrobras à respeito do disposto na cláusula 2.6 do Memorando de Entendimentos e que a CGU estava priorizando a conclusão das negociações do Acordo de Leniência com a UTC Engenharia, com término previsto para os próximos 60 (sessenta) dias.▪ A UTC Engenharia atendia às exigências definidas na carta da Petrobras, datada de 29 de dezembro de 2014, que permitiriam a revogação do bloqueio cautelar, ainda vigente fato este que contraria o disposto na alínea “c” do item 7.3 do Decreto 2.745/1.998, que estabelece o prazo não superior a 2 (dois) anos, de suspensão e impedimento de contratar com a Petrobras▪ A UTC Engenharia já poderia ter retornado ao cadastro de fornecedores da Petrobras, o que não ocorreu até a presente data por motivo desconhecido<ul style="list-style-type: none">– Em 18 de Janeiro de 2017, a UTC assinou acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), relativo a contratos com da Petrobras na área de Abastecimento. Vale destacar que não foi encontrado inícios de práticas ilícitas em nenhum contrato, em execução ou concluído, da área de Exploração e Produção.– Por fim, em 10 de Julho de 2017, a UTC Engenharia assinou Acordo de Leniência com CGU e com a AGU

Nota 1. Por meio da carta C-098/2015 (em resposta a correspondência DETM 0034/2015 da Petrobras; 2. Por meio do Ofício nº. 5095/2017/SE-CGU endereçado ao Diretor de Governança, Risco e Conformidade; 3. DETM 0743/2014; 4. Tais acordos, em especial do de Leniência com a CGU e AGU, têm como objetivo principal, conforme previsto na Lei Anticorrupção e na de Defesa da Concorrência, cessar seu envolvimento na conduta ilícita, confessá-la e cooperar plena e permanentemente com as investigações, identificando os demais envolvidos e apresentando provas e informações relevantes que comprovem a infração, e pagar multas e reparar e ressarcir os entes lesados

Fonte: Grupo UTC e Petrobras

Manutenção do bloqueio cautelar à UTC Engenharia, mesmo atendendo às exigências da Petrobras, dificultou a obtenção de novos contratos (2/2)

EXCELÊNCIA OPERACIONAL	BLOQUEIO CADASTRO PETROBRAS	NEGOCIAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">▪ A UTC Engenharia é extremamente competitiva para estes contratos de Construção & Montagem em plataformas da Petrobras, em função da sua expertise acumulada e sua capacidade logística potencializada pelas bases de apoio localizadas estrategicamente em Macaé e Niterói▪ Alto desempenho operacional, reconhecido pela Petrobras por meio dos bons indicadores de desempenho em todos os contratos recentes da companhia▪ Os índices de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (TAR e TOR) apresentam níveis satisfatórios a excelentes, sendo tipicamente melhores que os índices ideais estabelecidos pela própria Petrobras	<ul style="list-style-type: none">▪ Mesmo possuindo os instrumentos técnicos e jurídicos que viabilizariam a reinclusão da UTC Engenharia no cadastro da Petrobras (CRCC) a Petrobras manteve o bloqueio cautelar à companhia. Como consequência:<ul style="list-style-type: none">– A UTC Engenharia não pôde participar de novos processos licitatórios desde Dezembro de 2014– Foi impedida de assinar aditivos de prazo e valores aos contratos existentes, mesmo estes estando previstos em cláusulas contratuais▪ Dessa forma, houve uma profunda frustração à expectativa de receitas da companhia, que viu o seu backlog ser reduzido gradativamente ao longo dos últimos 30 meses	<ul style="list-style-type: none">▪ Mesmo após a assinatura do Acordo de Leniência com o CGU, a Petrobras manifestou não ter interesse¹ em analisar uma das alternativas de negociação apresentadas pela UTC² para assinatura de aditivos de extensão de prazo e/ou valor, previstos contratualmente▪ Tal medida contrariou os principais objetivos de um Acordo de Leniência que são:<ul style="list-style-type: none">(i) viabilizar o ressarcimento do Patrimônio Público;(ii) preservar a continuidade operacional da companhia; e(iii) manter empregos.▪ As diversas alternativas apresentadas pela UTC Engenharia foram pautadas em instrumentos contratuais e garantiam segurança jurídica à Petrobras. Sugeriu-se inclusive que Petrobras criasse um Grupo de Trabalho, com membros de diversas diretorias, para que pudesse analisar todos os aspectos técnicos, jurídicos e de conformidade para tais alternativas. No entanto, não houve sucesso na negociação.

Nota 1. Por meio da carta AGP 0014/2017. 2. Alternativas apresentadas na reunião do dia 07 de Julho de 2017 com a gerência geral da Petrobras da Bacia de Campos e por meio de cartas (LOC-016/2017, datada de 07 de julho de 2017 e LOC-017/2017, datada de 11 de julho de 2017 e PRE-007/2017, datada de 11 de julho de 2017)

Fonte: Grupo UTC e Petrobras

O bloqueio das medições ocasionou um transtorno ao planejamento financeiro da companhia

Tal bloqueio inviabilizou a continuidade dos dois contratos vigentes de C&M em plataformas da Petrobras na Bacia de Campos. Pela primeira vez em 40 anos de existência, a UTC deixou de honrar pagamentos de salários aos seus colaboradores nos prazos estabelecidos pela CLT. Ademais, tais retenções inviabilizaram o pagamento de fornecedores essenciais aos contratos

1

- A decisão da Petrobras de bloquear os recebíveis vigentes dos contratos de Construção e Montagem (C&M) ocorreu de forma unilateral e sem qualquer decisão condenatória transitada em julgado, tampouco aviso prévio à UTC

2

- Houve a retenção de 90% das medições que deveriam ser pagas à UTC Engenharia no dia 25 de Junho de 2017, principal fonte de receita da companhia. A Petrobras se recusou a reverter o bloqueio unilateral dos valores devidos por serviços prestados nos contratos de C&M¹

3

- Mesmo ciente (i) dos desbalanceamentos econômicos financeiros em contratos recentes de C&M em plataformas, (ii) de pleitos com mérito reconhecido, porém não pagos (contratos da REFAP) e (iii) da assinatura do Acordo de Leniência com o CGU, a Petrobras não aceitou discutir a possibilidade de exercer cláusulas de aditivo previstas em contrato, ainda que a UTC pudesse ser a mais vantajosa financeiramente para a Petrobras.

Desbalanceamento econômico financeiro em contratos recentes com a Petrobras: em apenas um deles, R\$ 450 M de receita prevista na licitação não foi realizada

DESBALANCEAMENTO DO CONTRATO	NÃO DILUIÇÃO DOS CUSTOS	ADITIVO DE PRAZO
<ul style="list-style-type: none">Houve desbalanceamento econômico financeiro ocorrido no contrato UMS (UO-BC)¹, concluído por prazo em Abril de 2017Tal contrato chegou ao fim do prazo inicial estipulado com um saldo de aproximadamente R\$ 450 milhões (cerca de 30% do valor total corrigido previsto na licitação), causando prejuízos e frustrações de receita à UTC, que investiu em infraestrutura, mobilização e qualificação de mão de obra altamente especializada para atender à expectativa de receita prevista no convite	<ul style="list-style-type: none">Quando se apresenta uma proposta sob o regime de preços unitários, os (i) custos fixos, (ii) custos de mobilização e desmobilização, (iii) custos com <i>softwares</i> e (iv) despesas de treinamentos são diluídos de acordo com a expectativa de receita prevista no convite da licitação. Quando a receita realizada é substancialmente inferior à prevista no convite, o contratado é lesado e deve ser ressarcido por tais prejuízos	<ul style="list-style-type: none">A maneira mais simples e objetiva de se mitigar tais impactos à contratada seria por meio de um aditivo de prazo. Não havia restrições nas cláusulas contratuais que impediriam a assinatura de tal aditivo naquele momento. Se fosse aplicada a margem do contrato ao saldo remanescente deste contrato UMS (UO-BC), haveria recurso suficiente para o pagamento das verbas rescisórias aos colaboradores que estavam nele alocados. Situações similares ocorreram em outros contratos da UTC Engenharia com a Petrobras

Outros contratos da CONSTRAN também apresentaram desbalanceamento econômico financeiro e foram profundamente abalados por restrições orçamentárias do governo, postergando receitas previstas no planejamento estratégico da companhia. Tal cenário acarretou uma frustração financeira para as duas maiores empresas do Grupo UTC, o que contribuiu sensivelmente para o aumento de alavancagem e dificuldades para cumprir suas obrigações com credores e fornecedores.

02.

Visão Geral do Mercado

02.

Visão Geral do Mercado

- a) Mercado brasileiro de Óleo e Gás
- b) Mercado de infraestrutura

Histórico recente do setor de Óleo e Gás: extração de hidrocarbonetos a partir de fontes alternativas, excesso de oferta e declínio dos preços do petróleo

1

2014-2015: Aumento de produção de petróleo, em especial nas áreas de xisto dos EUA

- Com o *boom* do xisto nos últimos anos, a produção norte-americana de petróleo disparou e alcançou níveis recordes nos últimos 30 anos, com mais de 9 milhões de barris por dia;
- Além disso, os países membros da OPEP também apresentaram altos níveis de produção.

2

2015-2016: Recusa dos países da OPEP em reduzir seu teto de produção

- Os principais países produtores continuaram com altíssimo nível de produção e não conseguiram entrar em consenso para reduzir a oferta, ou pelo menos, manter os níveis de produção.

3

2015-2016: Demanda menor que a esperada na Europa e na Ásia

- No final de 2014 e início de 2015 a Europa e a Ásia apresentaram demanda menor do que o esperado, gerando um acúmulo de estoque da commodity no mercado global;
- Saída do mercado de diversos produtores independentes de petróleo nos EUA contribuirá para a normalização da oferta e conseqüente retomada dos preços no médio prazo.

4

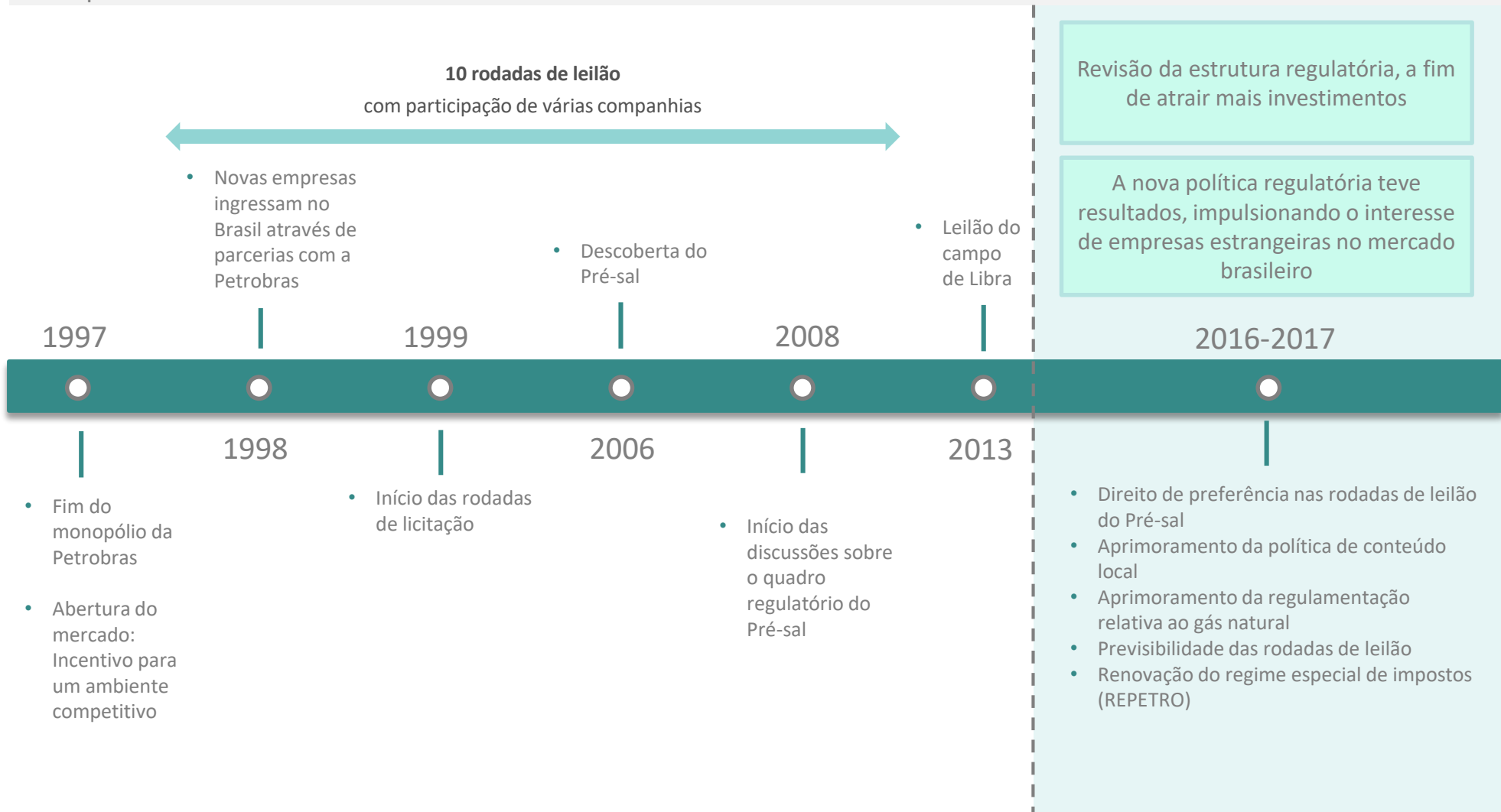
2016-2017: Equilíbrio de mercado

- No final de 2016 os países pertencentes à OPEP acordaram em reduzir a produção de petróleo a partir de janeiro de 2017, o que já refletiu em um aumento dos preços desde dezembro de 2016, ficando perto de um preço estável de pouco mais de US\$ 50/barril.

Nos últimos anos, o fim do monopólio da Petrobras, as mudanças regulatórias e o Pré-sal fomentaram o desenvolvimento de um ambiente mais competitivo

Fig. 10690

Principais eventos

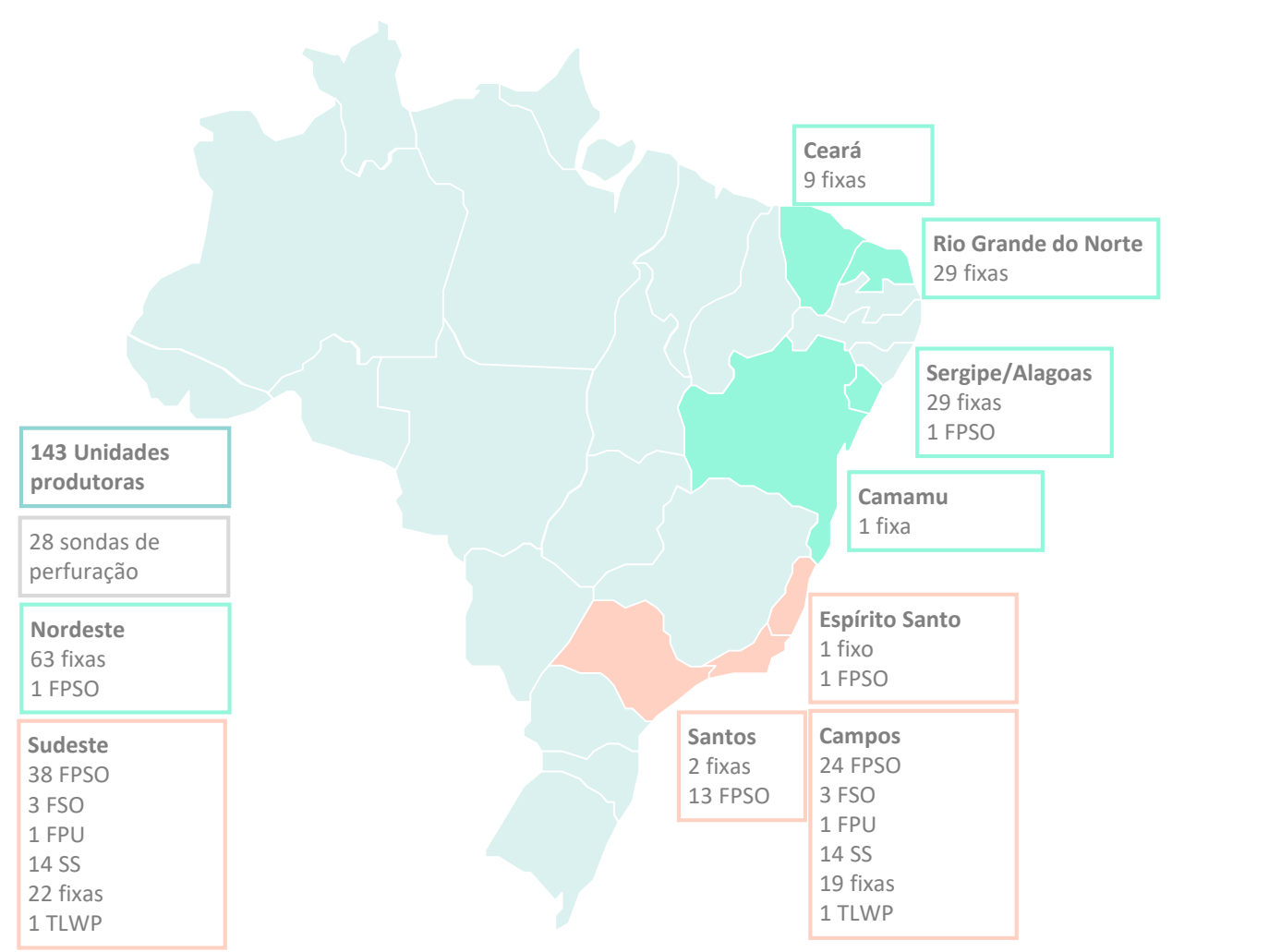


A maior parte das reservas de petróleo e áreas de produção estão localizadas na região Sudeste em águas extremamente profundas de campos offshore

O&G no Brasil

PETRÓLEO	Produção de 2,623 Mbbl/d (1,5% maior do que Julho/2016) com grau API médio de 26,7 (36,1% leve, 47,2% médio e 16,6% óleo pesado)
GÁS NATURAL	Produção de 115 MMm³/d (7.3% maior do que em Julho de 2016)
FONTES PRINCIPAIS	Campos offshore produziram 95,2% do petróleo e 77,6% do gás natural Campos operados pela Petrobras produziram 93,3% do petróleo e gás natural Produção em 8.234 poços, dos quais 751 são offshore e 7.483 onshore
PRÉ-SAL	Produção em 80 poços foi de 1.293 Mbbl/d de petróleo e 51 Mm³/d de gás, totalizando 1.613 Mboe/d Corresponde a 48,2% da produção nacional

Localização das unidades produtoras no Brasil



143 Unidades produtoras

28 sondas de perfuração

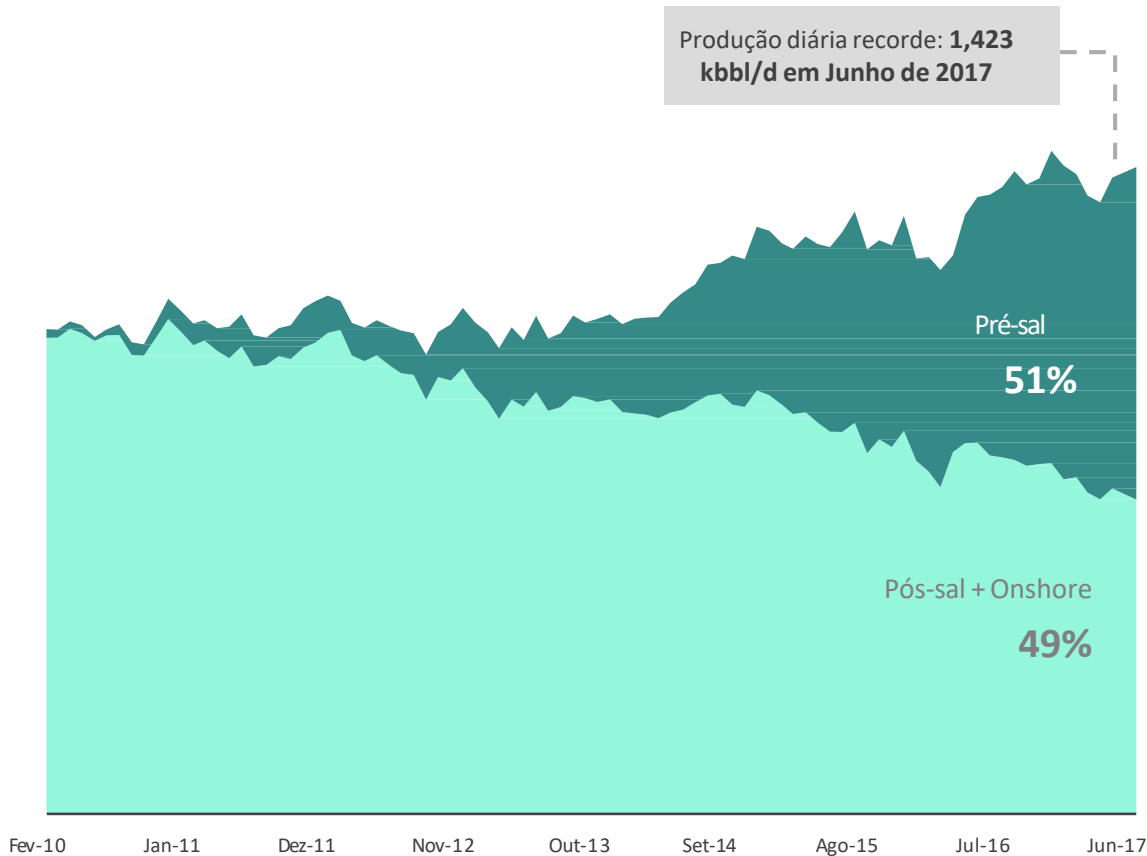
Estima-se que a Petrobras possui 9,7B boe (barris de óleo equivalente) em reservas

O boletim da ANP apresenta que existem 304 concessões, sendo 79 marítimas, operadas por 25 empresas

A produção de petróleo oriunda de operações no Pré-sal corresponde à metade de toda a produção nacional

16 06 2017

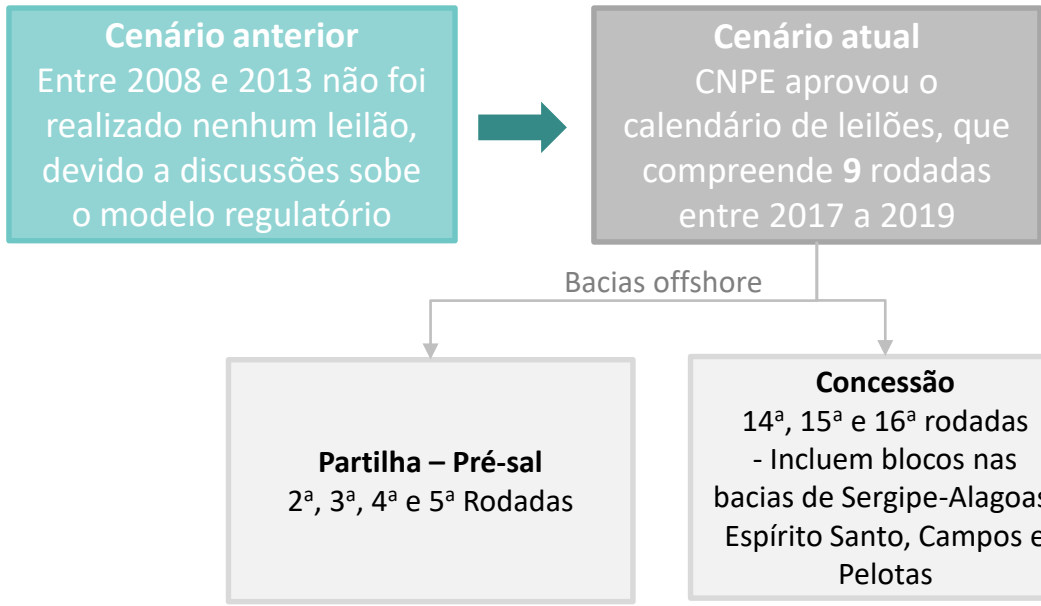
Produção diária de petróleo no Brasil



Pré-sal é mais lucrativo para companhia

Menores custos operacionais	▼	Custos de elevação abaixo de US\$ 7 por barril
Óleo de qualidade superior	▲	Margem mais elevada
	▲	Mais óleo nacional nas refinarias
	▲	Óleo produzido mais leve
Maior produção de gás	▲	Maior disponibilidade de gás

Maior otimismo para o mercado de O&G brasileiro: pela primeira vez, o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) aprovou um calendário de rodadas de licitação



Próximas rodadas

A 14ª rodada foi realizada no dia 27 de Setembro de 2017, no Rio de Janeiro. Bônus arrecadado foi de R\$ 3,8 bilhões, com destaque para a Bacia de Campos

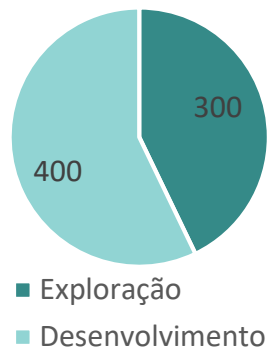
Em Agosto de 2017, ANP anunciou e publicou os modelos de contrato para as 2ª e 3ª rodadas de Partilha do Pré-sal marcado para o **dia 27 de Outubro de 2017**

As companhias petrolíferas já se preparam para as 2ª e 3ª rodadas do Pré-sal. Muitas delas pretendem participar (9 na 2ª e 10 na 3ª)

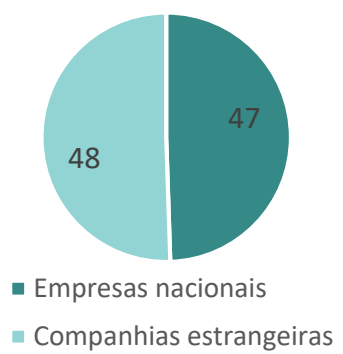
Resultados potenciais

Novos investimentos: US\$ 80B	Volume recuperável: +10B bbl
+300 poços offshore	+20 sondas de perfuração
+17 novas unidades produtoras	+1.100km de linhas submarinas
+600km de tubulação	+2M bpd em 2027



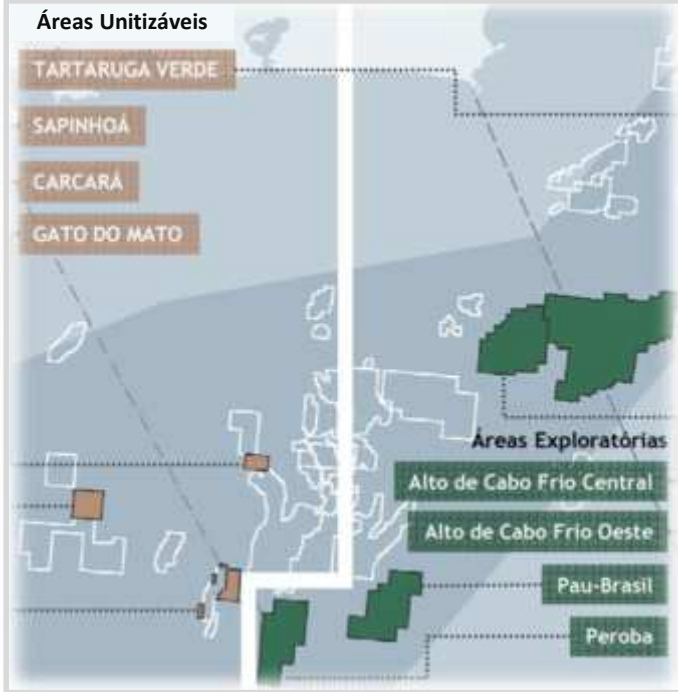
de Áreas sob contratos de E&P – Maio/17



de grupos que operam no setor de O&G



Esta maior previsibilidade de rodadas associada a condições de conteúdo local mais flexíveis fomentaram o interesse de operadoras internacionais fls. 10594

2017		2018	2019
4ª Rodada Ac. Marginais	14ª Rodada Concessão	15ª Rodada Concessão	16ª Rodada Concessão
 <p>9 áreas em 3 bacias terrestres</p> <p>Realizada</p>	 <p>5 bacias marítimas</p> <p>6 bacias terrestres</p> <p>Realizada</p>	 <p>Áreas Unitizáveis</p> <p>TARTARUGA VERDE</p> <p>SAPINHOÁ</p> <p>CARCARA</p> <p>GATO DO MATO</p> <p>Áreas Exploratórias</p> <p>Alto de Cabo Frio Central</p> <p>Alto de Cabo Frio Oeste</p> <p>Pau-Brasil</p> <p>Peroba</p>	<p>4ª Rodada Partilha</p> <p>5ª Rodada Partilha</p> <p>5ª Rodada Acumulações Marginais</p> <p>6ª Rodada Acumulações Marginais</p>

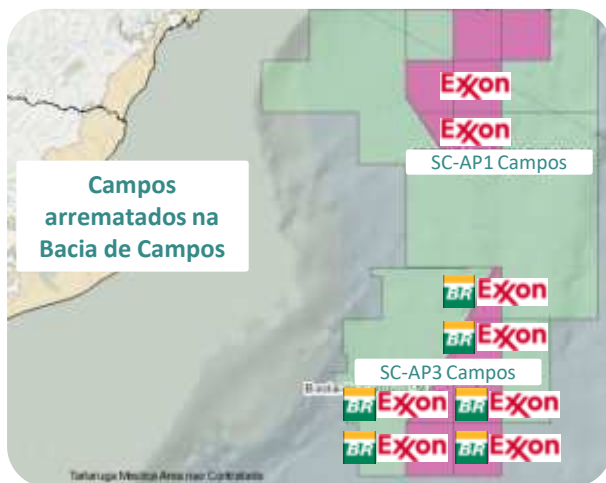
A indústria de petróleo brasileira está mudando para um mercado mais aberto, competitivo e eficiente. Mais áreas exploratórias estão sendo oferecidas em condições mais vantajosas para os licitantes, atraindo companhias operadoras internacionais.

Arrecadação recorde no último leilão da ANP: o interesse por campos na Bacia de Campos se mantém forte

fls. 10595

14ª Rodada de licitações

- Com uma forte participação da Petrobras, o leilão da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que ocorreu em Setembro de 2017 apresentou a maior arrecadação da História: o total de bônus arrecadado foi de R\$ 3,8 bilhões, enquanto a expectativa era de R\$ 1,7 bilhão.
- A Petrobras arrematou seis dos dez blocos da Bacia de Campos, em parceria com a ExxonMobil, que retornou ao Brasil após as mudanças regulatórias no processo de licitação dos blocos.
- Na rodada, foram arrematados 37 blocos para E&P de petróleo e gás natural. **A previsão de investimentos do Programa Exploratório Mínimo (conjunto de atividades a ser cumprido pelas empresas vencedoras na primeira fase do contrato) é de R\$ 845 milhões.**



Setor SC-AP1

- Dois blocos arrematados pela ExxonMobil
- Investimento previsto: R\$ 63,2M

Setor SC-AP3

- Seis blocos arrematados pelo consórcio formado por ExxonMobil e Petrobras
- Investimento previsto: R\$ 571,1M

Novas rodadas

- Além da 14ª Rodada, com áreas no pós-sal, a ANP realizará, em 27 de outubro de 2017, a 2ª e a 3ª Rodadas do Pré-sal. Atualmente, os dez poços que mais produzem no Brasil estão no polígono do pré-sal, que já é responsável por cerca de metade da produção brasileira.
- A 2ª Rodada ofertará quatro áreas com jazidas unitizáveis, ou seja, adjacentes a campos ou prospectos cujos reservatórios se estendem para além da área concedida. As áreas são relativas às descobertas denominadas por Gato do Mato e Carcará, e aos campos de Tartaruga Verde e Sapinhoá.
- Já a 3ª Rodada ofertará quatro áreas localizadas nas bacias de Campos e Santos, na região do polígono do pré-sal, relativas aos prospectos de Pau Brasil, Peroba, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central.
- A previsão é que as rodadas de 2017 a 2019 gerem mais de US\$ 80 bilhões em novos investimentos ao longo dos contratos, mais de US\$ 100 bilhões em royalties e milhares de empregos.**

As bases de Macaé da UTC estão estrategicamente localizadas para atender às atividades de manutenção, construção e montagem em plataformas alocadas na Bacia de Campos e Bacia de Santos.

Petrobras mantém uma forte perspectiva de investimentos para os próximos anos: até 2019, pelo menos 7 unidades entrarão em produção na costa brasileira

11.0596

Unidades flutuantes em construção - 2018¹

P-68 (Projeto Berbigão/Sururu)



Estaleiro Jurong Aracruz, ES

P-69 (Projeto Lula Extremo Sul)



Chegada do casco no BrasFels, RJ

P-75 (Projeto Búzios 2)



Estaleiro COSCO, China

P-74 (Projeto Búzios 1)



Estaleiro EBR, S. José do Norte, RS

P-76 (Projeto Búzios 3)



Unidade Offshore Techint, PR

Unidades flutuantes em construção - 2019¹

P-70 (Projeto Atapu 1)



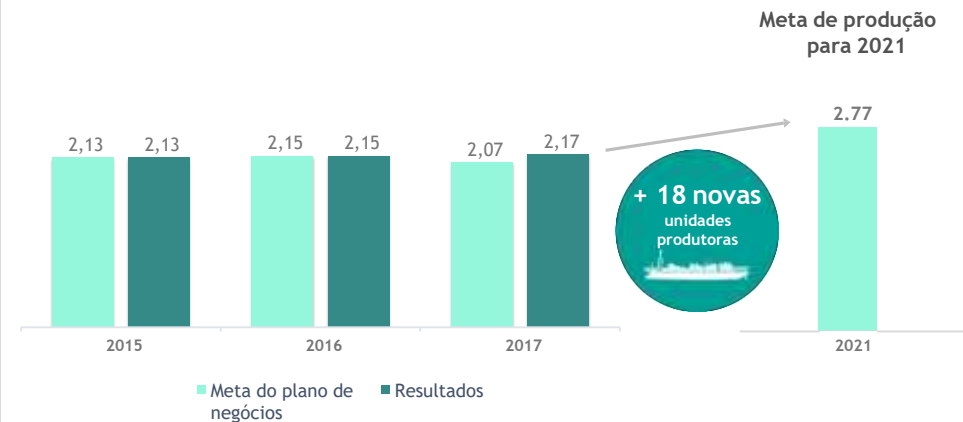
Estaleiro COSCO, China

P-77 (Búzios 4 Project)



Chegada do casco no BrasFels, RJ

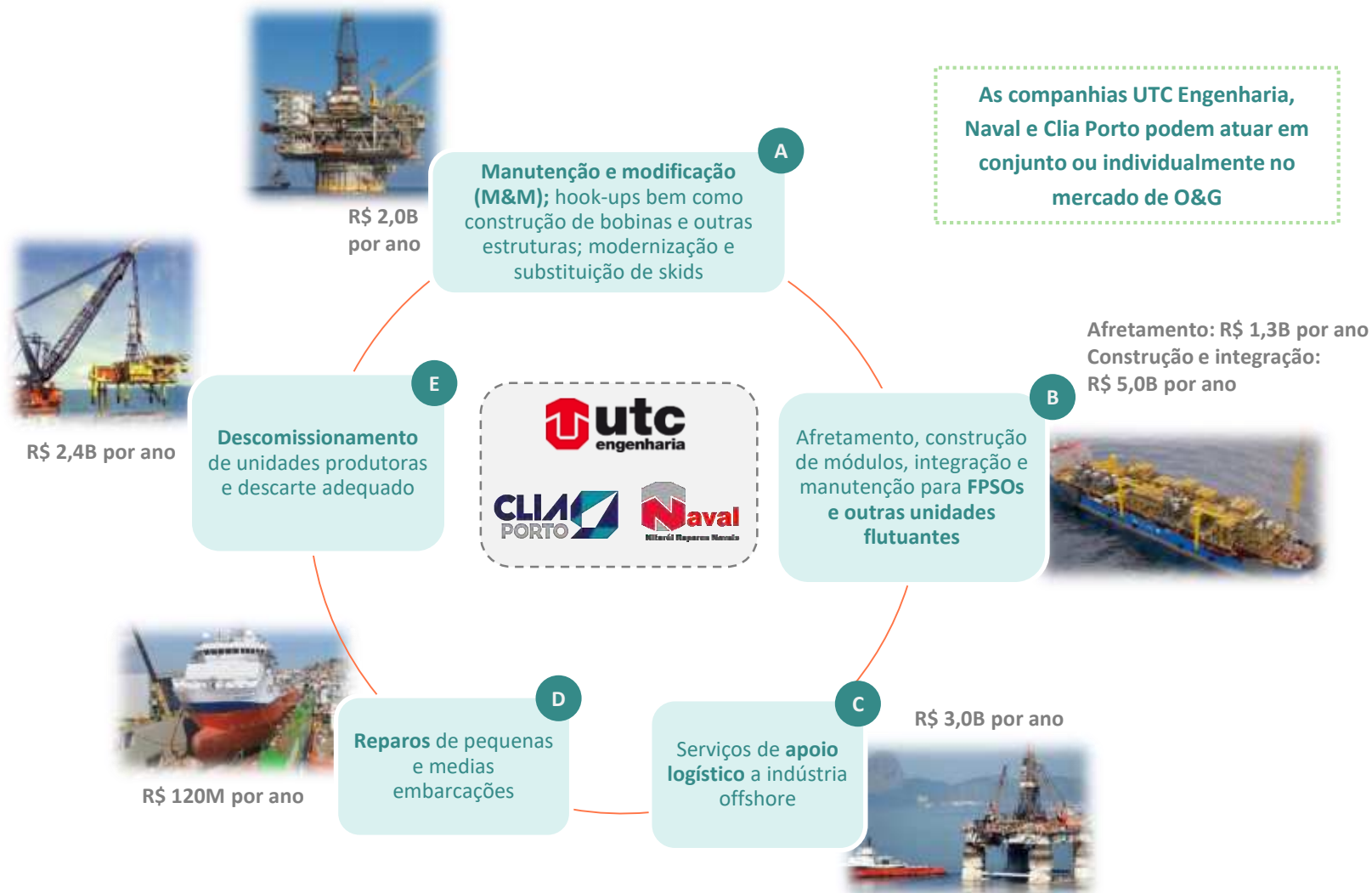
Petrobras – Produção de petróleo no Brasil (Mbbbl/d)



UTC Engenharia, Clia Porto e Naval podem atuar em diversas áreas do setor de O&G ifs. 10597

construção de unidades, manutenção, descomissionamento e logística de apoio offshore

Mercado potencial (O&G) para as empresas do Grupo UTC

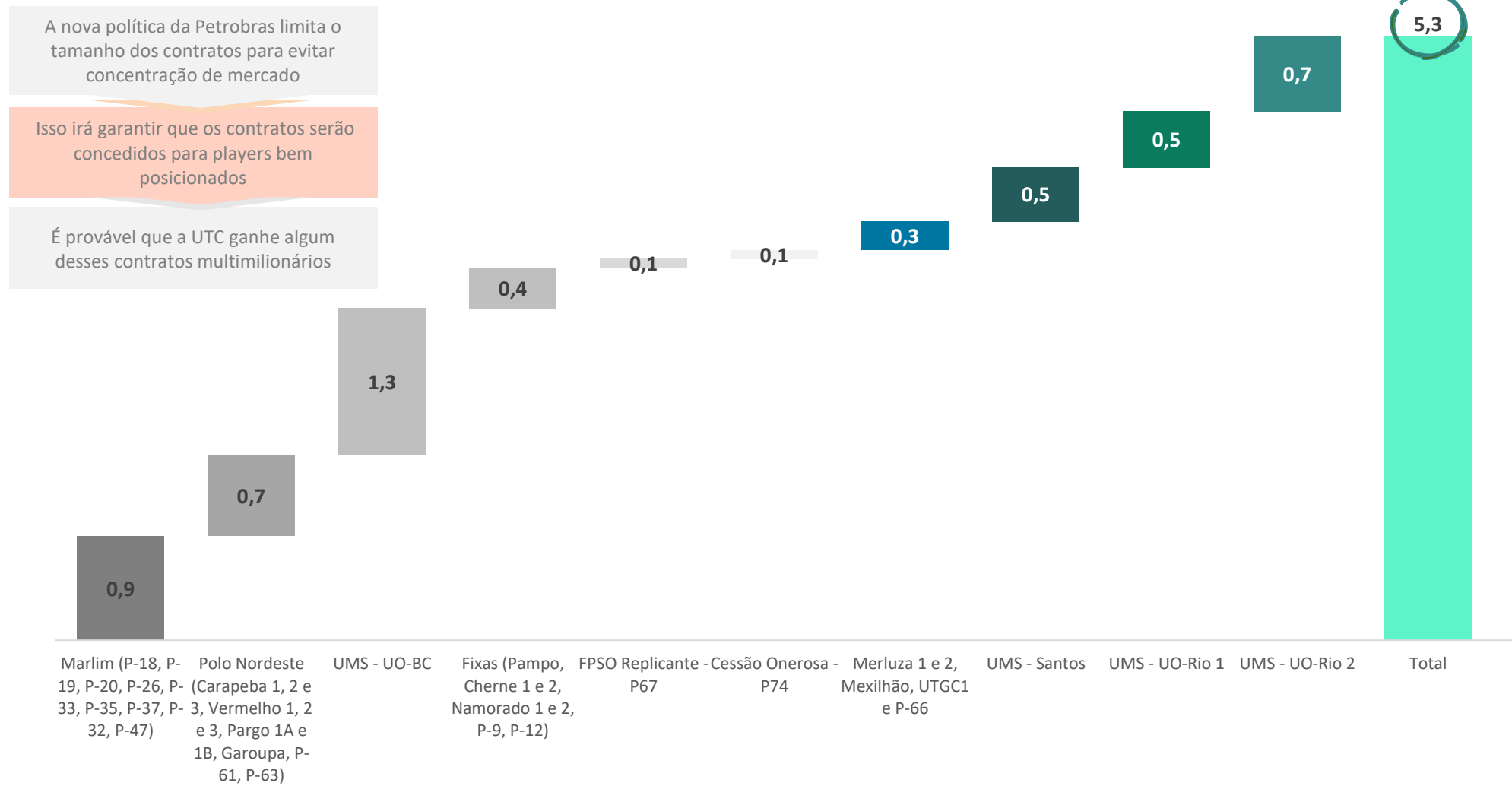


Mais de R\$ 5B em contratos de manutenção de plataformas são esperados até o final de 2018. A UTC Engenharia é extremamente competitiva neste mercado

R\$ 10598

Manutenção e Modificação

Valores estimados dos contratos de manutenção esperados até Dezembro de 2018 (R\$ B)



Existem oportunidades para diversificar e aumentar o backlog, compondo uma demanda anual de R\$ 2,0 B

fs. 10599

Manutenção e Modificações

M&M para Petrobras (R\$ 1,27B/ano)

- 48 plataformas atualmente
- Demanda anual: R\$864.000.000
- Demanda mensal média: R\$1.500.000 por unidade
- Demanda estável para os próximos 10 anos
- Contrato de demanda anual da UMS: R\$ 410.000.000

Tempo e material para Petrobras (R\$ 260M/ano)

- 48 plataformas atualmente
- Demanda anual: R\$260.000.000
- Demanda mensal média: R\$481.000 por unidade

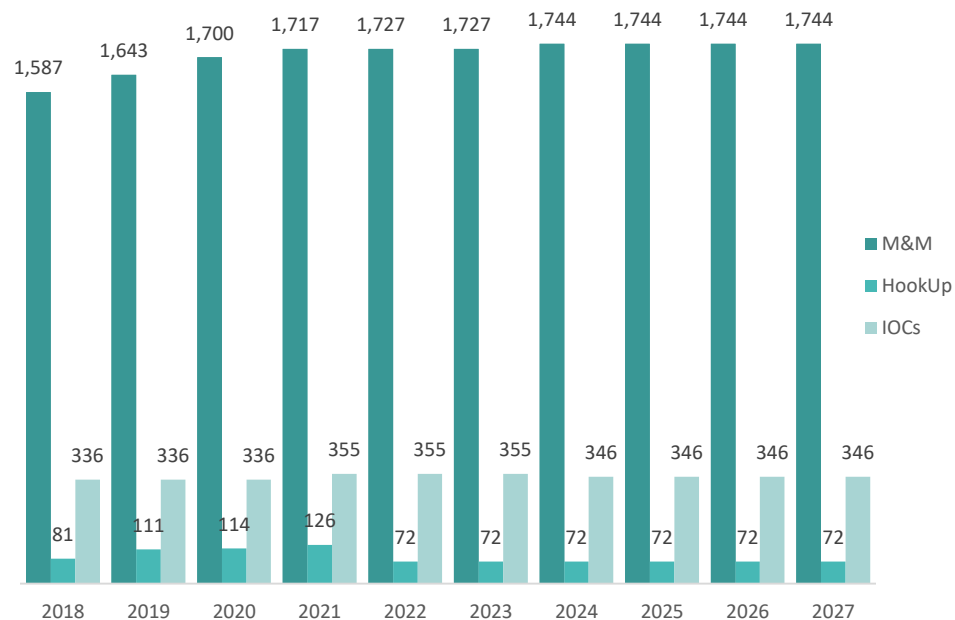
Serviço de Hook-up (R\$ 120M/ano)

- 10 novas plataformas para iniciar a produção nos próximos 3 anos (6 unidades Replicantes + 4 unidades de Cessão Onerosa)
- Demanda total estimada: R\$ 360.000.000
- Demanda anual de contratos de Hook-up: R\$ 120.000.000

M&M para empresas internacionais (R\$ 336M/ano)

- 35 plataformas atualmente
- Demanda anual: R\$336.000.000
- Demanda mensal média: R\$800.000 por unidade
- Demanda estável para os próximos 10 anos

Tamanho do mercado identificado (R\$ M)



A indústria de FPSOs inclui estaleiros, instalações para construção de módulos e prestadores de serviços para integração das unidades

fis. 10600

FPSOs

Segmentos da indústria de FPSOs



Atualmente no Brasil, há 38 FPSOs

A Petrobras é a maior operadora de FPSOs¹ do mundo. Até 2020, a Petrobras estará operando 15 FPSOs no Brasil, seguido pela Royal Dutch Shell e Bumi Armada Offshore Holdings que operarão 3 e 2 FPSOs, respectivamente

Afretamento e operação de unidades produtoras flutuantes



Montagem e construção no mar (contratos de manutenção)



Construção e serviços de integração de módulos, bem como fabricação de componentes submarinos



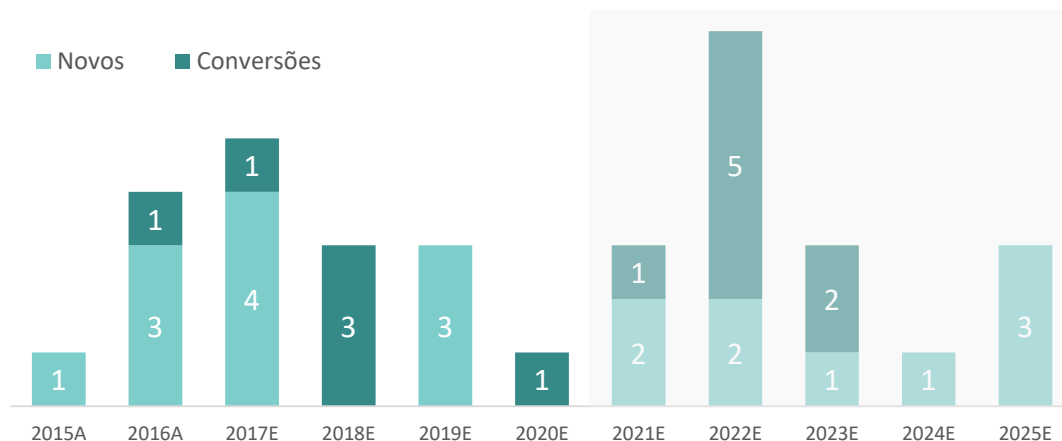
A indústria de FPSOs inclui estaleiros, instalações para construção de módulos e prestadores de serviços para integração das unidades

Principais estaleiros no Brasil



Considerando apenas unidades com produção máxima superior a 110 kboe/dia, são esperadas pelo menos 9 novos FPSOs e 8 conversões entre 2021 e 2025

Novas FPSOs no Brasil (#)



■ Cascos

- São esperadas 6 unidades novas para os próximos 5 anos
- Principais competidores: Ecovix, Atlântico Sul, Enseada, EJA (Jurong)

■ Módulos de integração

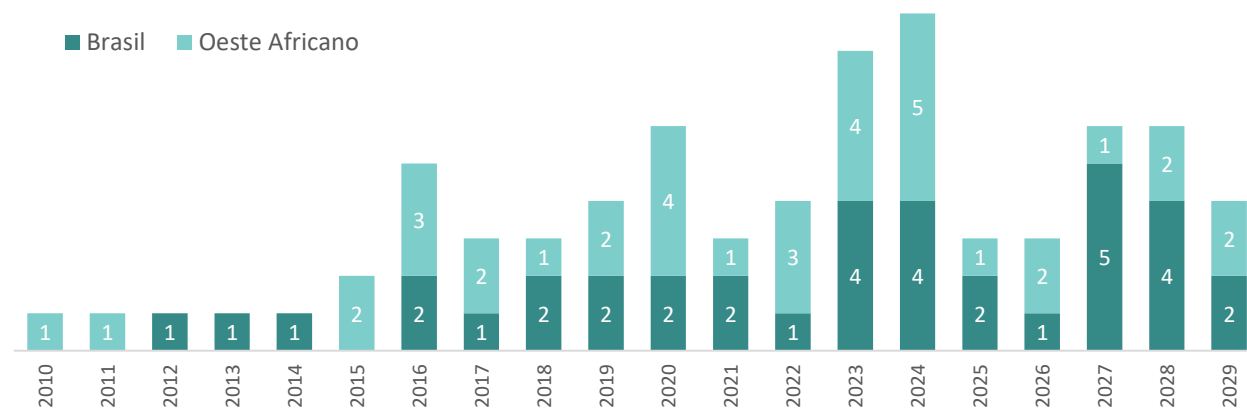
- Estima-se que 18 novas FPSOs precisarão de módulos de integração
- Existem muitos competidores nesse segmento

■ Conversões

- São esperadas 8 conversões para os próximos 5 anos
- Principais competidores: Ecovix, Atlântico Sul, Enseada

Modernizações de FPSOs por país (#)

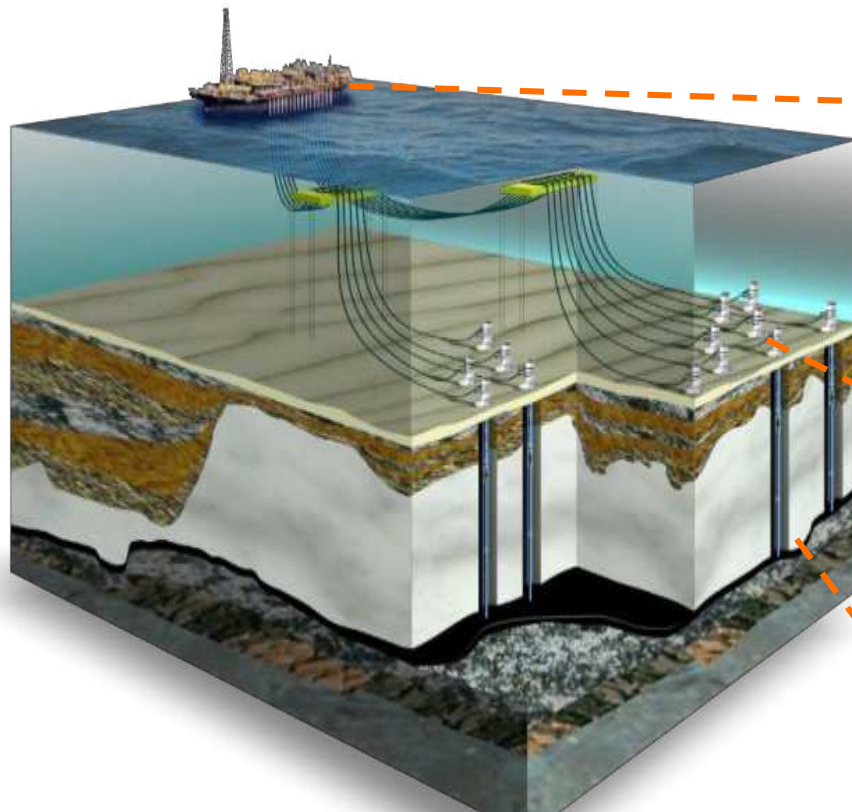
- Demanda estimada: 3 modernizações por ano de 2015 a 2019
- Demanda estimada: 5 modernizações por ano de 2020 a 2030



Distribuição de investimentos da Petrobras na área de exploração & produção demonstram a relevância para as áreas em que a UTC Engenharia possui expertise

Ins. 10603

FPSOs



Distribuição do investimento

Unidade de produção: 35%

Hookup, integração, construção de módulos e manutenção

Subsea: 30%

Oportunidades de construção de equipamentos submarinos

Poços: 35%

Manutenção das sondas de perfuração

Vantagens competitivas

Desde 2010, foram colocados em produção, em média, uma grande nova unidade no Pré-sal a cada sete meses

Grandes volumes, contratos de longo prazo e padronização em árvores de natal molhadas e linhas submarinas permitem que a empresa tenha 5% a menos de custos que os outros players do setor

- 327 poços perfurados até então
- Construção de poços até 3x mais rápido
- Menos poços necessários com capacidade de produção superior

O mercado de afretamento de FPSOs é muito significativo e apresenta uma boas perspectivas para os próximos anos no Brasil

Ins. 10604

FPSOs

Visão geral

- O afretamento de FPSOs é uma das áreas mais promissoras desse mercado, movido principalmente pela preferência das companhias petrolíferas por esse modelo de negócio
- A restrição de caixa atual na Petrobras e sua estrutura de capital alavancada levaram a empresa a focar na produção em detrimento da exploração, indicando uma previsão positiva para o mercado de afretamento de FPSOs no Brasil

Investimentos previstos em E&P na PBR(2017-2021): US\$60,6B



Clientes

- Petrobras e seus parceiros
- Companhias petrolíferas estrangeiras, tais como: Statoil, Chevron, Shell, Total, CNOCC, CNPC, BP, Exxonmobil, Karoon, Petrogal, Repsol, entre outras

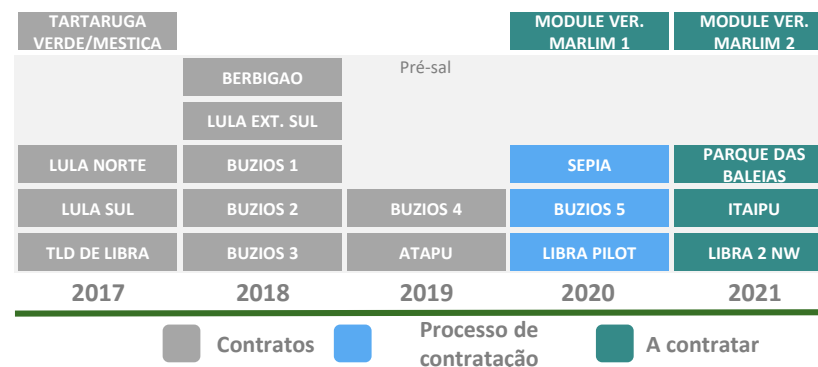
Competidores

- Empresas de afretamento tais como: Modec, SBM, BW, Bluewater, Bumi Armada, Toyo, QG, Techint / Technip, entre outras;

Demanda

- A demanda está diretamente relacionada ao desenvolvimento de novas áreas de produção ou da expansão das existentes. A Petrobras planeja colocar para produzir aproximadamente 20 unidades até 2021
- Considerando um novo ciclo, com maiores investimentos, parece realista considerar a entrega de 3 a 4 unidades por ano a partir de 2019 (sendo pelo menos duas afretadas)

Início esperado das unidades produtoras



Nova política de conteúdo local mantém índices altos para a construção e integração de módulos (1/2)

10605

FPSOs

Visão Geral

- Esse mercado inclui a **construção de módulos e serviços de integração, bem como a fabricação de equipamentos submarinos**, entre outros
- Em alguns casos os serviços de integração estão incluídos no escopo da construção dos módulos
- A disponibilidade de **áreas amplas com acesso ao mar**, instalações adequadas e mão-de-obra suficiente e qualificada são requisitos fundamentais para uma boa performance
- No caso da **integração**, é essencial ao menos 350 metros de cais para acomodar os grandes cascos de FPSOs, além de 50 a 100 metros para receber os módulos e componentes
- Outro requisito importante são as **permissões legais**, principalmente licenças ambientais e aquelas que envolvem vias navegáveis, portos e Receita Federal

Clientes

- Petrobras e seus parceiros
- Empresas estrangeiras de O&G (operadoras) que estão presentes no Brasil ou que manifestaram interesse no próximo leilão da ANP, tais como: **Statoil, Chevron, Shell, Total, CNOCC, CNPC, BP, Exxonmobil, Karoon, Petrogal, Repsol**, entre outras
- Afretadoras, tais como **Modec, SBM, BW, Bluewater, Bumi Armada, Toyo, QG**, entre outras, onde algumas delas já têm parcerias

Construção de módulos na base de Niterói da UTC



Em 2010, foram construídos simultaneamente 16 módulos na base de Niterói

Nova política de conteúdo local mantém índices altos para a construção e integração de módulos (2/2)

Competidores

Asiáticos:

- Os maiores competidores estão concentrados na Ásia, devido ao afretamento internacional e as políticas de conteúdo local

Nacionais:

- Entre as principais empresas nacionais, pode-se mencionar aquelas convidadas pelas empresas afretadoras nos leilões dos campos de Libra e Sépia, que são:



Estaleiros (Integração)

- Para a integração podem ser considerados grandes estaleiros e construtores de módulos com um píer capaz de receber um grande FPSO, tais como: Jurong, Techint, Keppel Fels, EISA, Queiroz Galvão (ERG), EAS - Estaleiro Atlântico Sul, EBR - Estaleiros do Brasil, etc.



Demanda

- A demanda tem relação direta com as oportunidades de novas plataformas
- Para mensurar essas oportunidades com base em projeção realista, deve-se assumir que serão construídas pelo menos de 2 a 3 plataformas por ano a partir de 2019
- De acordo com as últimas mudanças na política de conteúdo local, cerca de 5 a 7 módulos por plataforma devem ser construídos no Brasil
- Portanto, pode-se esperar que sejam construídos pelo menos 15 módulos por ano no Brasil

Situação de investimento - 5 a 7 módulos/plataforma × 2 a 3 plataformas/ano = 10 - 21 módulos por ano (Cenário de investimento)

Visão geral

- A fabricação de equipamentos e sistemas submarinos (jumpers e outros tipos de spools) são uma grande oportunidade, pois **representam 30% do montante investido em novas unidades produtoras**
- A **logística necessária é praticamente a mesma do que para a construção de módulos**, mas possui menor eficiência de custos devido a uma menor otimização da área ocupada (peças grandes colocadas em diferentes lugares)

Demanda

- As demandas tem **relação direta com a exploração de novos campos ou aumento de produção**, que também depende de novas plataformas

Clientes

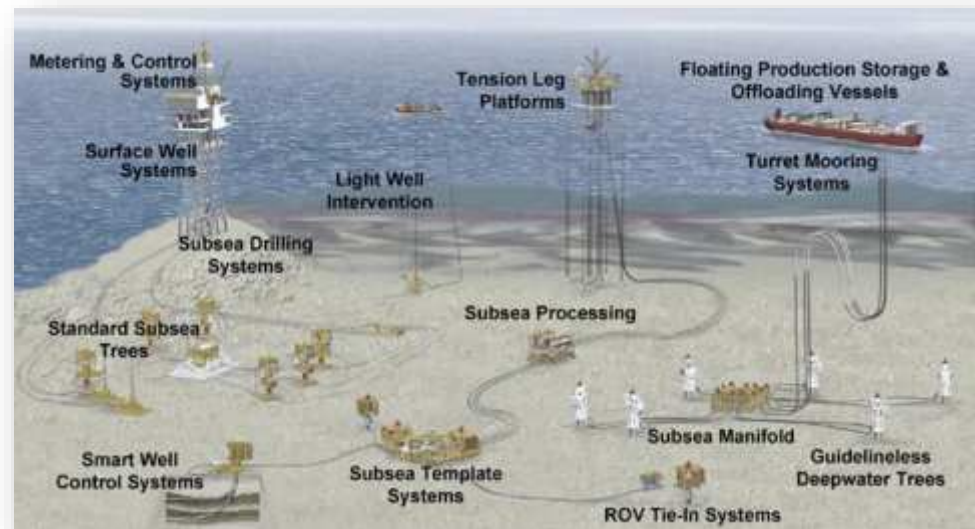
- Entre as empresas envolvidas na cadeia de sistemas submarinos estão: Aker, Cameron, FMC, Saipem, Schlumberger, Subsea 7, Subsin, Technip, Drill Quip, GE. Algumas dessas já tem suas próprias instalações ou parcerias



GE Oil & Gas

Competidores

- Os **competidores são praticamente os mesmos dos setores de construção de módulos** e outros competidores dos setores de melhorias de unidades, modificações e manutenção, pois possuem estaleiros disponíveis, área adequada e fácil acesso ao mar

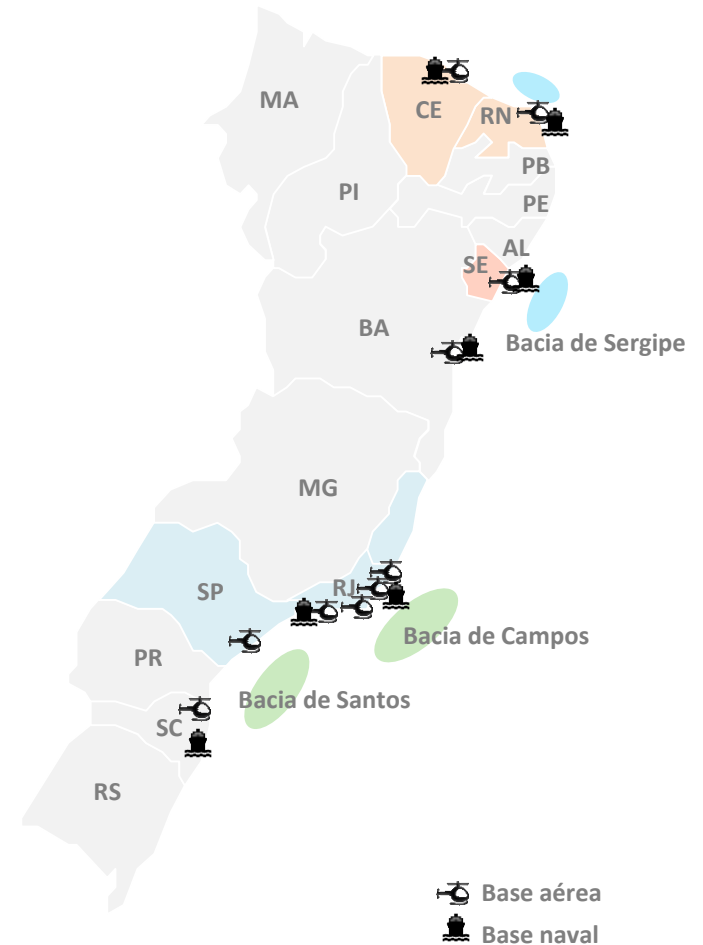


O plano estratégico da Petrobras indica seu crescente foco em águas ultra-profundas. Consequentemente, os equipamentos e sistemas submarinos devem ser cada vez mais robustos, intensificando o desenvolvimento de novas tecnologias e investimentos neste segmento

As intensas atividades de Exploração & Produção offshore são viabilizadas pelas bases de apoio logístico

Bases aéreas e navais de apoio a produção offshore

Região	Operador	Estado	Empresa / Localização
Sudeste	Petrobras	RJ	Porto Brasil – Porto de Açu – São João da Barra
		RJ	Porto de Imbetiba – Macaé
		RJ	Porto do Rio de Janeiro
		RJ	Estaleiro de Inhaúma – Rio de Janeiro
		SC	Porto de Itajaí
	Chevron	RJ	Porto do Brasil – Porto de Açu– São João da Barra
	Shell	RJ	Nitshore – Niterói
		ES	VOL – Porto de Vitória
	Karoon	RJ	Nitshore – Niterói
	Statoil	RJ	Brasco – Rio de Janeiro e Niterói
	PetroRio	RJ	Brasco – Rio de Janeiro e Niterói
	OGPar	RJ	Brasco e Nitshore – Niterói
	Anadarco	RJ	Utilizam bases de apoio nos portos do Rio de Janeiro,
	BP	RJ	Niterói e Açu
Total	RJ	Estão preparando o terreno para as novas atividades	
QGEP	RJ		
Nordeste	Petrobras	BA	Porto do Ferrolho
		SE	VLI – Terminal Inácio Barbosa
		RN	G & C – Porto de Guamaré
		CE	G & C – Porto do Paracuru



✈ Base aérea
 🚢 Base naval

A base de Niterói está estrategicamente localizada entre as maiores cidades do Estado do Rio de Janeiro e ao lado do Porto do Rio de Janeiro

fls. 10609

Apoio Logístico

Possíveis áreas de atuação

- A** Terminal alfandegado
- B** Descomissionamento
- C** Manutenção
- D** Apoio a produção
- E** Subsea



Apoio logístico às atividades offshore

Visão Geral

- Os serviços referem-se a melhorias, modificações e manutenção de unidades flutuantes (plataformas) além de suprimento de materiais
- Essa demanda contempla serviços de logística, principalmente armazenagem de materiais submarinos, como risers, linhas submarinas, bobinas e tubulação
- Geralmente parte das atividades são desenvolvidas nas bases e parte ocorre a bordo de plataformas offshore e unidades flutuantes, exigindo forte apoio logístico
- A disponibilidade de bases devidamente licenciadas (legal e ambientalmente) é um requisito fundamental. Outro aspecto de suma importância é a localização
- Atualmente é imprescindível ter bases disponíveis na costa do estado do Rio de Janeiro, de preferência em Niterói e em Macaé, para servir a Bacia de Campos
- A longo prazo, bases no litoral do Sergipe e Alagoas podem ser necessárias para servir a Bacia de Sergipe
- No futuro, também será fundamental possuir bases no litoral sul ou próximo ao litoral central do estado de São Paulo, especificamente Santos ou Guarujá, para atender a Bacia de Santos

Demanda

- Atualmente existem 143 plataformas produtoras e 28 sondas de perfuração em operação
- Existem muitas unidades em construção e outras indicadas no planejamento estratégico da Petrobras e seus parceiros
- Mais unidades são esperadas após o resultado do novo leilão da ANP
- Em média, 2 unidades produtoras por ano iniciam operação para a Petrobras

Considerando um novo ciclo com maiores investimentos, parece realista considerar a entrega de no mínimo 3 a 4 unidades por ano, a partir de 2019



Passado – 70 sondas perfuradoras



Atual – 28 sondas perfuradoras



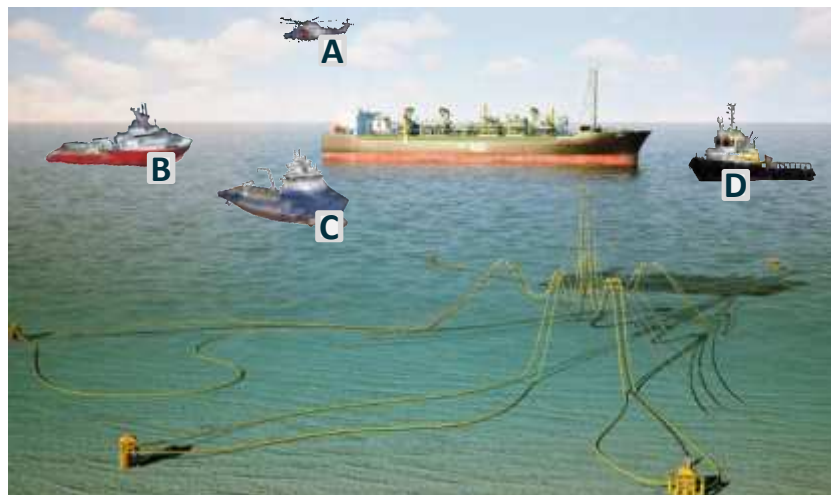
Previsto – 42 sondas perfuradoras



Pico em 2020 – 65 sondas perfuradoras

É realista considerar a adição de 15 a 20 sondas para o período, a partir de 2019

Logística offshore



- A** Helicóptero
- B** Embarcações AHTS
Manipulação de ancoragem, reboque e fornecimento
- C** Embarcações PSV
Embarcação de apoio offshore
- D** Embarcações LH
Manipulação de linhas submarinas e risers

Clientes

Petrobras e seus parceiros



Empresas estrangeiras



Outras companhias petrolíferas

Principalmente estrangeiras, que estão participando dos leilões da ANP e que podem se mover para ou aumentar a participação no mercado offshore do Brasil

Afretadores de FPSO

Sobretudo antes da entrega ao operador

Afretadores de sondas de perfuração



O segmento de reparos navais se manteve resiliente mesmo em períodos de crise devido à grande quantidade de embarcações de apoio atuando na costa brasileira

10612

Reparos
navais

Visão Geral

- Mesmo com a crise do setor de óleo & gás e retração econômica observada nos últimos 5 anos, **o mercado de reparos navais de embarcações de médio porte se mostrou resiliente, sobretudo pela grande quantidade de embarcações de apoio offshore em operação no Brasil**
- As mesmas instalações podem ser utilizadas para construção de módulos e integração
- Na maioria dos casos, instalações para reparos fora d'água, tais como diques secos, sistema de transporte de cargas e outros mais são necessários
- A base de Niterói possui cais de atracação para dique flutuante e uma balsa para ser utilizada como retroárea

Demanda

- Foco em embarcações de apoio offshore, embarcações de apoio portuário e outras embarcações de pequeno e médio porte

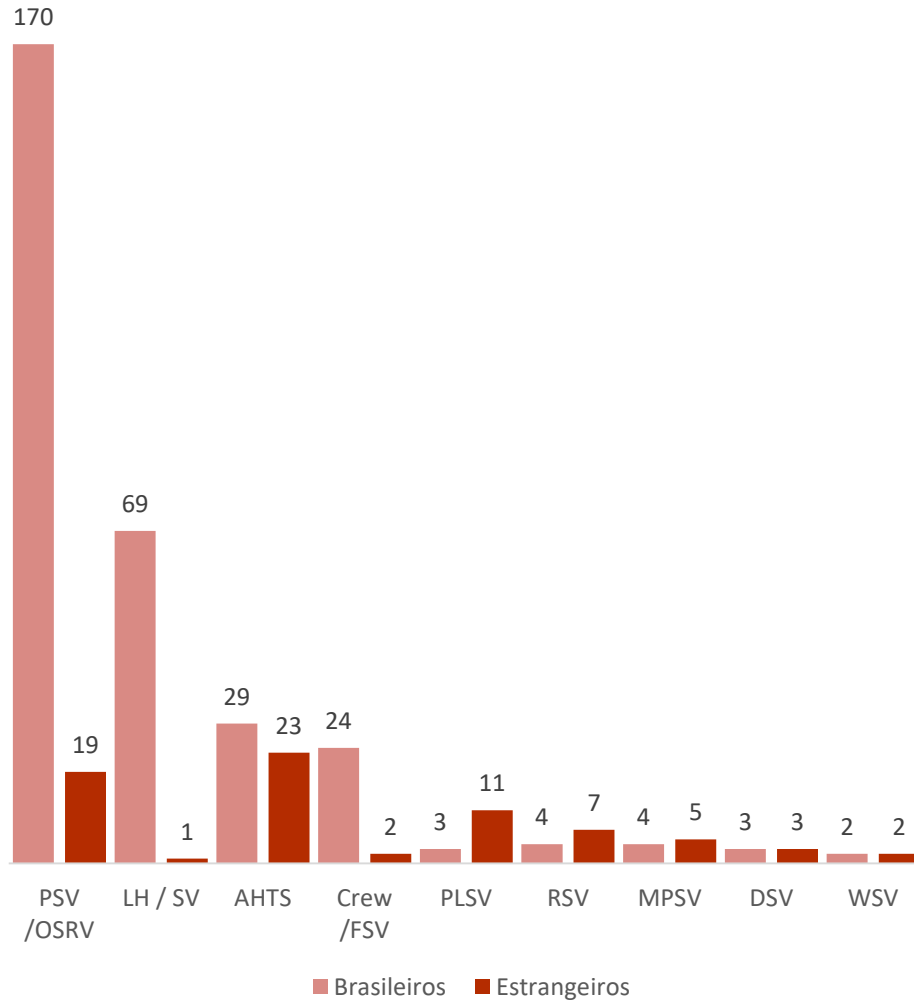
Competidores

- Há uma grande quantidade de estaleiros que atuam na área de reparos. **O diferencial neste mercado é a experiência e a qualificação do quadro de profissionais.**
- Com este intuito, a **Naval manteve profissionais altamente capacitados para se manter competitiva.**



Além de embarcações de apoio offshore, há oportunidades para atividades de reparo em embarcações de apoio portuário

Frota de embarcações de apoio no Brasil



Mercado de atuação



Navios PSV – Platform Supply Vessel, atualmente em operação no Brasil, ultrapassam a 189 embarcações

Os navios do tipo PSV (*Platform Supply Vessel*) são navios especializados no apoio às unidades de perfuração, produção e outras unidades marítimas.



Embarcações especiais de apoio à operações offshore, do tipo AHTS (52 unidades em operação no Brasil) - Anchor Handling Tug Supply e PLV - Pipe Laying Vessel

Os navios do tipo AHTS (*Anchor Handling Tug Supply*) atuam com a função básica de rebocador de plataformas de petróleo e operações de manuseio de âncoras.

Além de embarcações de apoio offshore, há possibilidade de se realizar reparos em:

- ✓ embarcações de apoio portuário
- ✓ outras embarcações de pequeno e médio porte

Descomissionamento: segmento que possui bom potencial em função da idade média das unidades existentes, sobretudo se for possível reduzir custos de descarte

E fls. 10614

Descomissionamento

Principais Requisitos

- (i) Embarcações, (ii) equipamento, (iii) ferramentas e (iv) mão-de-obra; (v) apoio geral: logística, acomodações, etc.
 - (vi) Transporte offshore e onshore, incluindo estaleiros para destinação final, com áreas de armazenagem específicas
 - (vii) Processamento, envolvendo área de armazenagem, serviços de limpeza e descontaminação, separação, corte, entre outras atividades, reciclagem e despejo adequado
- Todos os passos devem ser verificados por um monitoramento ambiental

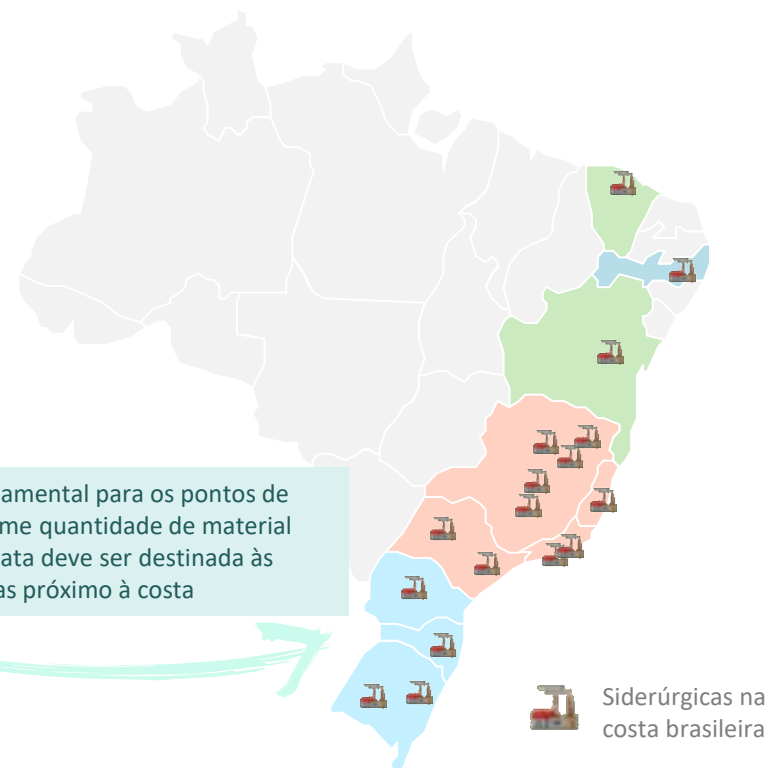
Área disponível

Disponibilidade de área é muito importante para a armazenagem e para o descarte de materiais

Acesso ao mar é o requisito preponderante para tais áreas.

Licenças, especialmente as ambientais, são mandatórias, principalmente se forem consideradas a possibilidade de contaminação e a presença de incrustações de coral-sol¹

Localização é um aspecto fundamental para os pontos de descarte. Considerando a enorme quantidade de material resultante do processo, a sucata deve ser destinada às siderúrgicas localizadas próximo à costa



Nota: 1. Espécie nociva de coral, conhecido por se proliferar de maneira acelerada, suprimindo outros corais e proporcionando perdas ao ecossistema submarino.
Fonte: : Petrobras, ANP e Grupo UTC

Os serviços de descomissionamento, a curto e médio prazo, devem atender somente a Petrobras, pois é a única empresa que possui plataformas antigas

Clientes

- No estágio inicial e por um longo período, Petrobras será o único cliente, devido a grande quantidade de plataformas em operação há mais de duas décadas



Competidores

- Os mesmos que competem nos serviços de melhorias, modificações e manutenção, pelo menos nas fases de desmontagem e recuperação
- É possível também que os estaleiros que constroem módulos busquem atuar neste setor, a depender das suas disponibilidades de área e de sua carteira de projetos



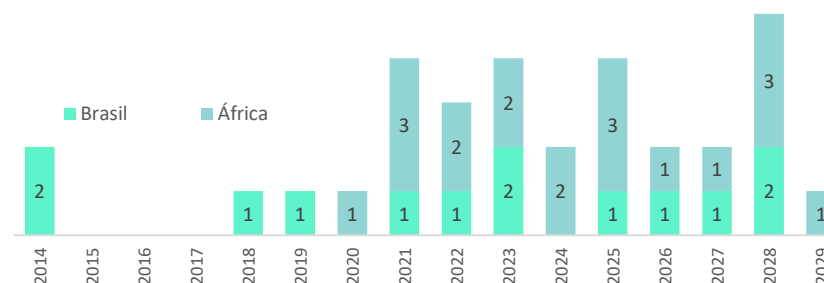
Algumas unidades que provavelmente serão descomissionadas no curto prazo



Demanda

- De acordo com estudos, **60 plataformas** devem ser descomissionadas nos próximos anos, especialmente nas bacias do Potiguar e de Campos
- Petrobras ainda não definiu quais plataformas e não há calendário detalhado, nem orçamento previsto

Descomissionamento de FPSOs: Brasil vs. África (#)



Previsão de 60 a serem desativadas

O Business Plan da Petrobras prevê o descomissionamento de 12 plataformas e um investimento estimado de US\$ 2,0B

02.

Visão Geral do Mercado

- a) Mercado brasileiro de Óleo e Gás
- b) Mercado de infraestrutura

Infraestrutura no Brasil: melhoria dos fundamentos econômicos e redução do papel do estado na economia contribuem para a retomada dos investimentos

fig. 10617

2014

- Inicia-se o ciclo de queda na economia brasileira, com PIB subindo apenas 0,1%, o pior desde 2009
- Início do ciclo de queda do preço do petróleo, acumulando 60% de queda no ano
- Cenário de crédito piorando, diminuindo a liquidez
- Início da Operação Lava-Jato

2015-
2016

- Intensificação da deterioração da economia brasileira
- Forte redução de oferta de crédito
- Redução do preço do petróleo, chegando a US\$26/barril (2016);
- Crise na Petrobras, com alta alavancagem e com forte redução nos investimentos
- Intensificação da Operação Lava-Jato

2017

- Melhoria na projeção de PIB dos próximos anos
- Expressiva queda na inflação
- Juros de longo prazo com tendência de queda

✓ Fundamentos econômicos têm melhorado nos últimos meses

MAIOR ESTABILIDADE DA ECONOMIA

✓ Redução do papel do Estado na economia

AMBIENTE FAVORÁVEL AOS NEGÓCIOS

- ✓ Novos investimentos
- ✓ Retomada de obras paralisadas
- ✓ Parcerias de investimento com setor privado

Infraestrutura no Brasil: perspectivas e necessidades de investimento

Perspectivas para o setor de infraestrutura brasileiro

- **SAÚDE**
 - Saneamento Básico
 - Produção e distribuição de alimentos
 - Qualidade de vida.

- **MOBILIDADE E REPLANEJAMENTO URBANO**
 - Moradia com qualidade
 - Mobilidade Urbana:
 - Transporte Público (Metrô, BRT, VLT)
 - Circulação de Veículos
 - Planejamento Urbanístico
 - Centros Comerciais e Serviços

- **GRANDE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS**
 - Aeroportos
 - Transporte Público
 - Hotéis
 - Comunicação
 - Terminais Turísticos (Navios)

Investimentos essenciais por região

- **NORDESTE**
 - Recursos Hídricos (Transposição, Canal do Sertão, Canal do Trabalhador, Irrigação)
 - Saneamentos Básico

- **NORTE E CENTRO OESTE**
 - escoamento da matéria prima (ferrovias, estradas)
 - Saneamento Básico

- **SUL E SUDESTE**
 - Mobilidade urbana

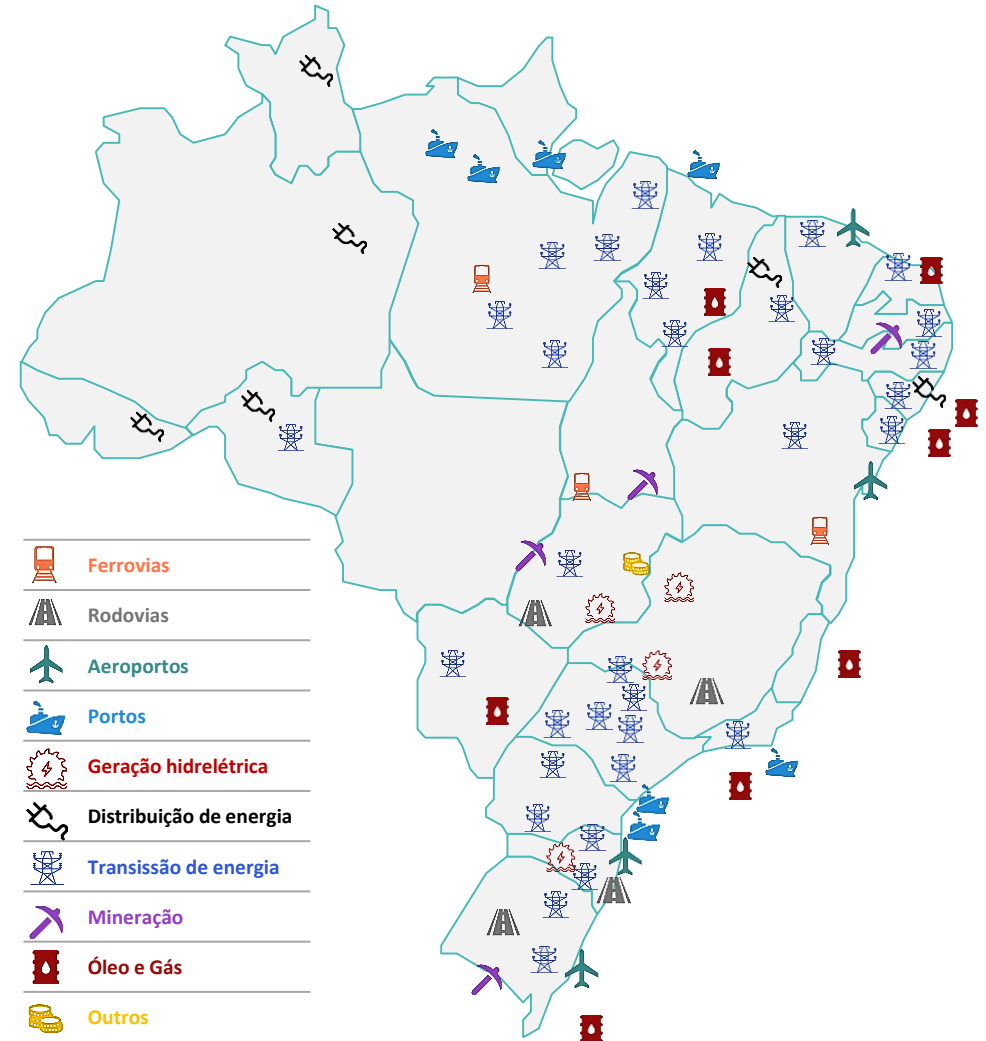
Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) com o setor privado: novas concessões, Parcerias Público-Privadas (PPP) e privatizações

10619

Programa de Parcerias de Investimentos

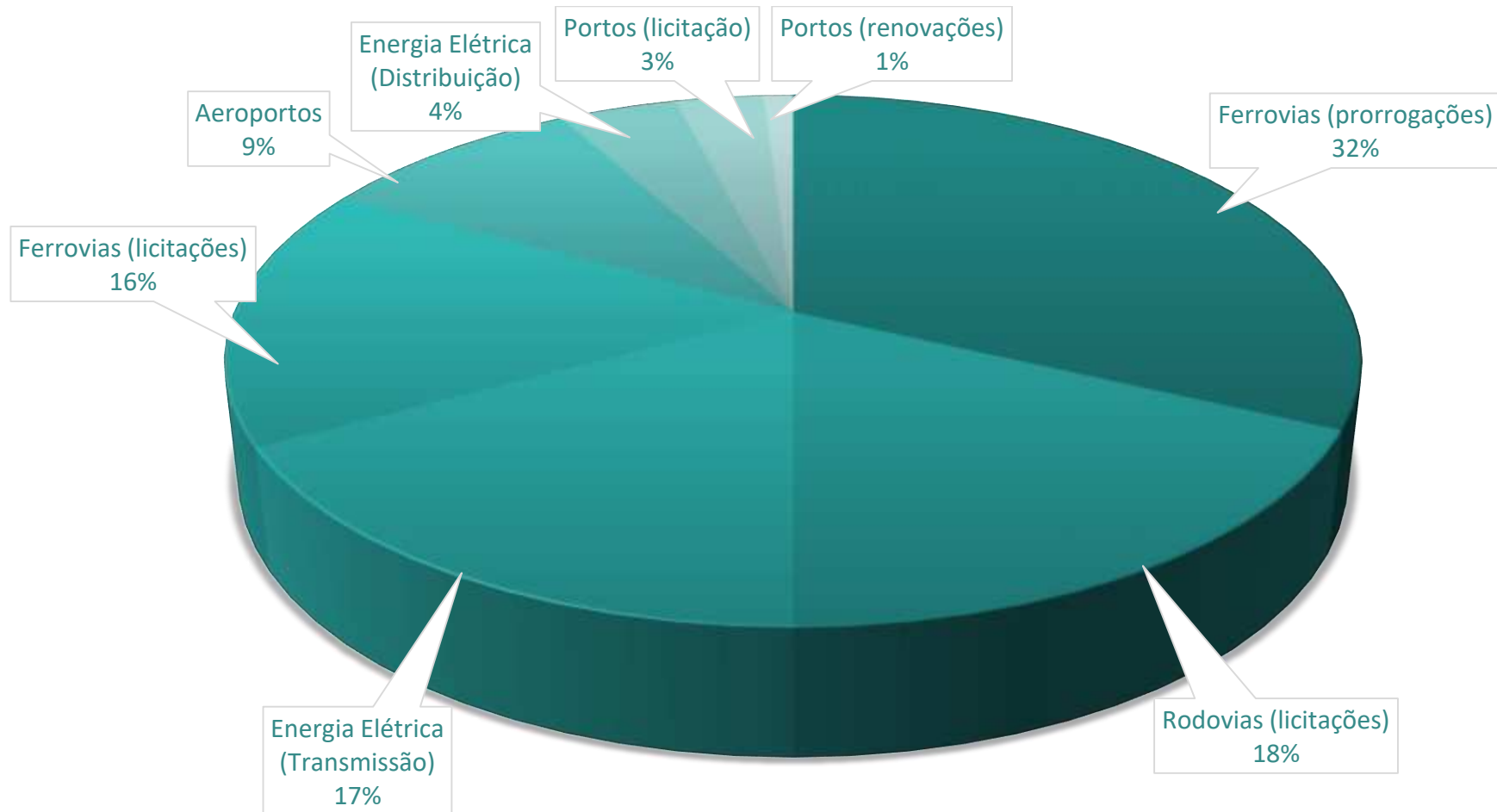
- O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi criado pelo Governo Federal para reforçar a coordenação das políticas de investimentos em infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado
- Projetos serão executados por meio de concessões, Parceria Público-Privada (PPP) e privatizações
- Algumas características:
 - Taxa de retorno determinada pelo mercado
 - Agências reguladoras voltam a ter papel primordial
 - Editais em Português e Inglês, com prazo mínimo de 100 dias, previamente auditados pelo TCU
 - Financiamento de longo prazo contará com participação de bancos privados
- Resultados do Primeiro ano do PPI (Setembro de 2016 a Setembro de 2017)
 - 89 projetos qualificados, dos quais 49 já avançaram
 - R\$ 23 bilhões em investimentos previstos
 - R\$ 6 bilhões arrecadados com outorgas
- Novos Projetos
 - 57 novos projetos: 14 Aeroportos, 2 Rodovias, 16 Portos, 12 de Energia Elétrica, 4 de O&G e 9 de outros setores
 - Estimativa de investimentos: R\$ 44B

Investimentos em diversas áreas distribuídas pelo país



Por meio do PPI, R\$ 77B serão investidos em projetos de infraestrutura. A Constran tem um dos maiores acervos técnicos do país para competir por tais projetos

Estimativa total de investimentos do PPI até o momento é de R\$ 77,4B



Investimentos em terminais de aeroportos e rodovias representam uma enorme oportunidade para ampliar o backlog da Constran

fls. 10621

Aeroportos

- Últimos leilões:
 - Março/2017
 - Aeroportos de Fortaleza (CE), Salvador (BA), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS).
 - CAPEX previsto: R\$ 6,6 bilhões - ampliações dos terminais de passageiros, dos pátios de aeronaves e das pistas
 - Os quatro terminais respondem por 11,6% dos passageiros que circulam no País, por 12,6% das cargas e por 8,6% das aeronaves do tráfego aéreo brasileiro.
- O governo já recebeu R\$ 3,7 bilhões em outorgas com a concessão dos aeroportos e portos e renovações. Foram realizados R\$ 7,8 bilhões em investimentos.
- O calendário do Governo prevê a venda da participação acionária da Infraero nos aeroportos de GRU, Confins, Brasília e Galeão no 2º Trimestre de 2018
- Próximos leilões
 - Terminais de Congonhas (SP), Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Campina Grande (PB), Juazeiro do Norte (CE), Macaé (RJ) Vitória (ES), Cuiabá (Várzea Grande - MT), Rondonópolis (MT), Sinop (MT), Alta Floresta (MT) e Barra do Garças (MT)
 - A previsão de investimentos para os aeroportos é de R\$ 6,4 bilhões. Os leilões devem ocorrer no segundo semestre de 2018

Rodovias

- A próxima fase do PPI inclui a licitação de duas rodovias: o trecho da BR-153 entre Goiás e Tocantins e o trecho da BR-364 entre Mato Grosso e Rondônia
 - Datas – Lançamento do edital no 3º trimestre de 2018 e leilão no 4º trimestre de 2018
- BR-153 – Anápolis (GO) a Aliança do Tocantins (TO)
 - Relicitação, devido a inexecução contratual por parte da concessionária atual
 - 624 km de extensão
 - Uma das principais rotas de transporte de passageiros, madeira e produtos agropecuários do Norte para o Sul do país
 - Cerca de 60 mil veículos por dia



- BR-364 – Porto Velho (RO) a Comodoro (MT)
 - 800km de extensão
 - Importante para o agronegócio
 - Investimento previsto: R\$ 8,2B



Expertise na área de terminais portuários, ferrovias e outras obras civis de grande porte posicionam a Constran de maneira privilegiada para competir nestes mercados

Portos

- Dois portos já foram leiloados dentro do PPI. As áreas STM 04 e STM 05 do Porto de Santarém (PA) foram arrematadas pelo Consórcio Porto Santarém, formado pela Petróleo Sabbá e Petrobras Distrib.
- Para garantir investimentos de cerca de R\$ 849,5 milhões em infraestrutura portuária, o governo federal também promoveu a renovação antecipada de contratos, a liberação de áreas, a publicação de editais e a abertura de consultas públicas para novos empreendimentos. Os recursos serão empregados em obras de ampliação da capacidade dos terminais.
- A concessão do Terminal de Fertilizantes, no Porto de Paranaguá, que venceria em 2023, passa a valer até 2048. O terminal conta com investimentos de R\$ 134,5. Já o terminal de contêineres, TECON Salvador, teve o prazo de validade prorrogado para 2050. Com investimentos de R\$ 715 milhões, os benefícios vão ampliar em 75% a capacidade do terminal.
- A renovação antecipada dos contratos possibilita investimentos nos terminais no curto prazo, além de oferecer segurança jurídica para a operação da arrendatária e garantia de benefícios para o terminal no longo prazo.



Outras áreas de infraestrutura

- Privatização da Eletrobras
 - Deve ser feito por meio da emissão de ações da Eletrobras no mercado
 - Diluição da participação da União na estatal a um percentual abaixo de 50%, fazendo com que o governo deixe de ser o acionista controlador



Eletrobras



- Em Setembro de 2017, a Cemig realizou leilões das hidrelétricas Jaguará (R\$ 2,171B de outorga) e Miranda (R\$ 1,38B de outorga)

- Projetos ferroviários incluídos no PPI para novas concessões são: América Latina Logística Malha Paulista – Malha Paulista (ALLMP); MRS Logística – Malha Sudeste; Ferrovia Centro Atlântica (FCA) – Malha Centro-Leste; Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM); e Estrada de Ferro Carajás (EFC).



03.

Empresas do Grupo

Empresas do grupo UTC após processo de recuperação judicial: foco no *core business*



Nota: 1. Parceria público privada
Fonte: Grupo UTC

UTC Participações: Atua em soluções e projetos, principalmente nas áreas de construção industrial, infraestrutura, O&G e desenvolvimento imobiliário

fls. 10625

A

VISÃO GERAL

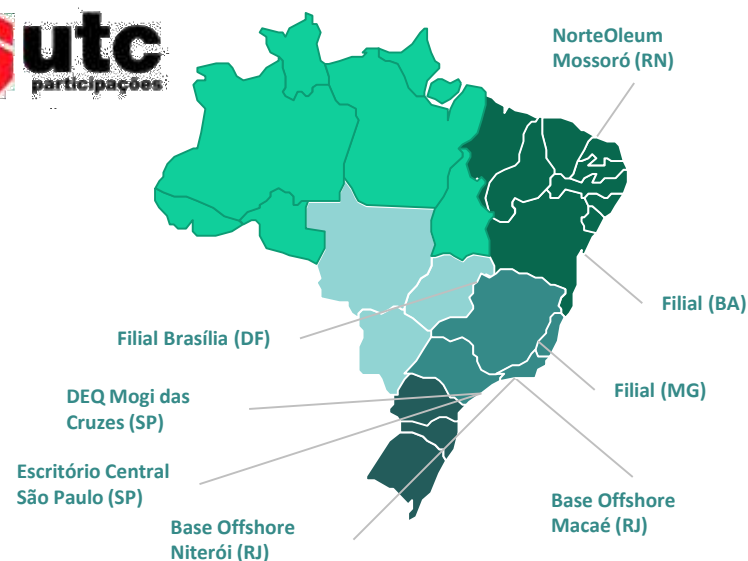
- Grupo UTC é controlado pela UTC Participações e se dedica, desde 1974, à área de infraestrutura. Ele iniciou as suas atividades com a UTC Engenharia, a qual desenvolve e executa projetos de construção, montagem e manutenção industrial, tendo destacada participação nos ramos de óleo e gás, químico e petroquímico, de geração de energia, metalurgia e siderurgia.
- Constituída como holding em 1997, a UTC Participações S.A. controla as empresas UTC Engenharia, Constran, Mape, Norteoleum, UTC Desenvolvimento Imobiliário, Cobrazil, Naval e Clia Porto.
- A UTC Participações adquiriu o controle da Constran em 2011, tendo esta empresa, fundada em 1957, destacada atuação em obras públicas e privadas de engenharia civil pesada.
- A UTC Participações também desenvolve projetos imobiliários através da UTC Desenvolvimento Imobiliário.
- A UTC Participações é acionista da sociedade por ações denominada Aeroportos Brasil S.A.. Esta possui 50% das suas ações e a Triunfo Participações detém as demais ações remanescentes. Esta sociedade detém 51% das ações da Aeroportos Brasil – Viracopos S.A., a qual é a concessionária responsável pela administração do Aeroporto Internacional de Viracopos por 30 anos.

ALCANCE DE ATENDIMENTO

DEQ (Departamento de Equipamentos)



- Este departamento é um dos destaques da do grupo UTC e garante um diferencial para a atuação do grupo em projetos distribuídos pelo Brasil. Este é responsável pelo gerenciamento dos equipamentos das empresas do grupo: armazenagem, recuperação, controle e distribuição para os diferentes contratos e consórcios.
- Localizado em Mogi das Cruzes, na grande São Paulo, com 121 mil m²
- A sua localização é próxima a importantes rodovias, facilitando o transporte dos equipamentos necessários à execução dos empreendimentos



UTC Engenharia: Uma das principais empresas brasileiras de sistema de gestão integrada na área de serviços em engenharia industrial com foco em O&G

fls. 10626

B

Oferece um portfólio de serviços extenso para as áreas de:

- Siderurgia, Metalurgia, Mineração, Papel e Celulose, Terminais, Tanques, Energia, Óleo & Gás *Offshore*, Química e Petroquímica

A companhia pode atuar em projetos conceituais, FEEDs, engenharia de detalhamento e EPCs, com foco em escopos diversos, tais como:

- Engenharia industrial e construção civil
- Fabricação de artefatos de cimento, fibra de cimento, ferro e aço, inclusive com a aquisição e aplicação de materiais de construção e equipamentos
- Montagem, construção e manutenção de instalações industriais
- Manutenção, reparos e *retrofits* em plantas industriais e unidades flutuantes (embarcações e plataformas)
- Pesquisa e desenvolvimento de tecnologia adequada às companhias industriais, estudos técnicos e econômicos sobre instalação de empreendimentos industriais
- Operação de unidades industriais mediante exploração própria ou contratos com terceiros



Principais realizações



Responsável pela construção de 8 importantes hidrelétricas do país, que representam 19.651 MW, 14% da produção nacional.



Trabalhou na maioria das Plataformas de Petróleo do país com serviços de Construção e Manutenção. 80% da produção nacional de petróleo.



A empresa já realizou trabalhos na maioria das Refinarias do país. Na Replan realizou o içamento de uma torre de 915 ton. e 110 m (equivalente a um prédio de 37 andares)



Trabalhou na montagem dos últimos 4 Alto Fornos que representam 8,9 mty de aço bruto (18 % da capacidade do Brasil). No contrato TKCSA participou da montagem de 2 Alto Fornos simultâneos.

A Base de operações offshore - Niterói (RJ)



Área total	Área construída	Valor estimado do imóvel (R\$ M) ¹
Imóvel: 112.000m ²	11.000m ²	158

- Infraestrutura adequada para comportar mais de 2.000 profissionais/turno
- Localização estratégica entre as principais cidades do Estado do Rio de Janeiro com acesso a rodovias federais e canais de navegação da Baía de Guanabara
- Com equipamentos de alta tecnologia, é capaz de fabricar módulos, skids e componentes para unidades *offshore*, reparos e upgrades de módulos de unidades flutuantes, fabricação de monoboios, entre outros
- Possui terminal alfandegado para movimentação, armazenagem e despacho aduaneiro

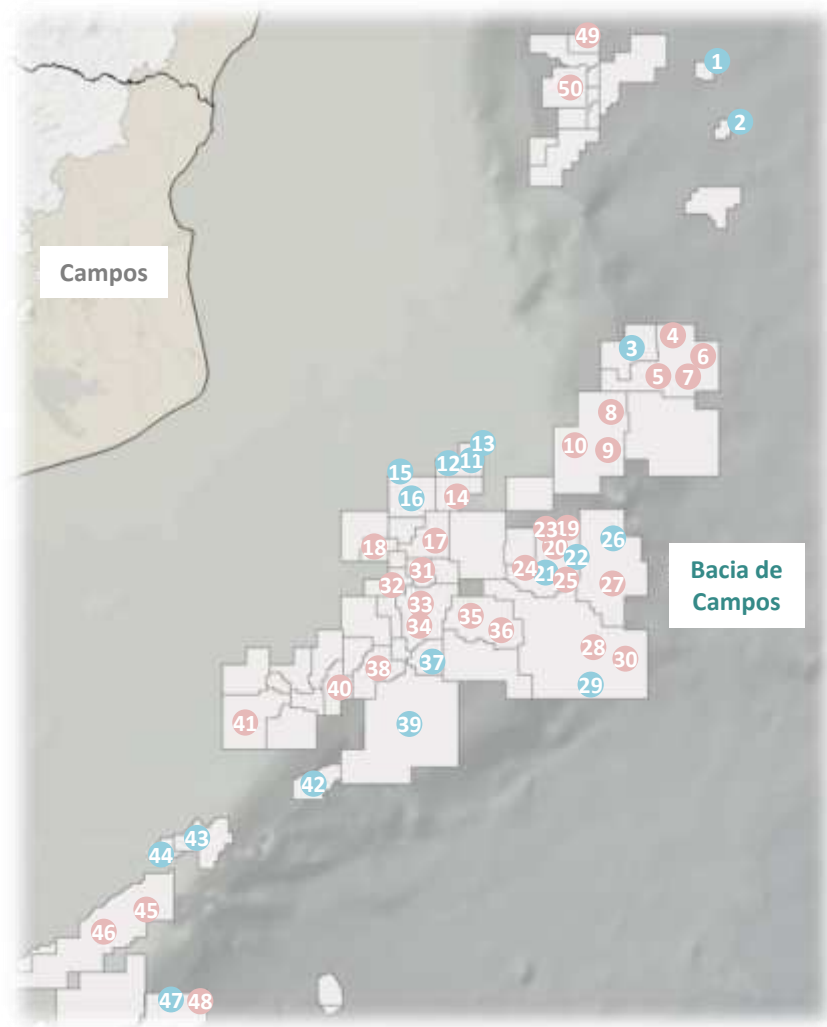
B Base de operações offshore - Macaé (RJ)



Área total	Área construída	Valor estimado do imóvel (R\$ M) ²
91.000m ²	8.300m ²	23

- Capacidade produtiva de 120 ton/mês de tubulação e 40 ton/mês de estrutura leve
- Presta serviços de construção e montagem, reparo e modificações, manutenção especializada, preservação e proteção anticorrosiva para unidades *offshore*, além de comissionamento e *hook up*
- Possibilidade de compartilhamento da base com outros *players* que atuem nos contratos com Petrobras

UTC Engenharia prestou serviços a quase todas as unidades de produção de O&G da Bacia de Campos



- | | | |
|------------------|----------------------|------------------|
| 1 RIO DAS OSTRAS | 18 CHERNE-1 M | 35 P-43 M H C |
| 2 ESPIRITO SANTO | 19 P-18 M | 36 P-48 M C |
| 3 FRADE | 20 P-19 M | 37 Fluminense |
| 4 P-52 M | 21 P-20 M | 38 P-08 M |
| 5 P-54 M | 22 P-26 M | 39 CIDADE DO RJ |
| 6 P-55 M H C | 23 P-33 M | 40 ENCHOVA M |
| 7 P-62 M C | 24 P-35 M | 41 PAMPO-1 M |
| 8 P-25 M C | 25 P-37 M | 42 |
| 9 P-31 M | 26 CIDADE DE NITEROI | 43 Polvo A |
| 10 P-50 M | 27 P-53 M H C | 44 OSX-3 |
| 11 VERMELHO-I | 28 P-40 H | 45 Peregrino A M |
| 12 VERMELHO-II | 29 P-51 | 46 Peregrino B M |
| 13 VERMELHO-III | 30 P-56 C | 47 P-61 |
| 14 PARGO-1A M | 31 NAMORADO-2 M | 48 P-63 H C |
| 15 CARAPEBA-I | 32 CHERNE-2 M | 49 P-58 H C |
| 16 CARAPEBA-II | 33 P-09 M | 50 P-57 C |
| 17 GAROUPA M | 34 NAMORADO-1 M | |

Escopo executado pela UTC

- H Hook-up
- M Construção e Montagem (C&M)
- C Construção

Naval: atua no mercado de reparos navais em embarcações de pequeno e médio porte, em especial nas de apoio *offshore*

fls. 10628

O canteiro de Niterói começou a ser desenvolvido no início dos anos 80 como base para suporte das operações de Hook-Up das primeiras Plataformas Fixas da Bacia de Campos.

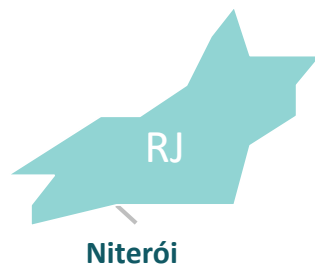
A partir do ano 2000, com a aquisição dos terrenos adjacentes à área inicial, a UTC iniciou o desenvolvimento do empreendimento até o seu conceito atual. Neste período, as instalações da base de Niterói foram utilizadas para a construção de módulos de topside para os projetos das plataformas P-43, P-48, P-47, P-53, P-57, P-55, P-56, P-58 e P-62.

Atuação da Naval:

- Reparo naval de embarcações de apoio com docagem
- Reparo naval de sondas de perfuração sem docagem e fundeadas na Baía de Guanabara
- Construção Naval e Reparo de Longo Prazo

Novos Segmentos de Atuação:

- Execução de Projetos Industriais
- Montagem, Reconstrução e Manutenção de Instalações Industriais
- Operação de Unidades Industriais
- Navegação de Transporte Marítimo e Fluvial
- Serviços de Dragagem



Naval – planta industrial

As atividades que já foram desenvolvidas nas instalações da Naval contemplam:

- Construção / Reparos Navais
- Montagem Eletromecânica
- Pré-fabricação de estruturas metálicas
- Manutenção Industrial
- Terminal de Uso Privado (TUP) e Depósito Alfandegado Certificado (DAC)
- Gerenciamento de Projetos e Suprimentos
- Infraestrutura e Construção Civil
- Atracação de diques flutuantes



A infraestrutura da Naval está preparada para comportar simultaneamente a construção de módulos e atividades de reparos navais

Em parceria com outra companhia, foram feitos reparos em 16 embarcações sobre o dique flutuante atracado nas instalações da Niterói Reparos Navais



Embarcação de apoio *offshore* sendo reparada sobre o dique flutuante

Clia Porto: tem como proposta reunir em um só site diversos serviços logístico-portuários

fls. 10629

A empresa prestará serviços integrados relacionados a logística aduaneira e armazenamento, tais como:

- Terminal Alfandegado com os Regimes Convencionais Exportação/Importação
- Entrepasto, exportação/importação; regime D.A.C; entreposto Industrial: permite a importação/exportação de mercadorias armazenadas em recinto alfandegado de uso público, com suspensão do pagamento dos impostos federais, incidentes na importação. Há ainda a possibilidade de realizar DAC virtual (p.e. em módulo de plataforma)

Outros serviços também podem ser desenvolvidos no local, tais como:

- ✓ Armazém Geral
- ✓ Aluguel de escritórios com facilidades
- ✓ Armazenagem de granéis líquidos e sólidos;
- ✓ Aluguel de áreas
- ✓ Projetos logísticos especiais para suprir as operadoras de petróleo
- ✓ Área industrial para montagem
- ✓ Estacionamento “seco” de embarcações

Complexo Logístico Industrial Alfandegado Portuário

Área total	Terminal Alfandegado	Galpão de Armazenagem
96.500 m ²	5.000 m ²	4.200 m ²

- Acesso pela BR 101, Baía de Guanabara e Bairro do Barreto – Niterói
- Balança rodoviária com capacidade de 100 ton
- Cais 1 – 40m com 5m de calado; Cais 2 – 50m com 6m de calado

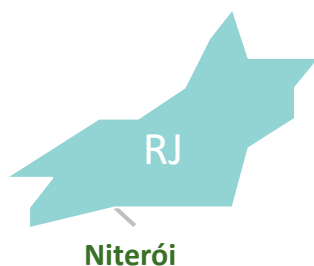
Capacidade de armazenar 100 ton



Localizado ao lado da ponte Rio-Niterói, ótimo acesso portuário



Apoio logístico e reparos *offshore* podem ser facilitados com a balsa e os rebocadores de propriedade do grupo UTC



Cobrazil: player competitivo em seus segmentos de atuação com foco nas áreas industriais e de geração de energia

- Fundada em 1917, a COBRAZIL teve sua atuação voltada para os segmentos portuário ferroviário, linhas de transmissão, instalações elétricas e montagens industriais. Em 1992, foi adquirida pela CONSTRAN S/A e em 2010, a UTC Participações adquiriu a CONSTRAN, passando a controlar a COBRAZIL.
- É uma empresa de engenharia e de construção e montagem com atuação nos segmentos de manutenção industrial, montagem eletromecânica e construção civil, atendendo ao segmento industrial privado. Com a sua própria experiência ou suportada por outras empresas do Grupo, desenvolve novas tecnologias e metodologias, oferecendo soluções adequadas e competitivas aos seus clientes.

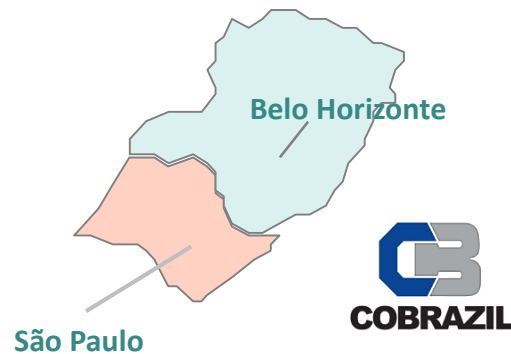
ÁREAS DE ATUAÇÃO

Indústria

- Mineração
- Siderurgia e Metalurgia
- Papel e Celulose
- Química e Petroquímica
- Terminais e Dutos
- Farmacêutica e Cosméticos
- Alimentícia e Bebidas
- Agroindústria
- Fertilizantes
- Manufatura e outras indústrias

Geração de Energia

- Térmicas
- Fotovoltaicas
- Hídricas (Grandes e Pequenas Hidrelétricas)
- Eólicas



Equipe da Cobrazil trabalhou na construção de 8 importantes hidrelétricas do país, o que representa 19.651 MW, 14% da produção nacional

Esta equipe executou todos os grandes projetos de CAPEX da Gerdau ao longo dos últimos 15 anos



A Cobrazil conta com uma equipe altamente capacitada, experiente e com flexibilidade de mobilização. Pode atuar nos mais diversos segmentos, prestando serviços de engenharia, construção, montagem e manutenção, nas áreas industriais e de geração de energia

Contrato Vigente

Termoelétrica Pampa Sul

606 colaboradores

Ciente	Período	Valor estimado (R\$ M)
SDEPCI	set/2017 – jul/2018	32,4

Avanço físico:
21,58%

Saldo a receber:
R\$ 29,8 M

Cobrazil: player competitivo em seus segmentos de atuação com foco nas áreas industriais e de geração de energia



Mineração



Siderurgia



Terminais e Portos



Outros Segmentos

Com atuação nos segmentos industriais, energético e de infra estrutura, a COBRAZIL vem ampliando seu leque de atuação no território nacional.



Térmicas



Fotovoltaicas



Hídricas (PCH/UHE)

A companhia está estruturada com a equipe oriunda da Diretoria Industrial da UTC Engenharia.



Eólica



Papel e Celulose



Manutenção Industrial

Constran: Fundada em 1957, com 59 anos de história, a empresa atua em todo o território brasileiro, na área de construção civil pesada

fls. 10632

Presente na construção das mais significativas obras públicas e privadas, atuando em todo o território nacional em diversos setores da engenharia.

Atualmente a Constran está capacitada a atender seus clientes, de forma integrada, em todas as fases de implantação de projetos: gerenciamento de obras, engenharia básica ou executiva, suprimentos e construção.

Atua em diversas áreas de infraestrutura e construção civil pesada, tendo desenvolvido projetos de usinas e barragens, metrovias e ferrovias, portos, canais, retificação de rios e aprofundamento de suas calhas, aeroportos, rodovias, pontes e viadutos, sistemas viários urbanos, edificações, saneamento, dutos e linhas de transmissão



A atuação da empresa está associada a inúmeras obras de infraestrutura de grande porte que ajudaram na construção do País. Além dos destaques listados ao lado, foram devolvidas obras relevantes em instalações industriais, sistemas viários, pontes & viadutos, rio & canais, túneis e dutos.

Principais realizações



METROVIAS

Pioneira na construção de estações, vias e pátios nas Linhas Azul, Vermelha, Verde, Lilás e Laranja em SP, como também na implantação de duas estações na linha Sul do metrô de Fortaleza.



FERROVIAS

Possui uma história de qualidade e pioneirismo no seguimento de obras ferroviárias com a construção de aproximadamente 1.000 km de trilhos que cruzam 7 estados brasileiros.



RODOVIAS

A marca da Constran está presente também nos trechos Oeste e Sul do Rodoanel Mário Covas, como também na Rodovia dos Imigrantes em SP, na duplicação da BR 101 nos estados de RN e SC, além da duplicação da BR-116 no RS.



AEROPORTOS

Possui em seu acervo a construção do Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP e a realização da grande ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas/SP.



PORTOS

Realizou a construção do Porto de Itaguaí/RJ (mais conhecido como porto de Sepetiba), a ampliação do Terminal de Granéis e Marítimo do Guarujá/SP, além o Alinhamento do Cais de Outeirinhos em Santos/SP.



USINAS E BARRAGENS

No setor de energia esteve presente na construção do Complexo Hidrelétrico de Juba I e II, da Usina de São Manoel (700 MW) e Usina Hidrelétrica de Xingó (5.270 MW), além da barragem da Penha em SP.

Constran: principais contratos em andamento (backlog total de R\$ 2,2B¹)

fls. 10633

A	Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Lote 6	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		VALEC	fev/2011 – nov/2018	775,0



* 100% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
4,8%	R\$ 741,2 M

F	Consórcio Mobilidade SBC	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		Prefeitura SBC	Jul/2014 – dez/2017	142,3



* 50% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
41,6%	R\$ 96,4 M

B	DNIT SUL	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		DNIT	jan/2013 – dez/2017	363,1



* 100% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
63,1%	R\$ 134,5 M

G	Consórcio Túnel Roberto Marinho – Lote 2	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		Prefeitura SP	fev/2012 – fev/2018	325,1



* 40% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
3,6%	R\$ 315,0 M

C	Consórcio Implantação Corredor Lobato - Pirajá	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		CONDER	mar/2014 – dez/2018	365,5



* 50% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
47,7%	R\$ 203,3 M

H	Consórcio Terminal Rodoviário Itaquera	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		Prefeitura SP	Ago/2013 – fev/2018	169,8



* 30% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
27,8%	R\$ 124,8 M

D	Carioca Transoceânica	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		EMUSA NITEROI	set/2014 – junho/18	262,4



* 62% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
90,9%	R\$ 47,3 M

I	Consórcio Viário Lapa - Pirituba	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		Prefeitura SP	Jul/2016 – jul/2019	98,2



* 50% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
-%	R\$ 98,0 M

E	Consórcio DNIT Alagoas	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		DNIT	fev/2017 – ago/2019	217,6



* 48% Constran

Avanço físico:	Saldo a receber:
-%	R\$ 217,6 M

J	Ponte Judas Tadeu	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		DEOP	mar/2018 – ago/2019	38,9

* 100% Constran

FUTURO

K	Contorno Norte de Lagoa Santa - MG	Cliente	Período	Valor estimado (R\$ M)
		VALEC	Jul/2017 – dez/2019	112,9

* 100% Constran

Nota: 1. Backlog inclui todos os contratos atuais, inclusive outros que não estão aqui representados. Valores com base em ago/17. Prazos de término conforme previsto em contrato

Fonte: Grupo UTC

NorteOleum vendeu a maior parte dos seus blocos e campos recentemente, mantendo três blocos em fase exploratória

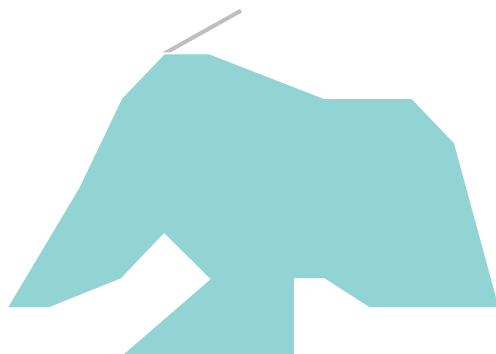
fls. 10634



VISÃO GERAL

- Vários fatores consecutivos impactaram a solidez das operações do negócio:
 - a queda inesperada do preço do barril de petróleo (as projeções da companhia previam um mínimo de US\$ 80/bbl, porém o preço chegou a cair a US\$ 30/bbl e atualmente opera próximo a US\$ 50bbl);
 - o preço do dólar foi outro fator que interferiu no orçamento da NorteOleum, que apresentava projeções considerando o dólar a R\$ 4,20 (atualmente a patamares próximos a R\$ 3,10);
 - Vários investimentos em sondagem e perfuração, da ordem de R\$ 1M, foram frustrados – sem gerar receitas suficientes de produção, o que pesou ainda mais para o negócio
- Dessa forma, o grupo UTC decidiu hibernar a companhia por um período de tempo (desde início de 2016) e recentemente vendeu grande parte de seus ativos, conforme tabela ao lado:

Bacia Potiguar



Valor total da venda dos últimos ativos de R\$ 60,0M

RECENTE VENDA DE ATIVOS

Venda de ativos	Valor (R\$ mil)	Forma de Pagamento
Equipamentos	6.000	Integral até 13 de Julho de 2016
Campos Galo de Campina, Arribaça, Rolinha, Caboclinho e Graúna, João de Barro. E os blocos BT-POT-10; POT-T-741 ² ; POT-T-302	51.070	Sendo R\$ 22,535M pagos quando da aprovação da ANP. O restante de R\$ 28,535M em 48 parcelas ¹
Campo de Concriz e Periquito. E os blocos: POT-T-790, POT-T-743 ² e POT-T-744 ²	2.930	A serem pagas integralmente após aprovação governamental

- A empresa vendeu a totalidade de seus campos, poços e blocos em Jul/17
- Porém manteve 3 blocos em fase exploratória, a saber: POT-T-618, POT-T-619 e POT-T-575

Esses ativos são considerados essenciais para companhia, o que garante sua preservação³

Há grande potencial de se encontrar reservas nesses três blocos no futuro (volume recuperável estimado em torno de 20-30Mbbbl⁴)



Notas: 1. Ajustadas pelo IGP-M/FGV; 2. Blocos adquiridos no leilão da 13ª Rodada de Licitações ao final de 2015; 3. Conforme previsto na Lei 11.101 art. 41, § 3º5; 4. Assumindo um fator de recuperação de 20-30%
Fonte: ANP e Grupo UTC

VISÃO GERAL

- UTC Desenvolvimento Imobiliário incorpora e desenvolve empreendimentos comerciais e se utiliza do conhecimento do grupo na área da construção civil para executar os seus projetos. Em parceria com a Patrimonial Volga, ela está desenvolvendo empreendimentos imobiliários em Salvador (Bahia).
- A empresa tem como atividade principal a realização de negócios estruturados (*built to suit*) e a incorporação de empreendimentos comerciais e/ou empresariais, já tendo desenvolvido atividades em São Paulo e na Bahia
- Atualmente a empresa tem como maior ativo um terreno bem localizado em Lauro de Freitas, próximo a Salvador, e uma obra comercial na mesma região.

Terreno Paralela e Dual Medical Center



Unique Trade Center

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS

A Terreno Paralela



Área total	Valor estimado (R\$ M) ¹
912.698m ²	[272]

- Localizado em Salvador (BA) em um área muito valorizada, próxima ao Shopping Paralela, Alphaville I e II
- Colina Sul: 553.463m² - Patrimonial Volga LTDA (100% controlada)
- Colina Leste I: 165.000 m² (~R\$ 34M) **Vendido a MRV**
- Colina Leste II: 183.438 m² (~R\$38M) **Em negociação**

B Dual Medical & Business



Área construída ²	Valor estimado (R\$ M) ³
10.000m ²	56

- Empreendimento odonto-médico e empresarial idealizado pelo arquiteto Carlos Campelo
- Localizado na rua Lafaeite F. dos Santos, Lauro de Freitas (BA). Região de grande movimento e forte atividade comercial, como shoppings, restaurantes, bancos e concessionárias

C Unique Trade Center - entregue



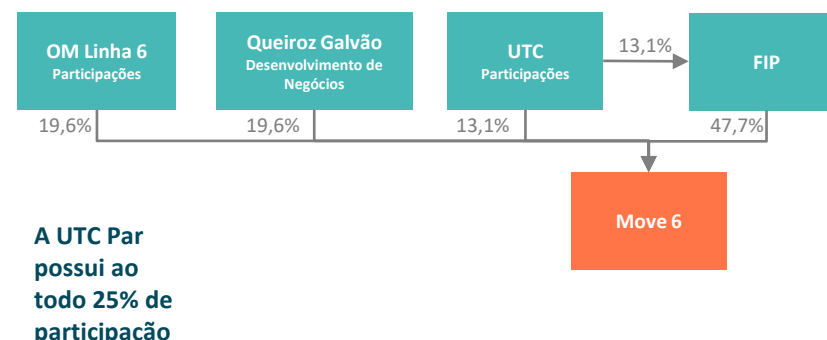
Área construída	Valor estimado (R\$ M) ³
2.545m ²	23

- Empreendimento situado na rua Bento de Andrade, Jardim Paulista em São Paulo, em uma região muito bem localizada, próxima ao centro financeiro

Move6 São Paulo: parceria público-privada responsável pela construção e operação da Linha 6-Laranja de metrô de São Paulo

CONTEXTO ATUAL E ESTRUTURA SOCIETÁRIA

- A empresa prestará serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja de metrô da cidade de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção, exploração e expansão da Linha 6 – Laranja
- Devido a problemas de liberações de áreas públicas e atraso nos processos de desapropriações, bem como atraso na captação de recursos de financiamento de longo prazo, as obras foram suspensas em 2 de setembro de 2016
- A UTC possui contragarantias (capital de giro e empréstimo-ponte) com os demais acionistas da concessionária, que possuem opção de regresso contra o grupo
- O prazo total da concessão é de 26 anos, sendo 6 anos para fazer a implantação da linha e, na sequência, mais 19 anos para operá-la, com vigência iniciada a partir do dia 20 de maio de 2014 e término em 19 de maio de 2039



633.000 passageiros por dia **15,3 km de** extensão **15 estações** **3 terminais de** integração **22 trens** **9.000 empregados** durante a construção **R\$ 9,6B** dividido entre o Governo do Estado (50%) e Concessionária (50%)



Elevada necessidade de financiamento para dar continuidade aos trabalhos, por outro lado, a UTC realizou poucos aportes e não há valores expressivos de *liabilities* a cristalizar. Portanto o grupo UTC estabelece um cenário em que o valor da sua participação é considerado nulo

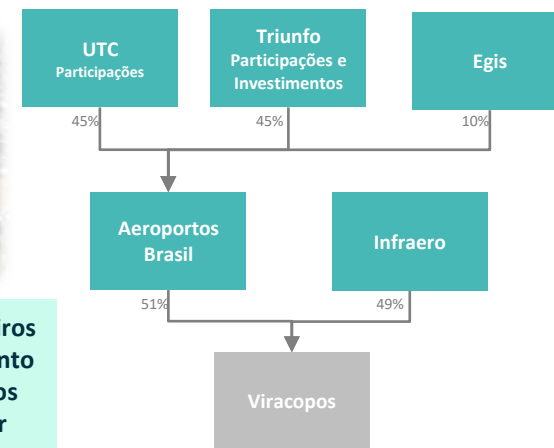
Aeroporto de Viracopos: atualmente ocupa a 6ª posição em número de passageiros e é um dos aeroportos que mais cresceu nos últimos anos

VIRACOPOS

- O Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado na cidade de Campinas (SP), foi concedido através de leilão federal no ano de 2012 (concessão para 30 anos). Possui uma área total de 25,9 Km² e em 2015 foi responsável por 131.537 voos, tanto nacionais, quanto internacionais
- Seguindo um plano de investimentos, o MasterPlan, a Aeroportos Brasil Viracopos prevê um aporte de aproximadamente R\$ 9,5B ao longo dos 30 anos de concessão, divididos em 5 ciclos de investimentos
- O consórcio tem a obrigação de construir 28 pontes de embarque com capacidade anual de 25M de passageiros
- A empresa enfrentou problemas recentemente para garantir os pagamentos da outorga e da concessão. Há um programa de reperfilamento das outorgas em possível discussão com a ANAC
- A expansão está atrelada, principalmente, ao crescimento da Cia Aérea Azul, que utiliza este aeroporto como principal hub de suas operações. Incluindo novas rotas internacionais
- Localizado em uma região estratégica, próxima a grandes empreendimentos imobiliários, como o Shopping Parque Dom Pedro



- 1 Construção da 2ª pista de pouso e decolagem
- 2 Desvio das linhas de trem para construção da nova pista
- 3 Construção do posto de combustíveis
- 4 1ª expansão do novo terminal de passageiros TPS-1
- 5 1ª expansão do terminal de carga TECA
- 6 Construção da 3ª pista de pouso e decolagem
- 7 2ª expansão do novo terminal de passageiro TPS-1
- 8 Futura expansão: 3ª terminal de passageiro



A estrutura recebeu 38,2k passageiros em linhas internacionais, crescimento de 29,4%, e outros 742,5k usuários em vôos domésticos, 7,5% maior

#Ranking	Aeroporto	Passageiros (2016)	Cidade
1	Aeroporto Inter. de Guarulhos	36.596.326	Guarulhos (SP)
2	Aeroporto de São Paulo-Congonhas	20.816.957	São Paulo (SP)
3	Aeroporto Inter. Juscelino Kubitschek	17.947.153	Brasília (DF)
4	Aeroporto Inter. A. Carlos Jobim- Galeão	16.103.011	Rio de Janeiro (RJ)
5	Aeroporto Inter. Tancredo Neves	9.638.798	Confins (MG)
6	Aeroporto Inter. de Viracopos	9.325.252	Campinas (SP)
7	Aeroporto Santos Dumont	9.065.905	Rio de Janeiro (RJ)
8	Aeroporto Inter. Salgado Filho	7.648.743	Porto Alegre (RS)
9	Aeroporto Inter. Dep. L. E. Magalhães	7.526.358	Salvador (BA)
10	Aeroporto Inter. Dos Guararapes	6.811.676	Recife (PE)

Discussões sobre o investimento da UTC em Viracopos ainda estão em andamento. A estratégia base é de minimizar passivos e maximizar o valor para o acionista UTC

04.

Plano de Recuperação Judicial

Fresh start para a companhia por meio da recuperação judicial e da assinatura do acordo de leniência

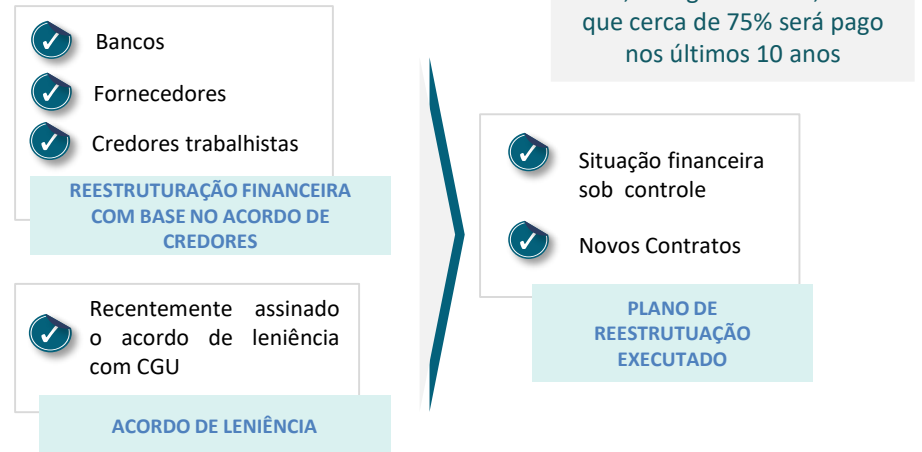
UTC entrou com o pedido de Recuperação Judicial em 17 Julho de 2017

Os principais objetivos desse processo são:

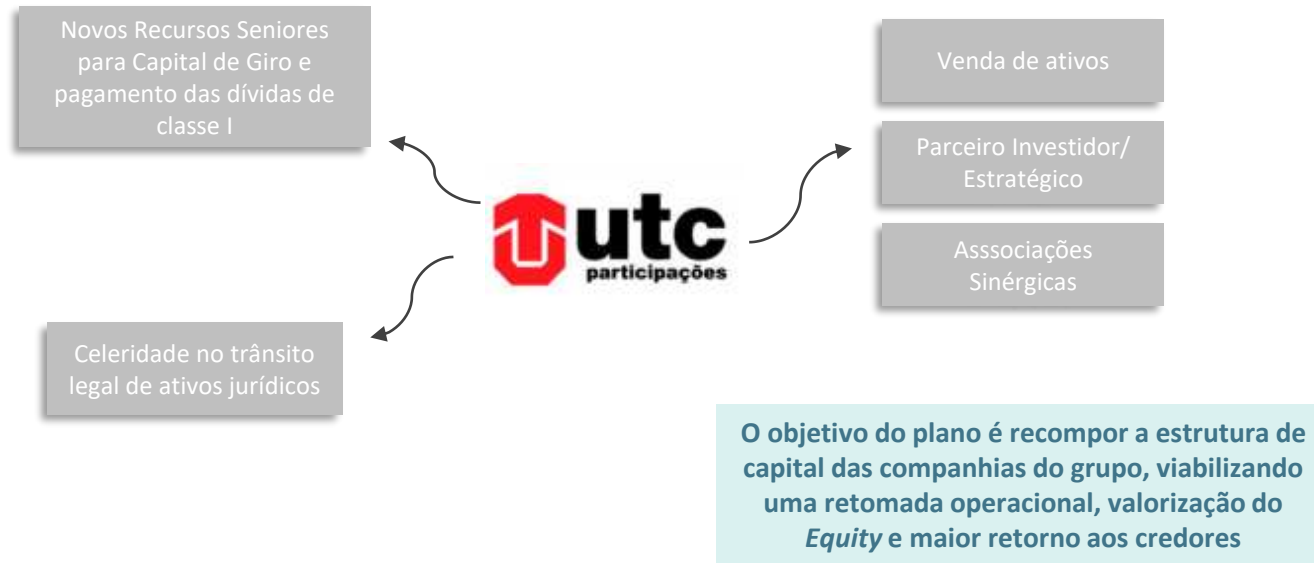
- ✓ Preservar as Recuperandas como entidades econômicas geradoras de empregos, tributos e riquezas, assegurando o exercício da sua função social e econômica;
- ✓ Permitir a superação da crise econômico-financeira deflagrada, sobretudo, pela alta alavancagem das companhias do grupo;
- ✓ Reestruturar as suas operações e as suas obrigações, dimensionando-as ao seu fluxo de caixa;
- ✓ Atender ao interesse dos seus credores de forma a proceder o pagamento dos seus créditos por meio de uma estrutura de pagamentos compatível com o seu potencial de geração de caixa;
- ✓ Permitir que a empresa cumpra com o acordo de leniência recentemente assinado com a CGU, permitindo assim que a UTC concorra a licitações públicas e a contratos privados.

Acordo de leniência assinado com o Ministério da Transparência, Execução e Controladoria Geral em 11 de Julho de 2017

- ✓ A UTC é a primeira das grandes empresas brasileiras envolvidas no escândalo de corrupção da Petrobras a assinar um acordo de leniência
- ✓ A UTC não será declarada inidônea, o que acarretaria proibição para atuar em contratos com órgãos públicos
- ✓ O acordo dará à empresa atestado de “ficha limpa” perante o Governo, permitirá reabertura de crédito junto ao Banco Brasileiro de Desenvolvimento (BNDES) e concorrer a novos contratos públicos com a Petrobras e outras instituições públicas



Pilares do plano de reestruturação do Grupo UTC: foco em recompor a estrutura de capital, viabilizar retomada operacional e permitir um maior retorno aos credores fls. 10640



PRINCIPAIS PILARES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO GRUPO UTC

- (i) Transformação de passivos existentes com serviço da dívida compatível com fluxo de caixa da companhia e atrelada à eventos de liquidez (venda de ativos/monetizações futuras)
- (ii) Criação de um ambiente juridicamente estável e seguro propiciando parcerias, M&As e venda de ativos através da criação de UPIs
- (iii) Criação de espaço econômico (retorno) e protetivo (pacote de garantias) para atrair a entrada de New Money que resultará na oxigenação da companhia e desenvolvimento de seu *core business*

Pagamento das Dívidas Classe I e IV:

- Os Créditos de natureza trabalhista serão integralmente pagos em até 12 (doze) meses, a contar da homologação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), conforme o disposto no artigo 54, da LRF. A sua correção monetária e a incidência de juros ocorrerá de acordo com os índices aplicados pela Justiça do Trabalho.
 - Os Créditos de natureza estritamente salarial que tiveram o seu vencimento nos 03 (três) meses que antecederam a impetração do pedido de recuperação judicial, caso já não tenham sido pagos, serão pagos em até 30 (trinta) dias, a contar da homologação do Plano, observado o teto de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, nos moldes do parágrafo único, do artigo 54, da LRF.
- Todos os Credores Microempresários ou Empresários de Pequeno Porte, os quais possuam o seu crédito listado na Classe IV, serão pagos em 36 (trinta e seis) meses, vencendo-se a primeira parcela no 1º (primeiro) mês após a homologação do PRJ e as demais parcelas nos mesmos dias dos meses subsequentes. O crédito será corrigido, a partir do 13º (décimo terceiro) mês após a homologação do presente Plano, pela Taxa Referencial (TR) acrescida de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano. Estes valores serão pagos mensalmente a partir do 13º (décimo terceiro) mês, após a homologação do Plano.

Pagamento das Dívidas Extraconcursais, Classe II e Classe III:

- Criação de debênture na qual a companhia poderá amortizar antecipadamente seu pagamento de acordo com o recebimento dos créditos abaixo:
 - (i) dos recebíveis da venda de ativos non-core: ativos fixos de real-estate (Colina Sul) e ações de Viracopos;
 - (ii) do fluxo de recebíveis de claims¹ (alienação fiduciária dos recebíveis aos credores);
 - (iii) de fluxo de 30 % do caixa livre² do Grupo UTC reestruturado (30% do *economics*).Detalhando (i) e (ii):
 - a) Claims¹ (Valor líquido esperado): R\$ 2.678 M;
 - b) Colina Sul: R\$ 130 M³;
 - c) Potencial Recebíveis Viracopos: R\$ 150 M⁴.
- Prioridade no recebimento das dívidas:
 - a) Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures:
 - Se refere a 1ª (primeira) série da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures destinada aos Credores que tenham subscrito e integralizado créditos decorrentes de Empréstimo DIP contraído após o pedido de recuperação judicial. O valor máximo dessa série será de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), sendo certo que esses debenturistas terão preferência de recebimento sobre qualquer outro credor do Grupo UTC;
 - A Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures será amortizada em até 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua emissão;
 - A Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures será remunerada pelas taxas de mercado à época da sua emissão;
 - b) Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures:
 - Se refere a 2ª (segunda) série da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures destinada aos Credores Extraconcursais Aderentes. O valor máximo dessa série será de até R\$ 734.000.000,00 (setecentos e trinta e quatro milhões de reais), sendo certo que os credores dessa série terão preferência de recebimento sobre a Terceira Série da Quarta Emissão de Debêntures e Debêntures Quinta Emissão, e serão subordinados à Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures, se houver a concessão de um Empréstimo DIP, ou ao valor que será destinado às Recuperandas, no valor de até R\$350MM
 - A Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures serão amortizadas em 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% (cinquenta por cento) do seu valor no 132º mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% (cinquenta por cento) do crédito no 264º mês após a homologação do PRJ
 - A remuneração da Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR (Taxa Referencial). Os juros e a correção monetária estipulado nesta cláusula incidirão anualmente a partir do 18º (décimo oitavo) mês da publicação da homologação do PRJ

Notas: 1. Valor líquido esperado dos ativos jurídicos e pleitos prováveis, para mais informações ver anexo. O grupo poderá destinar parte destes ativos ao pagamento da dívida do PRJ; 2. Entende-se que este pagamento ocorrerá mediante disponibilidade de caixa e será calculado da seguinte forma: (i) EBIT – (ii) CAPEX – (iii) pagamento de tributos correntes – (iv) amortização e juros do Acordo de Leniência firmado com Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (“CGU”) e Advocacia Geral de União (“AGU”) e, ainda, Termo de Compromisso de Cessão firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) – (v) passivo tributário + (vi) receita financeira + (vii) depreciação + (viii) resultados não operacionais líquidos (descontadas as baixas contábeis referentes a venda de ativos, quando aplicável), respeitando a condição de retenção de caixa mínimo de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigido a IPCA anualmente desde a Data de Emissão; 3. Com base em informações da companhia; 4. Valor estimado. Fonte: Grupo UTC

c) Terceira Série da Quarta Emissão de Debêntures:

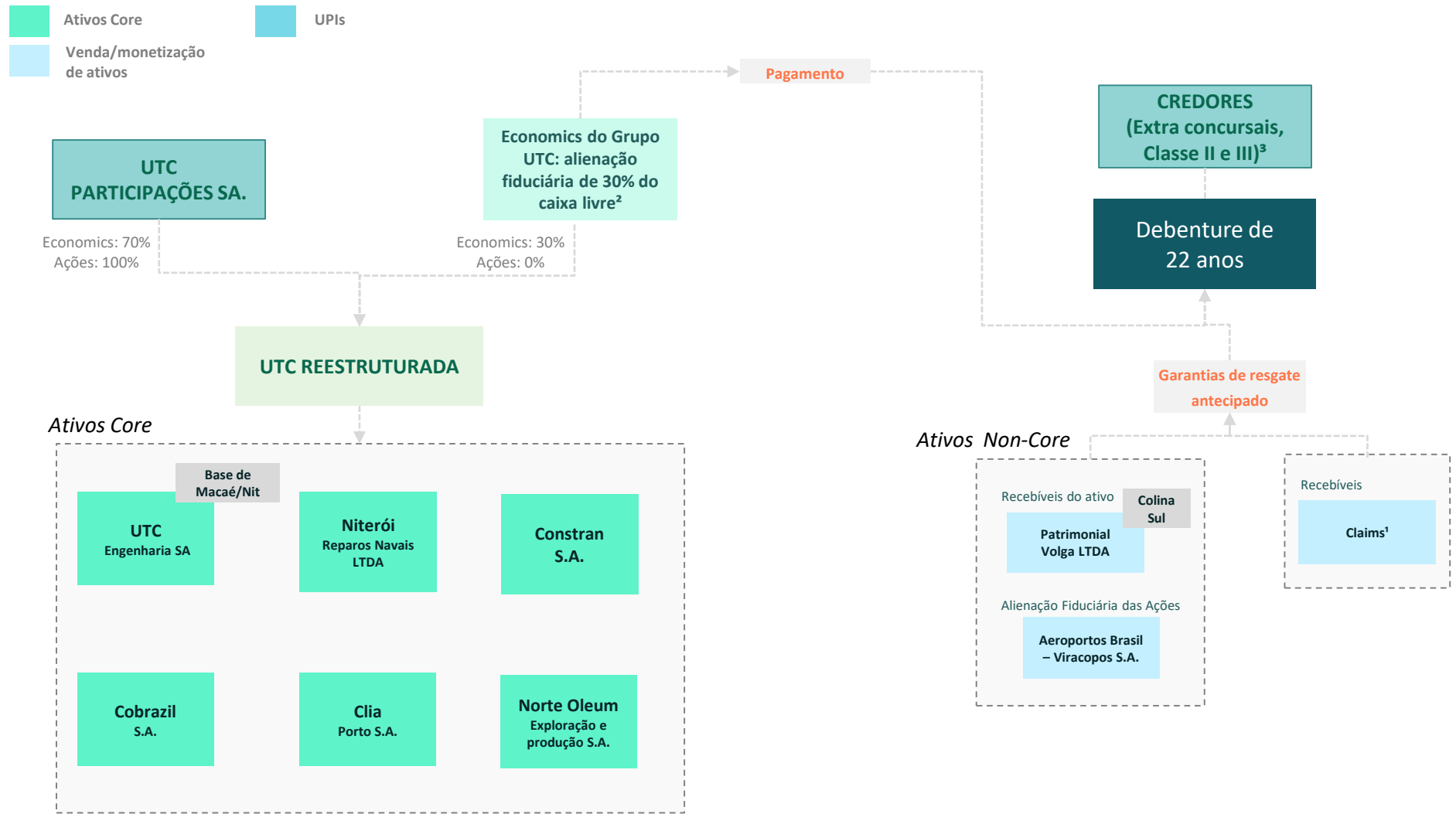
- Se refere a 3ª (terceira) série da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures para credores detentores de Garantia Real – Classe II. O valor máximo dessa série será de até R\$ 105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais), sendo certo que os credores dessa série terão preferência de recebimento sobre as Debêntures Quinta Emissão, e serão subordinados à Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures, se houver a concessão de um Empréstimo DIP, ou ao valor que será destinado às Recuperandas, e à Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures;
- A Terceira Série da Quarta Emissão será amortizada em 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, vencendo-se a primeira parcela, a qual equivale a 50% (cinquenta por cento) do seu valor no 132º (centésimo trigésimo segundo) mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% (cinquenta por cento) do crédito no 264º (ducentésimo sexagésimo quarto) mês, após a homologação do plano de recuperação judicial;
- A remuneração das Debêntures desta série se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR. (Taxa Referencial) Os juros e a correção monetária estipulado nesta cláusula incidirão anualmente a partir do 18º (décimo oitavo) mês da publicação da homologação do plano de recuperação judicial;

d) Quinta Emissão de Debêntures:

- Se refere à única série da 5ª (quinta) Emissão de Debêntures destinada ao pagamento dos Credores Quirografários – Classe III. O valor máximo dessa Emissão de Debêntures será de até R\$ 2.474.000.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e setenta e quatro milhões de reais), sendo certo que os credores dessa série serão subordinados à Primeira Série da Quarta Emissão de Debêntures, se houver a concessão de um Empréstimo DIP, ou ao valor que será destinado às Recuperandas, à Segunda Série da Quarta Emissão de Debêntures e à Terceira Série da Quarta Emissão de Debêntures;
- As Debêntures Quinta Emissão emitidas pela UTC Participações serão pagas em 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% (cinquenta por cento) do seu valor no 132º (centésimo trigésimo segundo) mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% (cinquenta por cento) do crédito no 264º (ducentésimo sexagésimo quarto) mês, após a homologação do plano de recuperação judicial;
- A remuneração das Debêntures desta série se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR. (Taxa Referencial) Os juros e a correção monetária estipulado nesta cláusula incidirão anualmente a partir do 18º (décimo oitavo) mês da publicação da homologação do plano de recuperação judicial;

- O Grupo UTC deverá alienar a sua participação societária na sociedade Aeroportos Brasil S.A. e o imóvel denominado Colina Sul. A alienação destes bens ou ainda, de quaisquer outros bens do Grupo UTC, poderá ser realizada de forma direta, ou ainda, através da constituição de Unidades Produtivas Isoladas (UPI), sendo certo que, nesta última hipótese, os bens serão alienados na forma dos artigos 60 e 142 da LRF, o que implica na sua transferência aos compradores livres de quaisquer ônus e sem qualquer sucessão das dívidas Concursais e Extraconcursais objeto do PRJ;
- De modo a garantir/reforçar a reestruturação e o caixa dos ativos core da UTC Reestruturada (Constran, UTC Engenharia, Cobrazil, Clia Porto e Norte Oleum), os recursos provenientes dos recebíveis dos claims e venda de ativos serão destinados até um limite de R\$ 350M (líquido) para capital de giro para (i) novos projetos da Constran, UTC Engenharia, Cobrazil, Clia Porto e Norte Oleum assim como (ii) pagamento de dívidas tributárias, Classe I e Classe IV;
- Caso os bens supracitados (participação societária na sociedade Aeroportos Brasil S.A. e o imóvel Colina Sul) ou os ativos oferecidos em garantia sejam alienados ou ainda, os Ativos Jurídicos sejam recebidos, os valores serão destinados ao pagamento das Debêntures, sendo certo que, se não ocorrer a concessão do Empréstimo DIP, será resguardado às Recuperandas o valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).

Proposta do plano de Recuperação Judicial: pagamento aos credores por meio de debentures de longo prazo garantidas por claims, ativos *non-core* e vendas de UPIs



Notas: 1. Ativos Jurídicos e pleitos prováveis. O grupo poderá destinar parte destes ativos ao pagamento da dívida do PRJ. 2. Entende-se que este pagamento ocorrerá mediante disponibilidade de caixa e será calculado da seguinte forma (i) EBIT – (ii) CAPEX – (iii) pagamento de tributos correntes – (iv) amortização e juros do Acordo de Leniência firmado com Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (“CGU”) e Advocacia Geral de União (“AGU”) e, ainda, Termo de Compromisso de Cessão firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) – (v) passivo tributário + (vi) receita financeira + (vii) depreciação + (viii) resultados não operacionais líquidos (descontadas as baixas contábeis referentes a venda de ativos, quando aplicável), respeitando a condição de retenção de caixa mínimo de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigido a IPCA anualmente desde a Data de Emissão; 3. Ex mútuos. Fonte: Grupo UTC

Extra concursal

- Todos os Credores detentores de Debêntures da UTC Participações e UTC Engenharia, os quais tenham recebidos em alienação fiduciária os bens e direitos do Grupo UTC listados anexo 06, bem como os demais Credores Extraconcursais Aderentes serão pagos por meio de Debentures da Segunda Série da Quarta Emissão. O valor desta emissão está limitado à R\$ 734.000.000,00. (setecentos e trinta e quatro milhões de reais).
- Debêntures da Segunda Série da Quarta Emissão emitidas pela UTC Participações serão pagas em 264 (duzentos e sessenta e quatro) meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% (cinquenta por cento) do seu valor no 132º mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% (cinquenta por cento) do crédito no 264º mês após a homologação do PRJ.
- Da remuneração A remuneração das Debêntures se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR. (Taxa Referencial).

Classe I (trabalhista)

- Os Créditos de natureza trabalhista serão integralmente pagos em até 12 (doze) meses, a contar da homologação do PRJ, conforme o disposto no artigo 54, da LRF. A sua correção monetária e a incidência de juros ocorrerá de acordo com os índices aplicados pela Justiça do Trabalho.
- Dos salários vencidos - Os Créditos de natureza estritamente salarial que tiveram o seu vencimento nos 03 (três) meses que antecederam a impetração do pedido de recuperação judicial, caso já não tenham sido pagos, serão pagos em até 30 (trinta) dias, a contar da homologação do Plano, observado o teto de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, nos moldes do parágrafo único, do artigo 54, da LRF.
- Os Créditos de natureza trabalhista – Classe I serão pagos com os recursos decorrentes do Empréstimo DIP, ou ainda, com a venda dos ativos que lhe foram dados em garantia, ou ainda, com o fluxo de caixa corrente das empresas que compõe o Grupo UTC.

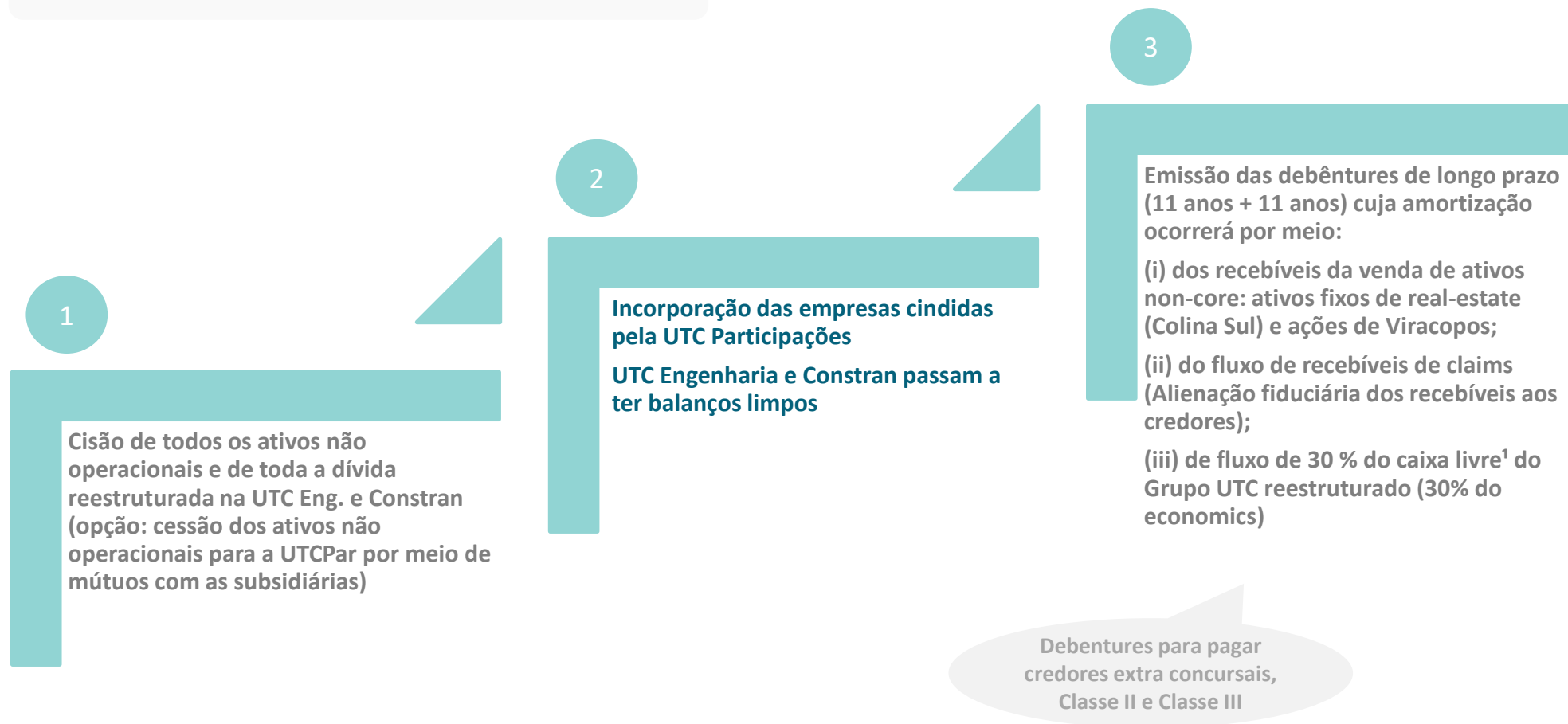
Classe II e III

- Os Créditos detidos pelos Credores detentores de Garantias Reais Classe II serão subscritos e integralizados na Terceira Série da Quarta Emissão de Debêntures que serão emitidas pela UTC Participações.
- As Debêntures da Terceira Série da Quarta Emissão da UTC Participações serão pagas em 264 meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% do seu valor no 132º mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% do crédito no 264º mês após a homologação do Plano.
- A remuneração das Debêntures se dará através de juros remuneratórios de 0,5% ao ano, acrescido da correção monetária pela TR. (Taxa Referencial).
- Os Credores inseridos na classe III farão jus ao recebimento de pagamento inicial de R\$ 6.500,00 até o limite do valor de seu respectivo Crédito Quirografário, em pagamento parcial ou total, em até 60 dias da publicação da decisão que homologar o presente plano de recuperação judicial.
- Os Créditos Quirografários remanescentes, após o pagamento inicial, serão subscritos e integralizados nas Debêntures da Quinta Emissão a serem emitidas pela UTC Participações.
- As Debêntures Quinta Emissão emitidas pela UTC Participações serão pagas em 264 meses, vencendo-se a primeira parcela das Debêntures, a qual equivale a 50% do seu valor no 132º mês após a homologação do PRJ e o valor remanescente de 50% do crédito no 264º mês, após a homologação do plano de Recuperação Judicial. A remuneração das Debêntures Quinta Emissão se dará através de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao ano, acrescido da correção monetária pela TR (Taxa Referencial).
- Acordos de Leniência e acordo com o CADE: A companhia considera que é concursal (classe III).

Classe IV

- Todos os Credores Microempresários ou Empresários de Pequeno Porte, os quais possuam o seu crédito listado na Classe IV, serão pagos em 36 (trinta e seis) meses, vencendo-se a primeira parcela no 1º (primeiro) mês após a homologação do PRJ e as demais parcelas nos mesmos dias dos meses subsequentes. O crédito será corrigido, a partir do 13º (décimo terceiro) mês após a homologação do presente Plano, pela Taxa Referencial (TR) acrescida de juros de 0,5% (meio por cento) ao ano. Estes valores serão pagos mensalmente a partir do 13º (décimo terceiro) mês, após a homologação do Plano

Passo a passo do processo de cisão e incorporação



1. (i) EBIT – (ii) CAPEX – (iii) pagamento de tributos correntes – (iv) amortização e juros do Acordo de Leniência firmado com Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (“CGU”) e Advocacia Geral de União (“AGU”) e, ainda, Termo de Compromisso de Cessão firmado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) – (v) passivo tributário + (vi) receita financeira + (vii) depreciação + (viii) resultados não operacionais líquidos (descontadas as baixas contábeis referentes a venda de ativos, quando aplicável), respeitando a condição de retenção de caixa mínimo de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), corrigido a IPCA anualmente desde a Data de Emissão. Fonte: Grupo UTC

05.

**Projeções Financeiras e
Business Plan**

Demonstração de Resultados Consolidado

Demonstrativo de Resultados	Unidade	2013A	2014A	2015A	2016A	jan-jun	jul-dez	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	4.365.476	4.089.946	2.134.537	2.037.005	378.545	118.778	998.071	2.008.517	2.528.293	3.104.732	3.585.737
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-6,3%	-47,8%	-4,6%	-75,6%	-75,5%	100,7%	101,2%	25,9%	22,8%	15,5%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	-305.583	-286.296	-149.418	-142.590	-42.446	-7.656	-86.502	-190.116	-257.889	-346.739	-387.999
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-7,0%	-11,2%	-6,4%	-8,7%	-9,5%	-10,2%	-11,2%	-10,8%
Receita Líquida	[R\$ mil]	4.059.893	3.803.650	1.985.119	1.894.415	336.099	111.123	911.570	1.818.401	2.270.404	2.757.993	3.197.738
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-6,3%	-47,8%	-4,6%	-76,4%	-76,4%	103,8%	99,5%	24,9%	21,5%	15,9%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	-3.502.857	-3.388.763	-1.951.824	-1.745.278	-375.476	-105.930	-796.488	-1.553.461	-1.915.099	-2.364.600	-2.724.642
<i>% sobre RL</i>	[%]	-97,2%	-97,2%	-97,2%	-97,2%	-97,2%	-97,2%	-87,4%	-85,4%	-84,4%	-85,7%	-85,2%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	557.036	414.887	33.295	149.137	-39.377	5.192	115.081	264.940	355.305	393.393	473.096
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-25,5%	-92,0%	347,9%	-122,9%	-122,9%	-436,6%	130,2%	34,1%	10,7%	20,3%
<i>Margem Bruta</i>	[%]	13,7%	10,9%	1,7%	7,9%	-11,7%	4,7%	12,6%	14,6%	15,6%	14,3%	14,8%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	-38.339	-50.946	-9.985	-5.580	-65.345	-13.967	-31.248	-40.154	-45.360	-41.843	-39.637
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-308.844	-369.787	-232.729	-155.632	-79.857	-47.502	-76.588	-79.058	-81.390	-84.103	-87.444
<i>% da RL</i>	[%]	-7,6%	-9,7%	-11,7%	-8,2%	-23,8%	-42,7%	-8,4%	-4,3%	-3,6%	-3,0%	-2,7%
(-/+) Equivalência Patrimonial	[R\$ mil]	39.444	51.392	-54.606	-230.796	-245.330	0	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	1,0%	1,4%	-2,8%	-12,2%	-73,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
EBIT	[R\$ mil]	249.297	45.546	-264.025	-242.871	-429.909	-56.277	7.246	145.728	228.554	267.446	346.015
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-81,7%	-679,7%	-8,0%	100,2%	100,2%	-101,5%	1911,2%	56,8%	17,0%	29,4%
<i>Margem EBIT</i>	[%]						-50,6%	0,8%	8,0%	10,1%	9,7%	10,8%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	38.339	50.946	9.985	5.580	65.345	13.967	31.248	40.154	45.360	41.843	39.637
EBITDA	[R\$ mil]	287.636	96.492	-254.040	-237.291	-364.564	-42.310	38.494	185.882	273.915	309.289	385.652
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-66,5%	-363,3%	-6,6%	71,5%	-75,5%	-109,5%	382,9%	47,4%	12,9%	24,7%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]	7,1%	2,5%	-12,8%	-12,5%	-108,5%	-38,1%	4,2%	10,2%	12,1%	11,2%	12,1%
(-/+) Outras Despesas/Receitas não operacionais	[R\$ mil]	55.217	99.608	-31.263	131.160	-40.418	-1.307.701	-5.198	134.603	1.106.609	180.452	-79.830
<i>% da RL</i>	[%]	1,4%	2,6%	-1,6%	6,9%	-12,0%	-1176,8%	-0,6%	7,4%	48,7%	6,5%	-2,5%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	-106.934	-187.737	-260.882	-297.504	-137.316	-18.192	-77.915	-106.136	-116.672	-37.684	-29.581
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	197.580	-42.583	-556.170	-409.215	-607.642	-1.382.171	-75.868	174.195	1.218.492	410.214	236.604
<i>Margem EBT</i>	[%]	4,9%	-1,1%	-28,0%	-21,6%	-180,8%	-1243,8%	-8,3%	9,6%	53,7%	14,9%	7,4%
(-) Impostos e Diferido	[R\$ mil]	-40.295	-100.786	79.355	-11.967	0	-4.884	-11.240	-54.611	-305.539	-121.607	-121.304
<i>% EBT</i>	[%]	-20,4%	236,7%	-14,3%	2,9%	0,0%	0,4%	14,8%	-31,4%	-25,1%	-29,6%	-51,3%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	157.640	-142.887	-476.634	-421.049	-607.642	-1.387.055	-87.107	119.584	912.953	288.608	115.300
<i>Margem Líquida</i>	[%]	3,6%	-3,5%	-22,3%	-20,7%	-160,5%	-1167,8%	-8,7%	6,0%	36,1%	9,3%	3,2%

Fluxo de caixa consolidado para o grupo UTC (R\$ mil)

Cash Flow (Consolidado)	jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	2023E	2024E	2025E	2026E	2027E	2028E	2029E	2030E	2031E	2032E	2033E	2034E	2035E	2036E	2037E	2038E	2039E	2040E	2041E	2042E		
(=) EBITDA	[R\$ mil]	-42.310	38.494	185.882	273.915	309.289	385.652	397.916	412.829	430.100	449.518	470.937	494.261	519.433	546.430	575.256	605.935	638.510	673.039	709.594	747.778	788.906	832.296	878.072	926.366	977.316	1.031.068	
(+/-) Variação de Capital de Giro	[R\$ mil]	-17.298	15.240	-49.472	-49.344	-79.317	-92.193	-97.263	-102.613	-108.257	-114.211	-120.492	-127.119	-134.111	-141.487	-149.269	-157.479	-166.140	-175.278	-184.918	-195.088	-205.818	-217.138	-229.081	-241.680	-254.973	-268.996	
(-) Impostos (IR)	[R\$ mil]	-4.884	-11.240	-54.611	-305.539	-121.607	-121.304	-148.248	-135.711	-273.750	-143.583	-150.697	-158.376	-166.610	-175.403	-184.760	-194.695	-205.227	-216.376	-228.169	-240.633	-253.868	-267.831	-286.565	-302.360	-320.006	-337.969	
Fluxo de Caixa Operacional⁷	[R\$ mil]	-64.492	42.494	81.798	-80.968	108.365	172.155	152.405	174.505	48.094	191.725	199.748	208.766	218.712	229.541	241.228	253.761	267.143	281.385	296.507	312.056	329.219	347.326	362.426	382.326	402.337	424.103	
(-) CAPEX	[R\$ mil]	-8.687	-46.821	-36.206	-458	-478	-11.061	-11.669	-12.311	-12.988	-13.702	-14.456	-15.251	-16.090	-16.975	-17.908	-18.893	-19.933	-21.029	-22.185	-23.406	-24.693	-26.051	-27.484	-28.995	-30.590	-32.273	
Fluxo de Caixa de Investimentos	[R\$ mil]	-8.687	-46.821	-36.206	-458	-478	-11.061	-11.669	-12.311	-12.988	-13.702	-14.456	-15.251	-16.090	-16.975	-17.908	-18.893	-19.933	-21.029	-22.185	-23.406	-24.693	-26.051	-27.484	-28.995	-30.590	-32.273	
Fluxo de Caixa de Financiamento	[R\$ mil]	48.592	4.327	-45.592	204.644	-55.463	-94.174	-76.717	-87.231	52.678	-142.566	-137.563	-135.313	-111.487	-109.227	-123.212	-150.582	-180.696	-152.553	-180.828	-215.564	-256.318	-303.915	52.256	-140.186	60.072	64.900	
(+) Captação de Dívida ¹	[R\$ mil]	1.739	109.593	35.491	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Amortização de dívida	[R\$ mil]	-5.030	-105.836	-117.976	-853.315	-856.904	-271.737	-162.716	-104.155	-520.958	-126.933	-123.728	-110.034	-86.281	-75.397	-78.389	-90.452	-100.613	-50.110	-52.698	-57.048	-61.628	-66.448	0	0	0	0	0
Acordos (Leniência, CADE, PGR) ²	[R\$ mil]	-5.030	-24.060	-8.495	-7.775	-11.640	-16.828	-21.655	-21.646	-24.045	-24.949	-26.934	-34.639	-30.890	-34.058	-37.401	-40.928	-44.648	-48.568	-52.698	-57.048	-61.628	-66.448	0	0	0	0	0
Debêntures ³	[R\$ mil]	0	-6.442	0	-644.040	-789.606	-204.869	-91.020	-32.468	-450.416	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
30% economics PIYC ⁴	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0	0	0	-58.020	-78.475	-75.395	-55.390	-41.339	-40.988	-49.524	-55.966	-1.542	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivo Tributário ⁵	[R\$ mil]	0	0	0	-45.048	-50.041	-50.041	-50.041	-50.041	-46.496	-43.964	-18.318	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Classe I e IV	[R\$ mil]	0	-75.335	-109.481	-9.630	-5.617	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Dívida	[R\$ mil]	0	0	0	-146.822	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Pagamento de Juros	[R\$ mil]	0	-1.365	-1.118	-141.667	-49.099	-47.516	-47.035	-44.550	-43.519	-42.741	-36.966	-45.379	-46.177	-57.710	-71.437	-87.701	-106.896	-129.470	-155.934	-186.875	-222.958	-264.943	0	-193.078	0	0	0
Acordos (Leniência, CADE, PGR)	[R\$ mil]	0	-1.365	-1.118	-1.928	-4.049	-7.669	-12.391	-15.108	-20.049	-24.462	-30.676	-45.379	-46.177	-57.710	-71.437	-87.701	-106.896	-129.470	-155.934	-186.875	-222.958	-264.943	0	0	0	0	0
Debêntures	[R\$ mil]	0	0	0	-1.899	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-193.078	0	0
Passivo Tributário ⁶	[R\$ mil]	0	0	0	-32.738	-45.050	-39.847	-34.645	-29.442	-23.470	-18.279	-6.289	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Dívida	[R\$ mil]	0	0	0	-105.101	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(+) Receita financeira	[R\$ mil]	0	0	0	7.886	11.241	15.524	19.621	24.419	30.037	27.108	23.131	20.101	20.970	23.880	26.614	27.571	26.814	27.027	27.805	28.360	28.268	27.476	52.256	52.892	60.072	64.900	
(+) Monetizações pacote de ativos	[R\$ mil]	0	11.602	51.767	1.180.417	827.003	204.869	113.413	37.054	587.117	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
(+) Outros Resultados não-Operacionais	[R\$ mil]	51.883	-9.666	-13.755	11.323	12.296	4.686	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
FCO - FC I - FCF inicial	[R\$ mil]	24.587	0	0	0	123.218	175.643	242.563	306.582	381.545	469.329	504.786	552.515	610.717	701.852	805.191	905.298	989.584	1.056.099	1.163.902	1.257.396	1.330.483	1.378.691	1.396.051	1.783.250	1.996.394	2.428.214	
Geração de Caixa	[R\$ mil]	-24.587	0	0	123.218	52.425	66.920	64.019	74.963	87.784	35.457	47.729	58.202	91.135	103.339	100.108	84.286	66.515	107.803	93.494	73.087	48.208	17.360	387.198	213.145	431.819	456.730	
FCO - FC I - FCF final	[R\$ mil]	0	0	0	123.218	175.643	242.563	306.582	381.545	469.329	504.786	552.515	610.717	701.852	805.191	905.298	989.584	1.056.099	1.163.902	1.257.396	1.330.483	1.378.691	1.396.051	1.783.250	1.996.394	2.428.214	2.884.944	
Distribuição de dividendos	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-81.228	-109.865	-105.553	-77.547	-57.875	-57.383	-69.333	-78.352	-104.466	-81.344	-64.410	-49.653	-29.737	0	-203.209	-319.628	-381.298	
Caixa Final	[R\$ mil]	0	0	0	123.218	175.643	242.563	306.582	381.545	469.329	423.559	361.422	314.071	327.659	373.124	415.849	430.801	418.964	422.301	434.451	443.127	441.682	429.305	816.504	826.440	938.631	1.014.063	

Notas: 1. Captação de dívida por meio de financiamento DIP; 2. Esse passivo se refere a acordos firmados como (i) leniência firmado com a Controladoria Geral da União ("CGU") e (ii) acordo com o (iii) Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"); 3. Debêntures amortizadas conforme fluxo de monetizações dos claims líquidos de impostos sobre receita, comissões de advogados e Imposto de Renda corrente da holding. Respeitando entrada dos primeiros R\$ 350M à companhia. Após 11 anos, amortização *bullet* remanescente referente a 50% da dívida inicial. Juros acruados pagos *bullet* ao final.; 4. 30% do caixa livre corrente para amortizar as debêntures no ano subsequente. 5. O fluxo de pagamentos do passivo tributário foi sugerido pelo Grupo UTC e validado pelo assessor jurídico. O mesmo contempla abater do passivo total o recebível do provável precatório referente ao projeto da Ponte Rodoferroviária; 6. Passivo tributário corrigido à SELIC. 7. Considera impostos de renda sobre os claims. Fonte: Grupo UTC

Receita	<p>Receitas Indústria: considerados contratos mapeados pelas áreas comerciais até jan-19; saldo contratual distribuído conforme curva padrão, sendo os custos alongados em 1m mantendo a margem de resultado de cada contrato; aplicada probabilidade de êxito de vitória a cada contrato.</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Contrato 1; parte UTC: R\$ 328M; 50% de êxito; início em jan-18; 24 meses de prazo (ii) Contrato 2; parte UTC: R\$ 359M; 50% de êxito; início em mar-18; 16 meses de prazo (iii) Contrato 3; parte UTC: R\$ 105M; 50% de êxito; início em fev-18; 12 meses de prazo (iv) Contrato 4; parte UTC: R\$ 233M; 50% de êxito; início em jan-19; 13 meses de prazo <p>Receitas O&G (construção de módulos): considerados contratos mapeados pelas áreas comerciais até out-18; saldo contratual distribuído conforme curva padrão, sendo os custos alongados em 1m mantendo a margem de resultado de cada contrato; aplicada probabilidade de êxito de vitória a cada contrato.</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Contrato 1; parte UTC: R\$ 64M; 50% de êxito; início em dez-18; 18 meses de prazo (ii) Contrato 2; R\$ 64M; 50% de êxito; início em out-18; 18 meses de prazo (iii) Contrato 3; parte UTC: R\$ 64M; 50% de êxito; início em out-18; 18 meses de prazo <p>Receitas Macaé (Manutenção e Montagem, decomissionamento, hook-up): considerados contratos mapeados existentes, extensões e novos contratos (conforme planejamento da Petrobras para novas unidades de produção. Após levantamento do tamanho do mercado, foi considerado <i>market share</i> histórico de contratação revisado de forma conservadora para esses setores de atuação.</p> <p>Receitas Novas Contratações: considerados aquisição de contratos para os anos de 2019/20/21/22 com base na capacidade histórica e adequação às novas condições de mercado; considerado crescimento de mercado de 2% a.a. e <i>mkt share</i> médio de 4%; prazo médio de 16m para indústria e 18m para módulos; saldo contratual distribuído conforme curva padrão, sendo os custos alongados em 1m mantendo a margem de resultado de cada contrato; aplicada probabilidade de êxito de vitória a cada contrato.</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Contratações 2019; contratos Indústria: R\$ 159M e R\$ 162M; contratos O&G: R\$ 25M e R\$ 25M (ii) Contratações 2020; contratos Indústria: R\$ 165M e R\$ 168M; contratos O&G: R\$ 26M e R\$ 26M (iii) Contratações 2021; contratos Indústria: R\$ 172M e R\$ 175M; contratos O&G: R\$ 27M e R\$ 27M (iv) Contratações 2022; contratos Indústria: R\$ 179M e R\$ 182M; contratos O&G: R\$ 28M e R\$ 29M
COGS / SG&A	<p>Considerada margem de custo histórica de 79% sobre a Receita Bruta para obras de engenharia e 11%-14% para M&M, 25% para hook-up, 8% para Time&Material e 12% para InterCo. Distribuição dos custos (<i>breakdown</i>) (i) Gerenciamento: 4,3% (ii) Engenharia 4,1% (iii) Suprimentos: 45,8% (iv) Montagem Eletromecânica 41,3% (v) Comissionamento 1,2% (vi) Seguros e Garantias 3,3%</p> <p>Considerando cenário atual de overhead: pessoas R\$ 1,0M/mês e R\$ 0,8M/mês com despesas gerais (consultoria, assessoria, conduções, etc.). Atualmente a empresa de modo a se tornar mais competitiva vem enxugando sua equipe administrativa, portanto assume-se declínio médio de 0,6% a.m.</p>
Capital de giro	<p>Foram considerados valores de recebimentos médio com base no histórico para estoques (20 dias), fornecedores (28d em 2017; 30d em diante) para novos projetos. Para clientes, foram considerados 30 dias de recebimento, média normal para o setor</p>
Capex	<p>Considerado capex definido como 1% da receita bruta, apenas com início da programação de investimentos após jan-22, considerando que a empresa possui hoje capital ocioso empregado em máquinas/equipamentos</p>

Programação de novas contratações da UTC Engenharia

fls. 10651

A

Contratações/Recebimentos Mapeados	Unidade	2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	Contratação ¹
Receitas Indústria	[R\$ mil]	0	214.195	250.324	480	0	0	464.998
Receitas O&G	[R\$ mil]	13	27.301	74.845	5.992	0	0	108.139
Receitas Macaé	[R\$ mil]	0	256.218	639.590	749.867	893.432	1.191.434	3.730.542
Recebimentos		13	497.714	964.760	756.338	893.432	1.191.434	4.303.679

Novas Contratações/Recebimentos Indústria e O&G	Unidade	2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	Contratação
Contratações 1S 2019	[R\$ mil]	0	0	116.868	93.086	0	0	209.954
Contratações 2S 2019	[R\$ mil]	0	0	18.377	200.955	228	0	219.560
Contratações 1S 2020	[R\$ mil]	0	0	0	213.832	100.900	0	314.732
Contratações 2S 2020	[R\$ mil]	0	0	0	39.233	231.305	0	270.538
Contratações 1S 2021	[R\$ mil]	0	0	0	0	264.797	124.945	389.742
Contratações 2S 2021	[R\$ mil]	0	0	0	0	62.231	359.718	421.949
Contratações 1S 2022	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	325.493	325.493
Contratações 2S 2022	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	73.143	73.143
Recebimentos		0	0	135.245	547.105	659.461	883.300	2.225.110

Demonstrativo de Resultados da Engenharia

fls. 10652

A

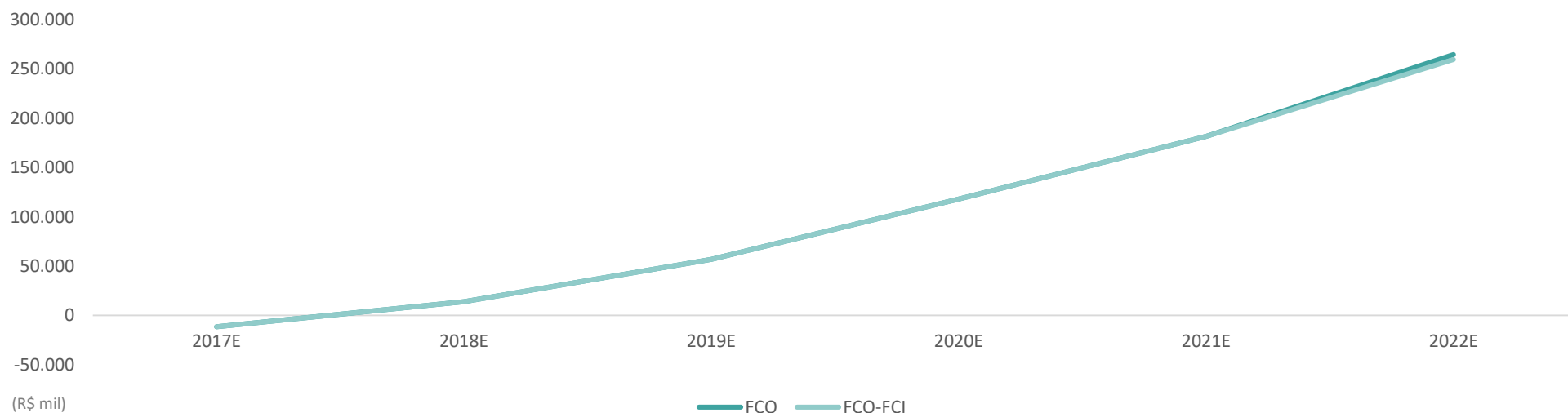
Demonstrativo de Resultados	Unidade	2013A	2014A	2015A	2016A	jan-jun	jul-dez	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	3.285.671	2.905.462	1.446.194	1.176.313	251.967	13	489.806	1.080.414	1.270.224	1.502.330	1.996.116
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-12%	-50%	-19%	-79%	-75,5%	94,4%	120,6%	17,6%	18,3%	32,9%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	-361.424	-319.601	-159.081	-129.394	-30.199	-1	-55.714	-121.758	-144.399	-170.935	-227.197
<i>Aliquota efetiva</i>	[%]	-11%	-11%	-11%	-11%	-12%	-11,0%	-11,4%	-11,3%	-11,4%	-11,4%	-11,4%
Receita Líquida	[R\$ mil]	2.924.247	2.585.861	1.287.113	1.046.919	221.768	12	434.093	958.656	1.125.825	1.331.395	1.768.919
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-12%	-50%	-19%	-79%	-78,8%	95,7%	120,8%	17,4%	18,3%	32,9%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	-2.498.474	-2.311.677	-1.264.328	-952.209	-245.185	-10	-381.379	-836.431	-983.029	-1.157.591	-1.538.250
<i>% sobre RL</i>	[%]	-85%	-89%	-98%	-91%	-111%	-88,8%	-87,9%	-87,3%	-87,3%	-86,9%	-87,0%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	425.773	274.184	22.785	94.710	-23.417	1	52.714	122.225	142.796	173.804	230.669
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-36%	-92%	316%	-125%	-125%	-325%	132%	17%	22%	33%
<i>Margem Bruta</i>	[%]	15%	11%	2%	9%	-11%	11,2%	12,1%	12,7%	12,7%	13,1%	13,0%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	-36.242	-33.883	-7.453	-3.870	-1.262	-4.444	-8.887	-8.887	-8.887	-8.887	-9.157
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-192.617	-268.343	-167.824	-83.652	-29.986	-11.318	-23.052	-24.109	-25.198	-26.335	-27.524
<i>% da RL</i>	[%]	15%	11%	2%	9%	-11%		-5,3%	-2,5%	-2,2%	-2,0%	-1,6%
(-/+) Outras Despesas/Receitas operacionais	[R\$ mil]	3.552	18.946	19.731	52.519	0	0	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	0%	0%	0%	0%	0%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(-/+) Equivalência Patrimonial	[R\$ mil]	-6.922	1.346	-10.608	-5.680	0	0	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	-7%	-10%	-13%	-8%	-14%		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
EBIT	[R\$ mil]	193.544	-7.750	-143.369	54.027	-54.666	-15.760	20.774	89.228	108.710	138.582	193.988
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-104%	1750%	-138%	-230%		-129,5%	329,5%	21,8%	27,5%	40,0%
<i>Margem EBIT</i>	[%]	7%	0%	-11%	5%	-25%		4,8%	9,3%	9,7%	10,4%	11,0%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	36.242	33.883	29.517	24.845	1.262	4.444	8.887	8.887	8.887	8.887	9.157
EBITDA	[R\$ mil]	229.786	26.133	-113.852	78.872	-53.403	-11.316	29.662	98.116	117.598	147.469	203.145
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-89%	-536%	-169%	-182%		-145,8%	230,8%	19,9%	25,4%	37,8%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]	8%	1%	-9%	8%	-24%		6,8%	10,2%	10,4%	11,1%	11,5%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	-59.989	-78.138	-95.336	-101.608	-45.905	0	0	0	0	0	0
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	169.797	-52.005	-209.188	-22.736	-99.308	-15.760	20.774	89.228	108.710	138.582	193.988
<i>Margem EBT</i>	[%]	6%	-2%	-16%	-2%	-45%		4,8%	9,3%	9,7%	10,4%	11,0%
(-) Impostos	[R\$ mil]	-42.663	-26.809	0	0	0	0	-4.944	-21.236	-25.873	-42.674	-65.956
<i>% EBT</i>	[%]	-25%	52%	0%	0%	0%		-23,8%	-23,8%	-23,8%	-30,8%	-34,0%
Lucro Líquido atribuído aos controladores	[R\$ mil]	127.134	-78.814	-209.188	-22.736	-99.308	-15.760	15.830	67.992	82.837	95.908	128.032
<i>Margem</i>	[%]	4%	-3%	-16%	-2%	-45%		3,6%	7,1%	7,4%	7,2%	7,2%

Fluxo de Caixa da UTC Engenharia

fls. 10653

A

Fluxo de Caixa (EBITDA)		jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
(=) EBITDA	[R\$ mil]	-11.316	29.662	98.116	117.598	147.469	203.145
(+/-) Variação de Capital de Giro	[R\$ mil]	-16	660	-33.967	-30.825	-41.052	-54.540
(-) Impostos (IR)	[R\$ mil]	0	-4.944	-21.236	-25.873	-42.674	-65.956
Fluxo de Caixa Operacional	[R\$ mil]	-11.332	25.378	42.912	60.899	63.743	82.649
(-) CAPEX	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	-4.990
Fluxo de Caixa de Investimentos	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	-4.990
Fluxo de Caixa de Financiamento	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
Caixa Inicial	[R\$ mil]	4.612	-6.720	18.658	61.570	122.469	186.213
Geração de Caixa	[R\$ mil]	-11.332	25.378	42.912	60.899	63.743	77.659



Receita	Receitas estimadas com base no último planejamento recebido das obras (APS) ¹ , na falta de (obras não iniciadas ou APS falho), foi utilizada a curva normal de distribuição mensal de receita padrão a esse tipo de serviço ² . Para novas contratações, foi considerado meta da área comercial definida a partir de leitura do mercado de licitações de obras públicas e privadas (dados confidenciais) e dentre os quais a empresa empreenderia seus esforços. A estas novas contratações, o prazo de 36 meses foi estabelecido como prazo médio de término; o backlog contratado foi dividida em ciclos de contratação dentro do ano (ver tabela no slide seguinte).
COGS / SG&A	Custos fornecidos pelo detalhamento de cada obra (APS). Na falta de, utilizada margem de custos histórica de 76,8%. Curva de custos acompanha a curva da receita, exceto no início da obra: como premissa de dispêndios de mobilização da obra ³ , foram considerados 5% do custos total nos 4 meses após início. Considerando cenário atual de overhead: pessoas R\$ 1,0M/mês e R\$ 0,9M/mês com despesas gerais (consultoria, assessoria, conduções, etc.). Atualmente a empresa de modo a se tornar mais competitiva vem enxugando sua equipe administrativa, portanto assume-se declínio médio de 0,6% a.m.
Capital de giro	Foram considerado valores de recebimentos médio com base no histórico calculado a partir do balanço para clientes (30d), estoques (20 dias), fornecedores (30d) para novos projetos
Capex	Considerado capex definido como 1% da receita bruta, apenas com início da programação de investimentos após jan-22, considerando que a empresa possui hoje capital ocioso empregado em máquinas/equipamentos

Notas: 1. Acompanhamento de Programação de Serviços, base Ago17; 2. "Curva 60%" de realização, típica do setor. 3. Despesas/custos incorridos na fase inicial da obra (compra de uniformes, construção de canteiro, transporte de equipamentos e pessoal, entre outros), quando há pouco ou nenhuma medição a ser faturada, portanto há considerável capital a ser empregado.

Fonte: Grupo UTC

Premissas de Receitas (Contratos Vigentes e Novas Contratações) da Constran

fls. 10655



Receitas	Unidade	2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	Backlog
VALEC - FIOLE - LOTE 6	[R\$ mil]	10.800	37.325	89.825	264.547	482.960	-	885.457
VALEC FNS - SÃO SIMÃO - LOTE 4	[R\$ mil]	-	-	-	-	-	-	-
DNIT SUL - LOTE 1	[R\$ mil]	-	29.410	41.785	11.539	-	-	82.734
DNIT SUL - LOTE 2	[R\$ mil]	-	20.469	32.448	11.539	-	-	64.456
DUP. PERIMETRAL DE POUSO ALEGRE - MG	[R\$ mil]	606	-	-	-	-	-	606
PONTE SÃO JUDAS TADEU	[R\$ mil]	-	-	16.260	28.353	-	-	44.613
CONTORNO LAGOA SANTA	[R\$ mil]	-	26.763	50.240	25.851	24.797	-	127.651
IMP. CORREDOR LOBATO - PIRAJÁ	[R\$ mil]	22.999	65.084	59.107	77.921	3.415	-	228.526
DNIT ALAGOAS LOTES 1, 2	[R\$ mil]	4.599	55.887	94.350	61.842	26.262	-	242.941
CONSORCIO MOBILIDADE SBC	[R\$ mil]	8.943	21.177	41.540	35.020	-	-	106.680
CONSÓRCIO CONSTRAN / CARIOCA - TRANSOCEÂNICA	[R\$ mil]	35.566	20.079	-	-	-	-	55.645
TÚNEL ROBERTO MARINHO	[R\$ mil]	1.025	26.716	27.058	30.732	57.934	93.880	237.345
EXEC. TERMINAL ROD. ITAQUERA	[R\$ mil]	4.545	28.445	42.885	64.418	-	-	140.293
CONSÓRCIO CONSTRAN / EIT - ROCHDALE	[R\$ mil]	1.041	15.798	23.629	29.710	7.332	-	77.510
CONSÓRCIO VIÁRIO LAPA-PIRITUBA	[R\$ mil]	1.952	9.558	34.442	39.342	27.714	-	113.008
Receitas ano	[R\$ mil]	92.076	356.711	553.569	680.814	630.415	93.880	2.407.464

Novas contratações (metas)	Unidade	2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	Backlog contratado
Novas contratações (2S 2018)	[R\$ mil]	0	245	25.439	70.220	20.887	0	116.791
Novas contratações (1S 2019)	[R\$ mil]	0	0	9.038	83.775	84.989	2.706	180.508
Novas contratações (2S 2019)	[R\$ mil]	0	0	136	33.800	111.115	41.840	186.890
Novas contratações (1T 2020)	[R\$ mil]	0	0	0	22.379	131.310	92.379	246.068
Novas contratações (2T 2020)	[R\$ mil]	0	0	0	8.855	106.278	127.810	242.942
Novas contratações (3T 2020)	[R\$ mil]	0	0	0	2.245	75.911	149.444	227.599
Novas contratações (4T 2020)	[R\$ mil]	0	0	0	188	46.650	152.716	199.553
Novas contratações (1T 2021)	[R\$ mil]	0	0	0	0	30.888	180.365	211.252
Novas contratações (2T 2021)	[R\$ mil]	0	0	0	0	12.221	145.892	158.113
Novas contratações (3T 2021)	[R\$ mil]	0	0	0	0	3.098	104.131	107.229
Novas contratações (4T 2021)	[R\$ mil]	0	0	0	0	259	63.935	64.194
Novas contratações (1T 2022)	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	37.407	37.407
Novas contratações (2T 2022)	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	14.782	14.782
Novas contratações (3T 2022)	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	3.743	3.743
Novas contratações (4T 2022)	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	313	313
TOTAL	[R\$ mil]	0	245	34.613	221.461	623.604	1.117.460	1.997.383

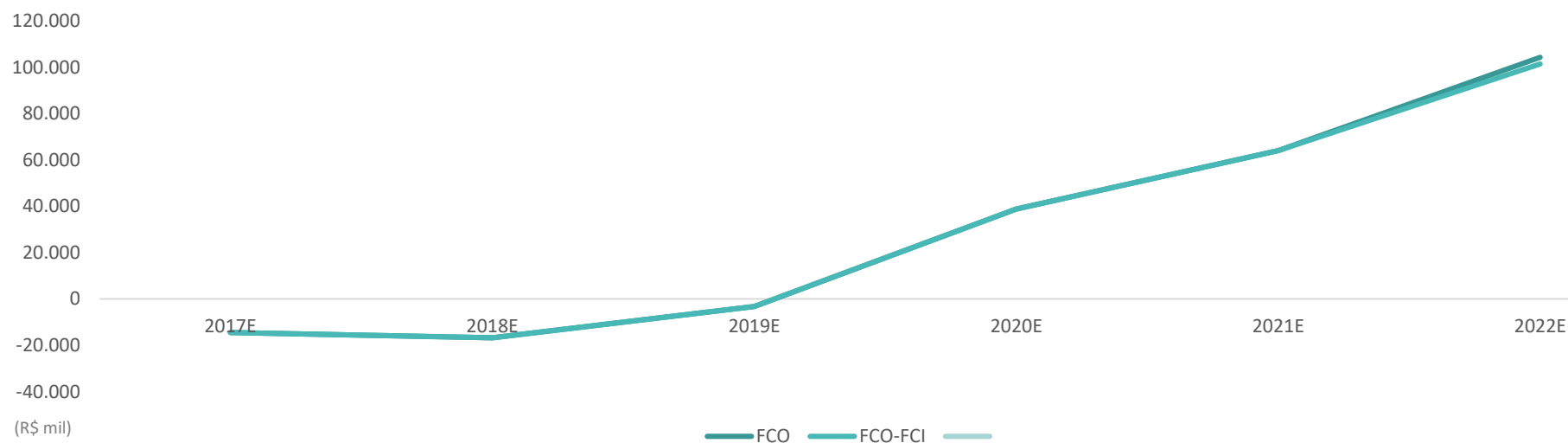
Demonstrativo de Resultados da Constran

fls. 10656

B

Demonstrativo de Resultados		2013A	2014A	2015A	2016A	jan-jun	jul-dez	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	1.212.202	1.324.234	758.719	931.430	113.015	92.306	357.068	579.727	874.234	1.193.076	1.139.948
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		9,2%	-42,7%	22,8%	-78,0%	-78,0%	73,9%	62,4%	50,8%	36,5%	-4,5%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	-73.551	-111.096	-71.275	-98.908	-10.154	-6.157	-15.616	-26.772	-66.874	-127.661	-109.784
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]	-6,1%	-8,4%	-9,4%	-10,6%	0,0%	-6,7%	-4,4%	-4,6%	-7,6%	-10,7%	-9,6%
Receita Líquida	[R\$ mil]	1.138.651	1.213.138	687.444	832.521	102.860	86.149	341.452	552.955	807.360	1.065.415	1.030.164
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		6,5%	-43,3%	21,1%	-77,3%	-77,3%	80,7%	61,9%	46,0%	32,0%	-3,3%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	-1.007.272	-1.090.692	-680.193	-780.199	-119.474	-80.544	-315.044	-504.570	-706.677	-955.131	-897.405
<i>% sobre RL</i>		-88,5%	-89,9%	-98,9%	-93,7%	-116,2%	-93,5%	-92,3%	-91,2%	-87,5%	-89,6%	-87,1%
Lucro Bruto		131.379	122.446	7.251	52.322	-16.613	5.606	26.408	48.386	100.682	110.283	132.759
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-6,8%	-94,1%	621,6%	-121,0%	-121,0%	-339,9%	83,2%	108,1%	9,5%	20,4%
<i>Margem Bruta</i>	[%]	11,5%	10,1%	1,1%	6,3%	-16,2%	6,5%	7,7%	8,8%	12,5%	10,4%	12,9%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	-539	-881	-981	-686	-332	-8.358	-16.716	-16.716	-16.716	-16.716	-16.860
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-66.644	-68.380	-42.807	-32.483	-42.266	-20.077	-22.593	-24.371	-26.978	-29.863	-33.055
<i>% da RL</i>	[%]	-5,9%	-5,6%	-6,2%	-3,9%	-41,1%	-23,3%	-6,6%	-4,4%	-3,3%	-2,8%	-3,2%
(-/+) Outras Despesas/Receitas operacionais	[R\$ mil]	24.645	78.649	-48.386	39.858	3.876	0	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	2,2%	6,5%	-7,0%	4,8%	3,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(-/+) Equivalência Patrimonial	[R\$ mil]	172	13.964	-531	0	0	0	0	0	0	0	0
EBIT	[R\$ mil]	89.013	145.798	-85.454	59.011	-55.336	-22.830	-12.901	7.299	56.988	63.705	82.844
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		63,8%	-158,6%	-169,1%	-232,5%	-232,5%	-83,5%	-156,6%	680,8%	11,8%	30,0%
<i>Margem EBIT</i>	[%]	7,8%	12,0%	-12,4%	7,1%	-53,8%	-26,5%	-3,8%	1,3%	7,1%	6,0%	8,0%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	4.133	15.803	35.113	38.617	2.643	8.358	16.716	16.716	16.716	16.716	16.860
EBITDA	[R\$ mil]	93.146	161.601	-50.341	97.628	-52.693	-14.472	3.815	24.015	73.704	80.421	99.704
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		73,5%	-131,2%	-293,9%	-168,8%	-168,8%	-105,7%	529,5%	206,9%	9,1%	24,0%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]	8,2%	13,3%	-7,3%	11,7%	-51,2%	-16,8%	1,1%	4,3%	9,1%	7,5%	9,7%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	-17.821	-28.504	-61.483	-43.140	-22.947	0	0	0	0	0	0
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	71.192	117.294	-146.937	15.872	-78.283	-22.830	-12.901	7.299	56.988	63.705	82.844
<i>Margem EBT</i>	[%]	80,0%	80,4%	171,9%	26,9%	141,5%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
(-) Impostos	[R\$ mil]	-711	-2.524	-2.788	0	0	0	0	-1.737	-13.563	-15.594	-28.167
<i>% EBT</i>	[%]	-1,0%	-2,2%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-23,8%	-23,8%	-24,5%	-34,0%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	70.481	114.770	-149.725	15.872	-78.283	-22.830	-12.901	5.562	43.425	48.110	54.677
<i>Margem Líquida</i>	[%]	6,2%	9,5%	-21,8%	1,9%	-76,1%	-26,5%	-3,8%	1,0%	5,4%	4,5%	5,3%

Fluxo de Caixa (EBITDA)		jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
(=) EBITDA	[R\$ mil]	-14.472	3.815	24.015	73.704	80.421	99.704
(+/-) Variação de Capital de Giro	[R\$ mil]	0	-6.172	-8.746	-18.059	-39.588	-31.334
(-) Impostos (IR)	[R\$ mil]	0	0	-1.737	-13.563	-15.594	-28.167
Fluxo de Caixa Operacional	[R\$ mil]	-14.472	-2.357	13.532	42.082	25.239	40.203
(-) CAPEX	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	-2.850
Fluxo de Caixa de Investimentos	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	-2.850
Fluxo de Caixa de Financiamento	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
Caixa Inicial	[R\$ mil]	16.309	1.837	-520	13.012	55.094	80.332
Geração de Caixa	[R\$ mil]	-14.472	-2.357	13.532	42.082	25.239	37.353





Receita	Receitas consideradas com base no (i) planejamento financeiro do contrato atual (SIDEPSI); (ii) contratos mapeados com previsão de início para os anos de 2018 e 2019, contendo informações de valores, prazo, e probabilidade de êxito; (iii) e para os anos subsequentes, foram considerados tamanhos de mercado por setor (Alumínio, Energia, Siderurgia, Química, etc.) aplicados <i>mkt-share</i> por setor
COGS / SG&A	Margem de resultado por contrato de 10,5% sobre receita bruta e 11% de impostos Considerando cenário atual de overhead com base no orçamento administrativo: pessoas R\$ 306K/mês e R\$ 40K/mês com despesas gerais (estádias, imóveis, despesas administrativas, etc.)
Capital de giro	Foi considerado valores de recebimentos médio com base no histórico da Cobrazil ¹ calculado a partir do balanço para clientes (21d), estoques (20 dias), fornecedores (45d) para novos projetos
Capex	Considerado capex definido como 1% da receita bruta, apenas com início da programação de investimentos após jan-22, considerando que a empresa possui hoje capital ocioso empregado em máquinas/equipamentos

Recebimentos totais Pampa Sul, Contratações Mapeadas e Contratações Futuras Cobrazil (mercado e market share estimados)

fls. 10659

Novas Contratações	Unidade	2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	Contratação Total
Pampa Sul (APS) – em andamento	[R\$ mil]	11.321	11.321	22.792	0	0	0	34.114
Contratações Mapeadas	[R\$ mil]	1.338	1.338	66.128	237.994	180.439	17.882	503.781
Receitas	[R\$ mil]	0	12.659	88.920	237.994	180.439	17.882	537.894

Contratos Futuros - Mercados	Unidade	2017 (ago-dez)	2018	2019	2020	2021	2022	Mercado total previsto
Agronegócio/Alimentícia	[R\$ mil]	0	0	0	4.519	16.373	20.577	41.469
Alumínio	[R\$ mil]	0	0	0	10.820	39.207	49.275	99.302
Cimentos	[R\$ mil]	0	0	0	756	2.739	3.442	6.937
Energia	[R\$ mil]	0	0	0	11.685	42.339	53.212	107.236
Fertilizantes	[R\$ mil]	0	0	0	937	3.395	4.267	8.599
Logística / Portos	[R\$ mil]	0	0	0	12.205	44.225	55.582	112.013
Mineração	[R\$ mil]	0	0	0	10.883	39.434	49.561	99.879
Manutenção Industrial	[R\$ mil]	0	0	0	11.339	41.086	51.637	104.062
Papel e Celulose	[R\$ mil]	0	0	0	756	2.739	3.442	6.937
Química	[R\$ mil]	0	0	0	750	2.718	3.416	6.884
Siderurgia	[R\$ mil]	0	0	0	11.315	42.017	63.179	116.511
Vidros	[R\$ mil]	0	0	0	945	3.424	4.303	8.672
Receitas	[R\$ mil]	0	0	0	76.910	279.697	361.895	718.502

Demonstrativo de Resultados da Cobrazil

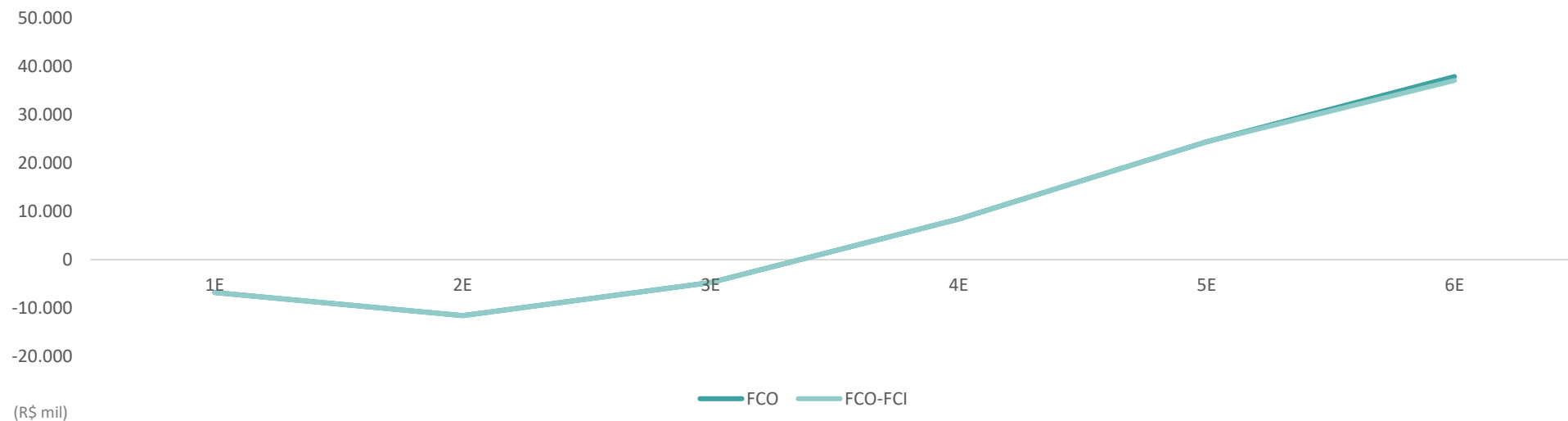
fls. 10660



Demonstrativo de Resultados	Unidade	2015A	2016A	jan-jun	jul-dez	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	0	0	0	12.323	86.337	227.742	242.734	277.215	329.608
<i>Crescimento YoY</i>	[%]						163,8%	6,6%	14,2%	18,9%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	0	0	0	-1.356	-9.497	-25.052	-26.701	-30.494	-36.257
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]				-0,11	-11,0%	-11,0%	-11,0%	-11,0%	-11,0%
Receita Líquida	[R\$ mil]	0	0	0	10.968	76.840	202.690	216.033	246.721	293.351
<i>Crescimento YoY</i>	[%]						163,8%	6,6%	14,2%	18,9%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	0	0	0	-13.327	-71.780	-181.613	-191.634	-220.477	-259.256
<i>% sobre RL</i>	[%]				-121,5%	-93,4%	-89,6%	-88,7%	-89,4%	-88,4%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	0	0	0	-2.359	5.060	21.077	24.399	26.244	34.095
<i>Crescimento YoY</i>	[%]					-314,5%	316,5%	15,8%	7,6%	29,9%
<i>Margem Bruta</i>	[%]					6,6%	10,4%	11,3%	10,6%	11,6%
(-) Depreciação/Amortização	[R\$ mil]	-16	-37	-135	0	0	0	0	0	-42
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-7	-60	-1.302	-1.847	-3.813	-3.977	-4.150	-4.328	-4.513
<i>% da RL</i>	[%]				-16,84%	-4,96%	-1,96%	-1,92%	-1,75%	-1,54%
(-/+) Outras Despesas/Receitas não operacionais	[R\$ mil]	0	32	-5	0	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]				0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
EBIT	[R\$ mil]	-23	-65	-1.442	-4.207	1.247	17.100	20.248	21.916	29.540
<i>Crescimento YoY</i>	[%]						1270,8%	18,4%	8,2%	34,8%
<i>Margem EBIT</i>	[%]				-38,4%	1,6%	8,4%	9,4%	8,9%	10,1%
(+) Depreciação/Amortização	[R\$ mil]	16	37	135	0	0	0	0	0	42
EBITDA	[R\$ mil]	-7	-27	-1.307	-4.207	1.247	17.100	20.248	21.916	29.582
<i>Crescimento YoY</i>	[%]						1270,8%	18,4%	8,2%	35,0%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]				-38,4%	1,6%	8,4%	9,4%	8,9%	10,1%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	0	0	-1	0	0	0	0	0	0
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	-23	-65	-1.443	-4.207	1.247	17.100	20.248	21.916	29.540
<i>Margem EBT</i>	[%]				-38,4%	1,6%	8,4%	9,4%	8,9%	10,1%
(-) Impostos	[R\$ mil]	0	0	0	0	-297	-4.511	-6.884	-7.451	-10.044
<i>% EBT</i>	[%]				0,0%	-23,8%	-26,4%	-34,0%	-34,0%	-34,0%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	-23	-65	-1.304	-4.207	951	12.589	13.364	14.465	19.496
<i>Margem Líquida</i>	[%]				-38,4%	1,2%	6,2%	6,2%	5,9%	6,6%



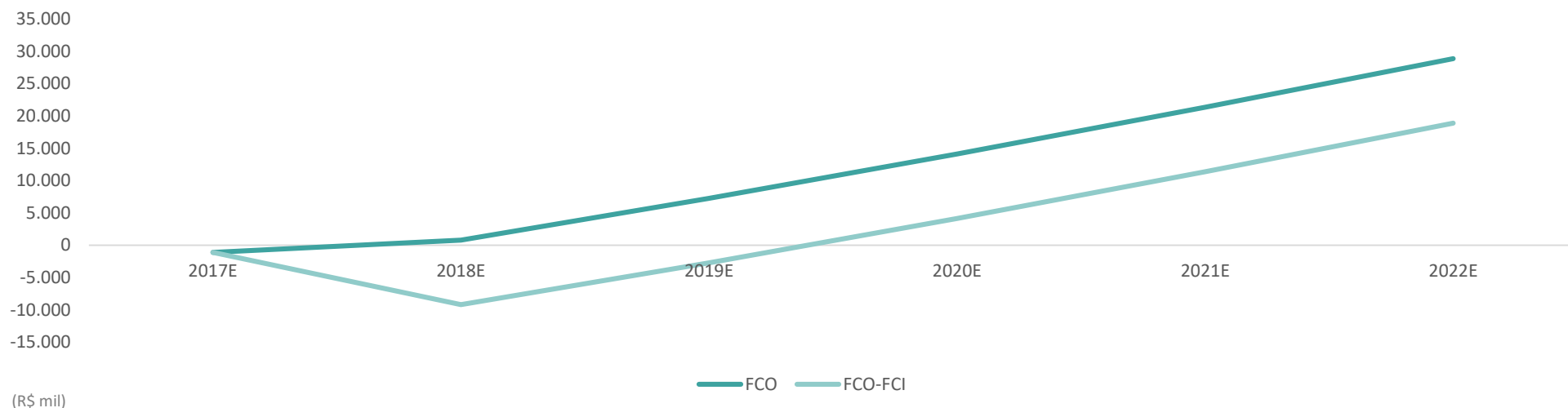
Fluxo de Caixa (EBITDA)		jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
(=) EBITDA	[R\$ mil]	-4.207	1.247	17.100	20.248	21.916	29.582
(+/-) Variação de Capital de Giro	[R\$ mil]	-2.650	-5.690	-5.765	-258	1.533	-6.024
(-) Impostos (IR)	[R\$ mil]	0	-297	-4.511	-6.884	-7.451	-10.044
Fluxo de Caixa Operacional	[R\$ mil]	-6.856	-4.740	6.824	13.106	15.997	13.514
(-) CAPEX	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	-824
Fluxo de Caixa de Investimentos	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	-824
Fluxo de Caixa de Financiamento	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
Caixa Inicial	[R\$ mil]	8	-6.849	-11.589	-4.764	8.342	24.339
Geração de Caixa	[R\$ mil]	-6.856	-4.740	6.824	13.106	15.997	12.690



Receita	A receita da Naval é composta por (i) Atividades de reparo naval no dique (contrato de R\$ 950k/mês/contrato de reparo); (ii) Atracação de embarcações em cais (R\$ 30k/mês); (iii) Operação dos rebocadores Atlas e Titã (R\$ 0,35k/hora); (iv) Construção Naval por aliança (<i>rebuilding</i> de Bravo e Sta. Maria, R\$ 400k/mês), depois mantido R\$ 480k/mês; (v) Manutenção de sondas de perfuração na Baía Guanabara, R\$ 90k/mês; (vi) Aluguel de equipamentos R\$ 80k/mês
COGS / SG&A	Margem de custo sobre RB de (i) 66%; (ii) 9%; (iii) 63%; (iv) 25%; (v) 73%; (vi) 18%; e 2% de ISS Considerando cenário atual de overhead com base no orçamento administrativo (PFM – Planejamento Financeiro Mensal): total pessoal R\$ 186k/mês, serviços de terceiros R\$ 31k/mês e R\$ 98k/mês com despesas administrativas
Capital de giro	Foi considerado valores de recebimentos médio com base no último dado disponível (balancete do primeiro semestre) para clientes (35d), estoques (4d) e fornecedores (11d)
Capex	Considerado capex de R\$ 10M necessário para aquisição de dique de modo a garantir a continuação das atividades de reparos

Demonstrativo de Resultados	Unidade	2013A	2014A	2015A	2016A	jan-jun	jul-dez	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	0	0	0	572	3.607	2.880	16.456	26.336	27.627	28.810	29.883
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	0%	0%	0%	0%	630%		253,7%	160,0%	104,9%	104,3%	103,7%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	0	0	0	11	-74	-58	-329	-527	-553	-576	-598
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	-2,0%	-2,0%	-2,0%	-2,0%	-2,0%	-2,0%	-2,0%
Receita Líquida	[R\$ mil]	0	0	0	561	3.534	2.822	16.127	25.809	27.075	28.234	29.286
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	629,9%		253,7%	160,0%	104,9%	104,3%	103,7%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	0	0	0	-299	-2.075	-1.901	-8.192	-13.509	-14.154	-14.760	-15.352
<i>% sobre RL</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	-53,3%	-58,7%	-67,3%	-50,8%	-52,3%	-52,3%	-52,3%	-52,4%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	0	0	0	262	1.459	922	7.934	12.300	12.920	13.474	13.934
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	45,8%	40,4%	908,5%	333,4%	155,0%	105,0%	104,3%	103,4%
<i>Margem Bruta</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	45,8%	40,4%	32,0%	48,2%	46,7%	46,8%	46,8%	46,6%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-1.100	-416	-83	-958	-1.454	-1.896	-3.866	-3.968	-4.072	-4.181	-4.294
<i>% da RL</i>	[%]	0%	0%	0%	-171%	-41%	-67,2%	-24,0%	-15,4%	-15,0%	-14,8%	-14,7%
EBIT	[R\$ mil]	-1.100	-416	-83	-696	5	-975	3.268	7.332	7.848	8.293	8.640
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	0,0%	37,8%	20,0%	838,6%	-0,7%		-336,9%	224,4%	107,0%	105,7%	104,2%
<i>Margem EBIT</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	-121,6%	0,1%	-33,9%	19,9%	27,8%	28,4%	28,8%	28,9%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0	800	1.000	1.000	1.000	1.000
EBITDA	[R\$ mil]	-1.100	-416	-83	-696	5	-975	4.068	8.332	8.848	9.293	9.640
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	0,0%	37,8%	20,0%	838,6%	-0,7%	139,4%	-419,3%	204,8%	106,2%	105,0%	103,7%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	-121,6%	0,1%	-33,9%	24,7%	31,6%	32,0%	32,3%	32,3%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	13	8	-1	-2	-45	0	0	0	0	0	0
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	-1.087	-408	-84	-698	-40	-975	3.268	7.332	7.848	8.293	8.640
<i>Margem EBT</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	-122,0%	-1,1%	-33,9%	19,9%	27,8%	28,4%	28,8%	28,9%
(-) Impostos	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0	-778	-1.745	-1.868	-1.974	-2.056
<i>% EBT</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-23,8%	-23,8%	-23,8%	-23,8%	-23,8%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	-1.087	-408	-84	-698	-40	-975	2.490	5.587	5.980	6.319	6.584
<i>Margem Líquida</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	-122,0%	-1,1%	-33,9%	15,1%	21,2%	21,6%	21,9%	22,0%

Fluxo de Caixa (EBITDA)		jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
(=) EBITDA	[R\$ mil]	-975	4.068	8.332	8.848	9.293	9.640
(+/-) Variação de Capital de Giro	[R\$ mil]	-138	-1.388	-139	-82	-86	-67
(-) Impostos (IR)	[R\$ mil]	0	-778	-1.745	-1.868	-1.974	-2.056
Fluxo de Caixa Operacional	[R\$ mil]	-1.113	1.903	6.448	6.898	7.233	7.517
(-) CAPEX	[R\$ mil]	0	-10.000	0	0	0	0
Fluxo de Caixa de Investimentos	[R\$ mil]	0	-10.000	0	0	0	0
Fluxo de Caixa de Financiamento	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
Caixa Inicial	[R\$ mil]	509	-604	-8.701	-2.253	4.645	11.879
Geração de Caixa	[R\$ mil]	-1.113	-8.097	6.448	6.898	7.233	7.517



(R\$ mil)

Receita	A receita da Clia é composta por (i) Movimentação de cargas Alfandegadas (R\$ 85/mês/m ²) até atingir progressivamente a área máxima de 3.000m ² ; (ii) Armazenagem em Área Descoberta (R\$ 40/mês/m ²) até atingir progressivamente a área máxima de 40.000m ² ; (iii) Armazenagem em Área Coberta (R\$ 65/mês/m ²) até atingir progressivamente a área máxima de 1.200m ² ; (iv) D.A.C. (R\$ 20k/mês/D.A.C.) até atingir progressivamente a um máximo de 5 D.AC.s; (v) Aluguel de Escritórios, R\$ 5k/mês; (vi) Serviços R\$ 500k/mês
COGS / SG&A	Custos dos serviços prestados referem-se a: mão-de-obra operacional (a empresa, em seu planejamento, detalha a evolução mensal dos salários e encargos mês a mês, considerando dissídio e previsão de novas contratações); equipamentos DEQ (R\$ 1k/mês de aluguel); equipamentos externos (empilhadeiras, guindastes, caminhão, etc) e materiais de consumo (R\$ 500/mês) A empresa detalha suas despesas administrativas mês a mês, considerando gastos com Prospect (Carmelo), LDC (sistema), reembolsos, combustíveis, veículos, sindicatos, viagens, sistema WMS e vendas. Também considera custos compartilhados da base de Niterói e Instalações (Segurança Armada e Serviços de Terceiros)
Capital de giro	Foi considerado valores de recebimentos médio padrão para a indústria, considerando que os clientes desse ramo pagam em dia os aluguéis dos espaços da base: para clientes (30d) e fornecedores (30d). Demais contas do circulante foram desconsideradas, por exemplo, estoques não é relevante a esse tipo de business; já tributos e salários a pagar, assume-se a premissa de que serão pagos no mês corrente
Capex	A empresa possui cronograma de investimentos em melhorias em seu planejamento (business plan). Após data máxima do cronograma, foi considerado investimentos necessários apenas para repor a depreciação, considerando que a empresa não fará outras aquisições relevantes

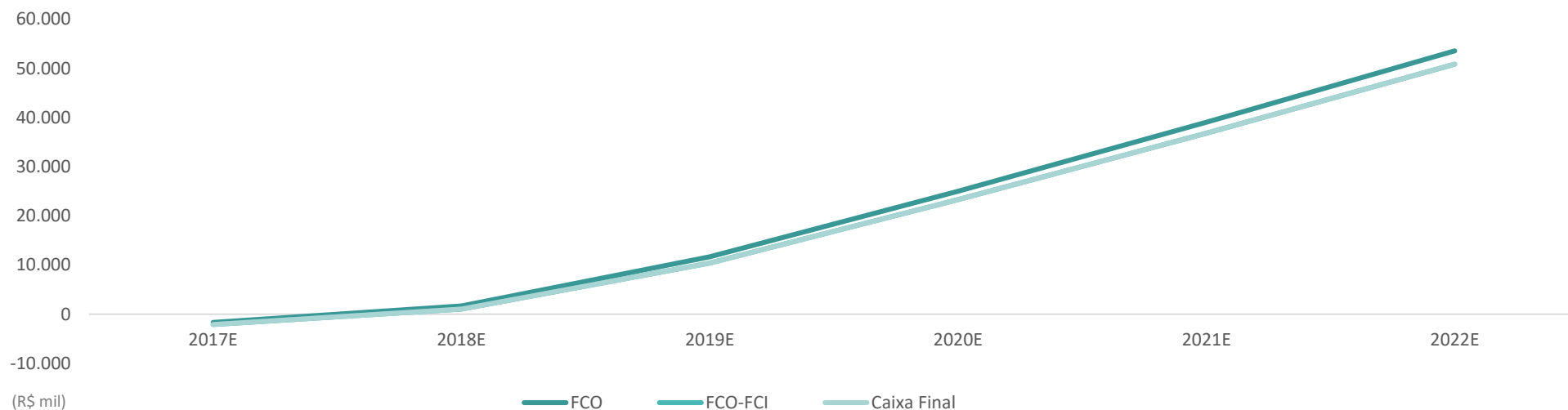
Demonstrativo de Resultados	Unidade	jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	978	15.321	29.415	34.573	36.051	37.592
<i>Crescimento YoY</i>	[%]			92,0%	17,5%	4,3%	4,3%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	-85	-1.325	-2.544	-2.991	-3.118	-3.252
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]	-9,5%	-9,5%	-9,5%	-9,5%	-9,5%	-9,5%
Receita Líquida	[R\$ mil]	893	13.996	26.871	31.582	32.932	34.340
<i>Crescimento YoY</i>	[%]			92,0%	17,5%	4,3%	4,3%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	-1.345	-4.232	-5.097	-5.258	-5.432	-5.613
<i>% sobre RL</i>	[%]	-150,6%	-30,2%	-19,0%	-16,6%	-16,5%	-16,3%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	-452	9.764	21.774	26.324	27.500	28.727
<i>Crescimento YoY</i>	[%]			123,0%	20,9%	4,5%	4,5%
<i>Margem Bruta</i>	[%]	-46,3%	63,7%	74,0%	76,1%	76,3%	76,4%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	-12	-59	-106	-152	-199	-221
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-786	-3.255	-5.463	-5.948	-6.202	-6.468
<i>% da RL</i>	[%]	-88,0%	-23,3%	-20,3%	-18,8%	-18,8%	-18,8%
(-/+) Outras Despesas/Receitas não operacionais	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
EBIT	[R\$ mil]	-1.250	6.449	16.206	20.225	21.099	22.038
<i>Crescimento YoY</i>	[%]			151,3%	24,8%	4,3%	4,5%
<i>Margem EBIT</i>	[%]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	12	59	106	152	199	221
EBITDA	[R\$ mil]	-1.238	6.508	16.312	20.376	21.298	22.259
<i>Crescimento YoY</i>	[%]			150,6%	24,9%	4,5%	4,5%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]	-138,7%	46,5%	60,7%	64,5%	64,7%	64,8%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	-1.250	6.449	16.206	20.225	21.099	22.038
<i>Margem EBT</i>	[%]	-140,0%	46,1%	60,3%	64,0%	64,1%	64,2%
(-) Impostos	[R\$ mil]	0	-1.768	-5.510	-6.876	-7.174	-7.493
<i>% EBT</i>	[%]	0,0%	-27,4%	-34,0%	-34,0%	-34,0%	-34,0%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	-1.250	4.682	10.696	13.348	13.926	14.545
<i>Margem Líquida</i>	[%]	-140,0%	33,4%	39,8%	42,3%	42,3%	42,4%

Fluxo de Caixa da Clia Porto

fls. 10667

E

Fluxo de Caixa (EBITDA)		jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
(=) EBITDA	[R\$ mil]	-1.238	6.508	16.312	20.376	21.298	22.259
(+/-) Variação de Capital de Giro	[R\$ mil]	-457	-1.366	-856	-119	-124	-228
(-) Impostos (IR)	[R\$ mil]	0	-1.768	-5.510	-6.876	-7.174	-7.493
Fluxo de Caixa Operacional	[R\$ mil]	-1.695	3.375	9.946	13.381	14.000	14.538
(-) CAPEX	[R\$ mil]	-416	-221	-634	-458	-478	-498
Fluxo de Caixa de Investimentos	[R\$ mil]	-416	-221	-634	-458	-478	-498
Fluxo de Caixa de Financiamento	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
Caixa Inicial	[R\$ mil]	0	-2.111	1.043	10.356	23.279	36.801
Geração de Caixa	[R\$ mil]	-2.111	3.154	9.313	12.923	13.523	14.040



Receita	<p>Blocos exploratórios: Receitas projetadas por meio de estudo de reserva para os blocos do bid 11 em status de exploração; curva de produção até esgotamento do poço considerando decaimento de 10% anual; curva para o preço do barril de petróleo. Fim do período de concessão para o ano de 2035</p> <p>Outras receitas: venda de ativos já acordada e definida em contrato tendo como triggers eventos de aprovação pelo órgão responsável (ANP)</p>
COGS / SG&A	Custos variáveis de US\$ 10 por barril de petróleo devido a operação e manutenção das estruturas de exploração. Custo de abandono de R\$ 2M ao término do período de exploração. Despesas administrativas conforme plano de redução de overhead de R\$ 35/mês com pessoal e R\$ 8k/mês com despesas gerais.
Capital de giro	Capital de giro desconsiderado no modelo, tendo como premissa que a maior parte das receitas e custos correntes são realizados no mesmo período.
Capex	Capex necessário para análise sísmica, exploração, perfuração e produção dos blocos. Após investimentos iniciais foram considerados investimentos necessários apenas para manter a produção prolongando a vida útil dos poços, ainda partiu-se da premissa que a empresa não fará outras aquisições relevantes
Outros	Venda de ativos: equipamentos, Campos Galo de Campina, Arribaça, Rolinha, Caboclinho e Graúna, João de Barro. E os blocos BT-POT-10; POT-T-741; POT-T-302, Campo de Concriz e Periquito. E os blocos: POT-T-790, POT-T-743 e POT-T-744

Demonstração de Resultados da Norte Oleum

fls. 10669

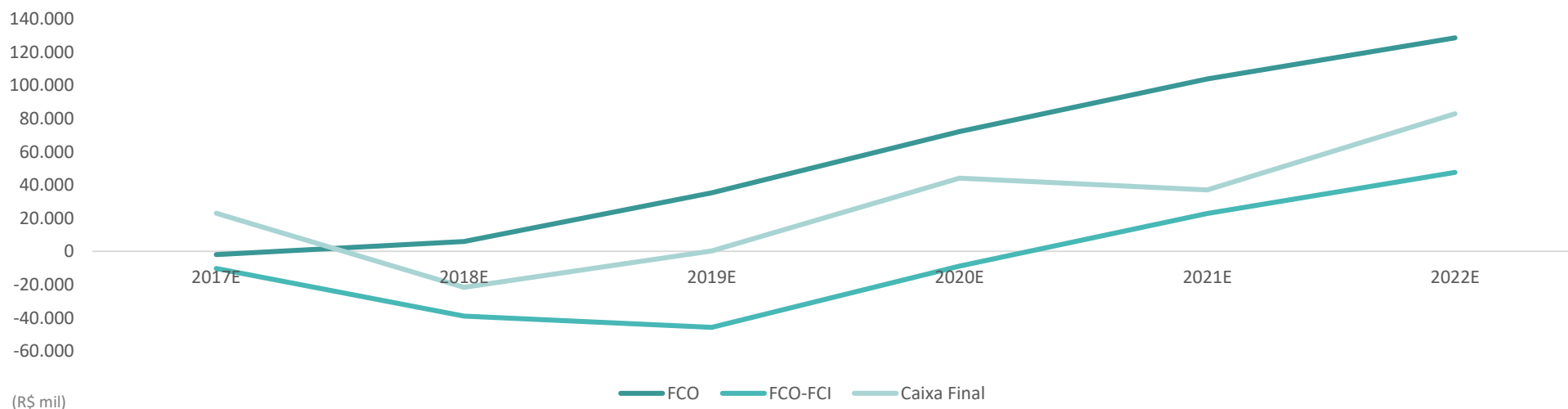
Demonstrativo de Resultados	Unidade	2013A	2014A	2015A	2016A	jan-jun	jul-dez	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	0	0	16.823	6.630	0	0	19.377	64.883	78.901	67.250	52.590
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		0%	0%	-61%	-100%	-100%	0%	235%	22%	-15%	-22%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	0	0	-3.491	-1.376	0	0	-4.021	-13.463	-16.372	-13.954	-10.912
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]	0%	0%	-21%	-21%	0%	0%	-21%	-21%	-21%	-21%	-21%
Receita Líquida	[R\$ mil]	0	0	13.332	5.254	0	0	15.357	51.420	62.529	53.296	41.677
<i>Crescimento YoY</i>	[%]				-61%	-100%	-100%		235%	22%	-15%	-22%
(-) Custo de exploração	[R\$ mil]	-3.936	-10.793	-12.560	-6.752	0	0	-4.123	-12.242	-14.346	-11.208	-8.765
<i>% sobre RL</i>	[%]	0%	0%	-94%	-129%	0%	0,0%	-26,8%	-23,8%	-22,9%	-21,0%	-21,0%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	-3.936	-10.793	772	-1.498	0	0	11.234	39.178	48.184	42.087	32.912
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		174%	-107%	-294%	-100%	-100%		249%	23%	-13%	-22%
<i>Margem Bruta</i>	[%]						0,0%	73,2%	76,2%	77,1%	79,0%	79,0%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	-464	-269	-542	-248	-1	0	-2.478	-11.138	-16.298	-12.734	-9.958
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-3.953	-1.042	-1.010	-1.143	-600	-261	-538	-562	-586	-611	-637
<i>% da RL</i>	[%]	0%	0%	-8%	-22%	0%	0,0%	-3,5%	-1,1%	-0,9%	-1,1%	-1,5%
EBIT	[R\$ mil]	-7.889	-11.835	-238	-2.623	-600	-261	8.218	27.478	31.300	28.742	22.317
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		50%	-98%	1002%	-67%	-67%	-1055%	234%	14%	-8%	-22%
<i>Margem EBIT</i>	[%]	0%	0%	-2%	-50%	0%	0,0%	53,5%	53,4%	50,1%	53,9%	53,5%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	464	269	542	248	1	0	2.478	11.138	16.298	12.734	9.958
EBITDA	[R\$ mil]	-7.425	-11.566	304	-2.375	-599	-261	10.696	38.616	47.598	41.476	32.275
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		56%	-103%	-881%	-64%	-64%	-1345%	261%	23%	-13%	-22%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]	0%	0%	2%	-45%	0%	0,0%	69,6%	75,1%	76,1%	77,8%	77,4%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	154	11	-72	-22	0	0	0	0	0	0	0
(-/+) Outras Despeas/Receitas não operacionais	[R\$ mil]	0	0	0	18	0	5.193	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	0%	0%	0%	0%	0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	-7.271	-11.555	232	-2.397	-599	4.933	8.218	27.478	31.300	28.742	22.317
<i>Margem EBT</i>	[%]	0%	0%	2%	-46%	0%	0,0%	53,5%	53,4%	50,1%	53,9%	53,5%
(-) Impostos	[R\$ mil]	0	0	-4	0	0	-1.677	-2.923	-9.343	-10.642	-9.772	-7.588
<i>% EBT</i>	[%]	0%	0%	-2%	0%	0%	-34,0%	-35,6%	-34,0%	-34,0%	-34,0%	-34,0%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	-7.271	-11.555	228	-2.397	-599	3.256	5.295	18.136	20.658	18.970	14.729
<i>Margem Líquida</i>	[%]	0%	0%	2%	-46%	0%	0,0%	34,5%	35,3%	33,0%	35,6%	35,3%

Fluxo de Caixa da Norte Oleum

fls. 10670

F

Fluxo de Caixa (EBITDA)		jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
(=) EBITDA	[R\$ mil]	-261	10.696	38.616	47.598	41.476	32.275
(+/-) Variação de Capital de Giro	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
(-) Impostos (IR)	[R\$ mil]	-1.677	-2.923	-9.343	-10.642	-9.772	-7.588
Fluxo de Caixa Operacional	[R\$ mil]	-1.938	7.772	29.273	36.956	31.704	24.687
(-) CAPEX	[R\$ mil]	-8.271	-36.601	-35.572	0	0	0
Fluxo de Caixa de Investimentos	[R\$ mil]	-8.271	-36.601	-35.572	0	0	0
Fluxo de Caixa de Financiamento	[R\$ mil]	33.248	7.134	7.134	7.134	5.350	0
Caixa Inicial	[R\$ mil]	110	23.150	1.456	2.290	46.380	83.434
Geração de Caixa	[R\$ mil]	23.040	-21.694	835	44.090	37.054	24.687



(R\$ mil)

FCO FCO-FCI Caixa Final

Receita	Dual: A receita da DI advém de seu empreendimento imobiliário (Dual), programado para ser entregue em ago-17. Valor total do empreendimento de R\$ 58M, avanço físico atual base Julho de 61,7%. 115 lojas já vendidas e 114 disponíveis. Após esse contrato, a empresa não prevê novas contratações
COGS / SG&A	Custo oriundo do planejamento da obra a realizar totalizando R\$ 19M. Sendo Obra R\$ 14M e R\$ 5M outros (terreno, impostos, corretagem, projetos, outras despesas, entre outros). Considerando cenário atual de overhead com base no orçamento administrativo (PFM – Planejamento Financeiro Mensal): total pessoal R\$ 718k/mês, serviços de terceiros R\$ 31k/mês e R\$ 21k/mês com despesas administrativas
Capital de giro	Estoques e contas a receber são estimados conforme regra de contabilização do andamento físico dos custos. Os custos incorridos são creditados na conta Estoque, e Receitas (reconhecidas a partir do custo segundo norma CPC-47) reconhecidas no período são creditadas em contas a receber. O capital de giro dá-se conforme cronograma e recebimento previsto pelo planejamento da obra (grande maioria pago na troca das chaves)
Capex	Dado que a empresa não possui ativos em seu imobilizado (exceto terrenos, que não são bens depreciables) e não planeja adquirir novos itens, capex bem como depreciação não são considerados
Outras receitas	Colina Leste I, venda já realizada considerando valor descontado de R\$ 23M. Venda do terreno de Colina Leste II (permuta financeira) estimada para out-19 seguindo fluxo específico que considera participação nas vendas do empreendimento a ser realizado sob o mesmo

Demonstração de Resultados da DI

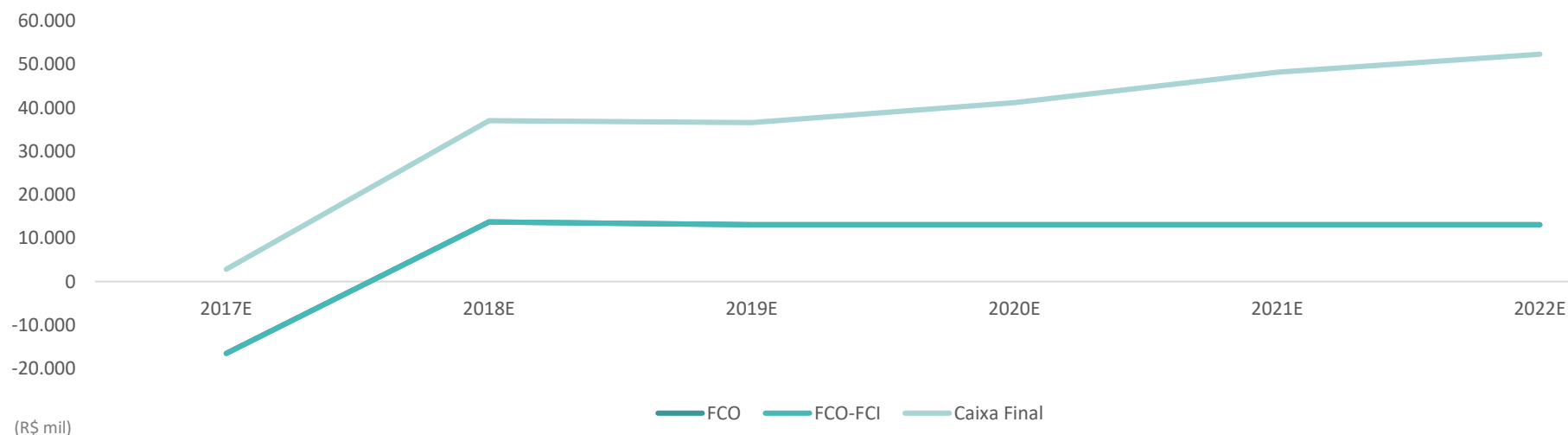
fls. 10672



Demonstrativo de Resultados	Unidade	2013A	2014A	2015A	2016A	jan-jun	jul-dez	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	
Receita Bruta	[R\$ mil]	[R\$ mil]	0	7.669	4.161	9.050	1.020	10.279	13.705	0	0	0	0
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	[%]	0%	0%	-46%	117%	25%	25%	21%	0%	0%	0%	0%
(-) Devoluções	[R\$ mil]	[R\$ mil]	0	0	0	0	-1.216	0	0	0	0	0	0
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]	[%]						-100,0%	-100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Receita Líquida	[R\$ mil]	[R\$ mil]	0	7.669	4.161	9.050	-196	10.279	13.705	0	0	0	0
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	[%]	0%	0%	-46%	117%	11%	11%	36%	0%	0%	0%	0%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	[R\$ mil]	0	-5.014	-2.711	-6.197	-498	-8.803	-11.738	0	0	0	0
<i>% sobre RL</i>	[%]	[%]	0%	-165%	-165%	-168%	154%	-185,6%	-185,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	[R\$ mil]	0	2.655	1.450	2.853	-694	1.475	1.967	0	0	0	0
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	[%]	0%	0%	-45%	97%	-73%	-73%	152%	0%	0%	0%	0%
<i>Margem Bruta</i>	[%]	[%]	0%	-65%	-65%	-68%	254%	-85,6%	-85,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	[R\$ mil]	-1.525	-2.840	-1.454	-1.146	-410	-757	-409	-1	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	[%]	0%	37%	35%	13%	-209%	7,4%	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	[R\$ mil]	-11	-17	-20	-20	-10	0	0	0	0	0	0
EBIT	[R\$ mil]	[R\$ mil]	-1.416	-185	-4	1.707	-1.103	9.433	1.558	1.811	0	0	0
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	[%]						0%	-81%	0%	0%	0%	0%
<i>Margem EBIT</i>	[%]	[%]	0%	-102%	-100%	-81%	463%	-8,2%	-88,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	[R\$ mil]	11	17	20	20	10	0	0	0	0	0	0
EBITDA	[R\$ mil]	[R\$ mil]	-1.405	-168	16	1.727	-1.093	9.433	1.558	1.811	0	0	0
<i>Crescimento YoY</i>	[%]	[%]						0%	-81%	16%	-100%	-100%	-100%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]	[%]	0%	-102%	-100%	-81%	458%	-8,2%	-88,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	[R\$ mil]	20	267	-352	-975	-390	0	0	0	0	0	0
(-/+) Outras Despesas/Receitas operacionais	[R\$ mil]	[R\$ mil]	109	0	0	0	0	8.715	0	1.812	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]	[%]	0%	0%	0%	0%	0%	-15,2%	-100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	[R\$ mil]	-1.396	82	-356	732	-1.494	9.433	1.558	1.811	0	0	0
<i>Margem EBT</i>	[%]	[%]	0%	-99%	-109%	-92%	662%	-8,2%	-88,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(-) Impostos	[R\$ mil]	[R\$ mil]	0	0	-4	0	0	-3.207	-530	-616	0	0	0
<i>% EBT</i>	[%]	[%]	0%	0%	1%	0%	0%	-34,0%	-34,0%	-34,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	[R\$ mil]	-1.396	82	-360	732	-1.494	6.226	1.028	1.196	0	0	0
<i>Margem Líquida</i>	[%]	[%]	0%	-99%	-109%	-92%	662%	-39,4%	-92,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%



Fluxo de Caixa (EBITDA)		jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
(=) EBITDA	[R\$ mil]	718	1.558	-1	0	0	0
(+/-) Variação de Capital de Giro	[R\$ mil]	-14.037	29.196	0	0	0	0
(-) Impostos (IR)	[R\$ mil]	-3.207	-530	-616	0	0	0
Fluxo de Caixa Operacional	[R\$ mil]	-16.526	30.224	-617	0	0	0
(-) CAPEX	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
(+) Baixa do estoque	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0
Fluxo de Caixa de Investimentos	[R\$ mil]	22.834	0	111	4.189	6.946	4.686
Fluxo de Caixa de Financiamento	[R\$ mil]	505	6.813	37.037	36.532	40.721	47.666
Caixa Inicial	[R\$ mil]	6.308	30.224	-505	4.189	6.946	4.686
Geração de Caixa	[R\$ mil]	6.813	37.037	36.532	40.721	47.666	52.352



Quadro de premissas para a Controladora (UTC Participações)

fls. 10674

H

COGS / SG&A	Considerando cenário atual de overhead com base no orçamento administrativo (PFM – Planejamento Financeiro Mensal): total pessoal R\$ 917k/mês e R\$ 893k/mês com despesas gerais.
Capital de giro	Capital de giro desconsiderado, dado que a Controladora não possui atividades operacionais. Evento da venda de Colina Sul e desinvestimento de Viracopos reconhecidos no Contas a Receber até finalização do pagamento das parcelas
Capex	Dado o considerável capital empregado no DEQ (Departamento de Máquinas) entre outros ativos, como os da base de Niterói, há a política de desinvestimento na companhia, dessa forma os dispêndios com capex considerados apenas de modo a repor a 70% da depreciação corrente com início dos investimento a partir de Janeiro de 2022
Outros	(i) venda do terreno Colina Sul no valor de R\$ 130M líquidos de impostos a ser realizada em 24 parcelas com início estimado em dez-19 (ii) desinvestimento do aeroporto de Viracopos resultando em fluxo de R\$ 150M durante o ano de 2022 (iii) monetização de claims no valor total de R\$ 2,7B (considerando probabilidade de êxito e líquidos de impostos e comissões de advogados ²)
Receitas/ Despesas Financeiras	Alíquota de juros para receita financeira de 80% da SELIC ¹ . DIP a 35% a.a. quando necessário. Juros sobre a dívida dos acordos respeitando seus respectivos contratos (correção a SELIC para leniência e CADE) Taxa Referencial (TR) + 0,5% de correção para as debêntures

Demonstração de Resultados para UTC Participações

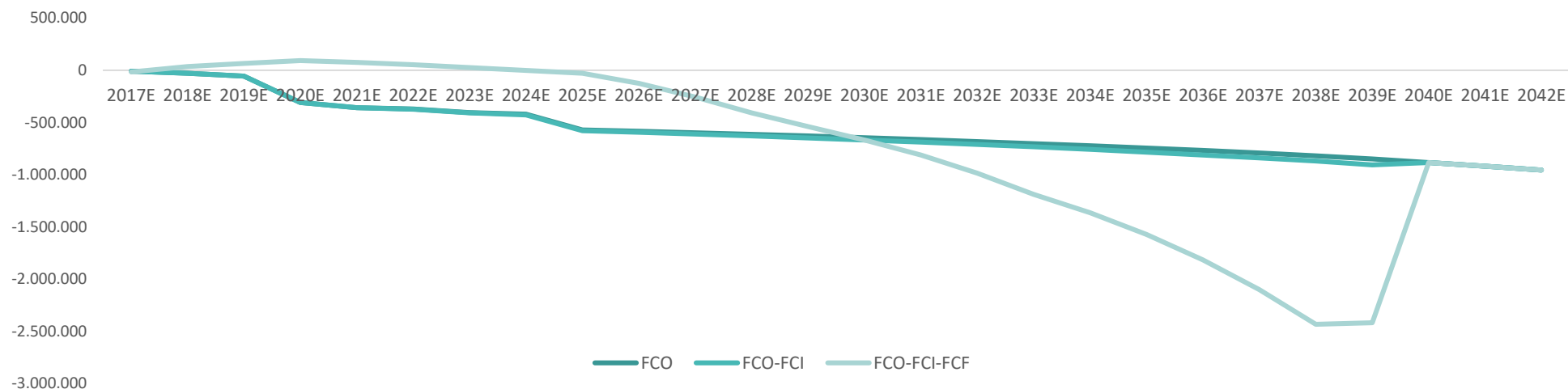
fls. 10675



Demonstrativo de Resultados	Unidade	2013A	2014A	2015A	2016A	jan-jun	jul-dez	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E
Receita Bruta	[R\$ mil]	166	1.017	161	212	63	0	0	0	0	0	0
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		513%	-84%	32%	-70%	-70%	0%	0%	0%	0%	0%
(-) Impostos sobre serviços	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Alíquota efetiva</i>	[%]	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Receita Líquida	[R\$ mil]	166	1.017	161	212	63	0	0	0	0	0	0
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		513%	-84%	32%	-70%	-70%	0%	0%	0%	0%	0%
(-) Custo dos serviços prestados	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>% sobre RL</i>	[%]	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Lucro Bruto	[R\$ mil]	166	1.017	161	212	63	0	0	0	0	0	0
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		513%	-84%	32%	-70%	-70%	-100%	0%	0%	0%	0%
<i>Margem Bruta</i>	[%]	100%	100%	100%	100%	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
(-) Depreciação	[R\$ mil]	-1.073	-967	-962	-952	-397	-1.153	-2.307	-2.307	-2.307	-2.307	-2.400
(-) Despesas Adm e Gerais	[R\$ mil]	-33.342	-8.459	-14.380	-29.477	-31.328	-10.560	-19.061	-16.609	-14.458	-12.584	-10.953
<i>% da RL</i>	[%]						0%	0%	0%	0%	0%	0%
(-/+) Equivalência Patrimonial	[R\$ mil]	23.368	394	516	36.511	-3.898	0	0	0	0	0	0
<i>% da RL</i>	[%]						0%	0%	0%	0%	0%	0%
EBIT	[R\$ mil]	196.573	-64.394	-458.117	-273.831	-274.547	-11.713	-21.368	-18.915	-16.764	-14.891	-13.353
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-133%	611%	-40%	5%	5%	-93%	-11%	-11%	-11%	-10%
<i>Margem EBIT</i>	[%]	118417%	-6332%	-284545%	-129166%	-435789%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
(+) Depreciação	[R\$ mil]	1.073	967	962	952	397	1.153	2.307	2.307	2.307	2.307	2.400
EBITDA	[R\$ mil]	197.646	-63.427	-457.155	-272.879	-274.150	-10.560	-19.061	-16.609	-14.458	-12.584	-10.953
<i>Crescimento YoY</i>	[%]		-132%	621%	-40%	4%	4%	-93%	-13%	-13%	-13%	-13%
<i>Margem EBITDA</i>	[%]						0%	0%	0%	0%	0%	0%
(-/+) Outras Despesas/Receitas	[R\$ mil]	207.454	-56.379	-443.452	-280.125	-238.987	-1.321.610	-5.198	132.791	1.106.609	180.452	-79.830
<i>% da RL</i>	[%]						0%	0%	0%	0%	0%	0%
(+)(-) Despesas Financeiras/ Receitas Financeiras	[R\$ mil]	-38.933	-78.493	-100.768	-147.218	-61.202	0	-33.526	-72.222	-82.146	-8.461	-5.563
EBT (LAIR)	[R\$ mil]	158.713	-141.920	-557.923	-420.097	-335.352	-1.333.323	-60.091	41.653	1.007.698	157.099	-98.746
<i>Margem EBT</i>	[%]						0%	0%	0%	0%	0%	0%
(-) Impostos e diferido	[R\$ mil]	0	0	0	0	0	0	0	-9.913	-239.832	-37.390	0
<i>% EBT</i>	[%]	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	-24%	-24%	-24%	0%
Lucro Líquido	[R\$ mil]	157.640	-142.887	-476.634	-421.049	-335.749	-1.333.323	-60.091	31.739	767.866	119.710	-98.746
<i>Margem Líquida</i>	[%]						0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fluxo de Caixa da UTC Participações

Cash Flow	jul-dez 2017E	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	2023E	2024E	2025E	2026E	2027E	2028E	2029E	2030E	2031E	2032E	2033E	2034E	2035E	2036E	2037E	2038E	2039E	2040E	2041E	2042E
(=) EBITDA	-10.560	-19.061	-16.609	-14.458	-12.584	-10.953	-11.556	-12.191	-12.862	-13.569	-14.315	-15.103	-15.933	-16.810	-17.734	-18.710	-19.739	-20.824	-21.970	-23.178	-24.453	-25.798	-27.216	-28.713	-30.292	-31.959
(+/-) Variação de Capital de Giro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Impostos (IR)	0	0	-9.913	-239.832	-37.390	0	-22.385	-4.578	-136.692	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-4.004	-4.257	-5.508	-6.173
Fluxo de Caixa Operacional	-10.560	-19.061	-26.522	-254.290	-49.974	-10.953	-33.940	-16.769	-149.553	-13.569	-14.315	-15.103	-15.933	-16.810	-17.734	-18.710	-19.739	-20.824	-21.970	-23.178	-24.453	-25.798	-31.221	-32.971	-35.800	-38.132
(-) CAPEX	0	0	0	0	0	-1.898	-2.003	-2.113	-2.229	-2.352	-2.481	-2.618	-2.762	-2.913	-3.074	-3.243	-3.421	-3.609	-3.808	-4.017	-4.238	-4.471	-4.717	-4.977	-5.250	-5.539
Fluxo de Caixa de Investimentos	0	0	0	0	0	-1.898	-2.003	-2.113	-2.229	-2.352	-2.481	-2.618	-2.762	-2.913	-3.074	-3.243	-3.421	-3.609	-3.808	-4.017	-4.238	-4.471	-4.717	-4.977	-5.250	-5.539
Fluxo de Caixa de Financiamento	-7.491	72.528	56.644	280.737	32.913	-9.004	7.927	-7.793	122.597	-80.155	-112.963	-135.259	-111.426	-109.206	-123.237	-150.624	-180.719	-152.750	-180.834	-215.564	-256.315	-303.911	52.260	-140.206	60.071	64.899
Geração de Caixa	-18.051	53.467	30.122	26.447	-17.061	-21.856	-28.016	-26.675	-29.186	-96.076	-129.759	-152.979	-130.121	-128.929	-144.045	-172.577	-203.879	-177.184	-206.611	-242.759	-285.006	-334.180	16.322	-178.154	19.021	21.228



06.



Anexos

06.

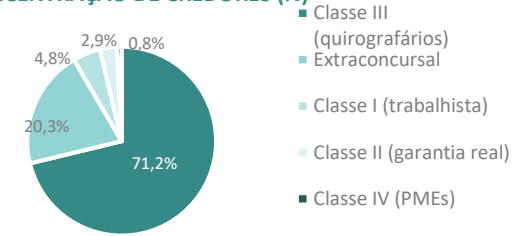
Anexos

- a) **Credores**
- b) Detalhamento dos claims
- c) Premissas para o pagamento do passivo tributário

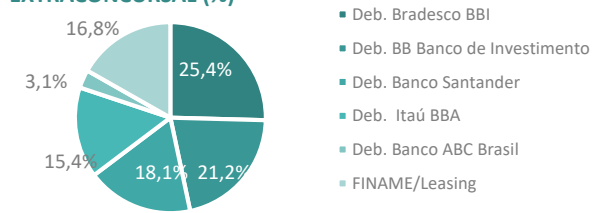
Quadro atual de credores: a dívida concursal é de R\$ 2,8B¹ sendo que R\$ 2,6B é de caráter quirografário fls. 10679

Credor	Saldo (R\$ M)	Valor acumulado (R\$ M)	# de cabeças	Representatividade por valor	Representatividade Acumulada
Extraconcursal	733,3	-	-	20,3%	-
Deb. Bradesco BBI	186,3	186,3	-	25,4%	25,4%
Deb. BB Banco de Investimento	155,6	341,9	-	21,2%	46,7%
Deb. Banco Santander	132,3	474,2	-	18,1%	64,7%
Deb. Itaú BBA	112,8	587,0	-	15,4%	80,1%
Deb. Banco ABC Brasil	22,7	609,7	-	3,1%	83,2%
FINAME/Leasing ²	123,6	732,7	-	16,8%	100,0%
Classe I (trabalhista)	171,2	-	4.756	4,8%	-
Classe II (garantia real)	104,4	-	-	2,9%	-
Deb. Bradesco BBI	26,1	26,1	-	25,0%	25,0%
Deb. BB Banco de Investimento	21,8	47,9	-	20,9%	45,9%
Ministério Público	19,0	66,9	-	18,2%	64,1%
Deb. Banco Santander	18,5	85,4	-	17,7%	81,8%
Deb. Itaú BBA	15,8	101,2	-	15,1%	96,9%
Deb. Banco ABC Brasil	3,2	104,4	-	3,1%	100,0%
Classe III (quirografários)	2566,6	-	-	71,2%	-
Deb. Bradesco BBI	314,8	314,8	-	12,3%	12,3%
Deb. BB Banco de Investimento	262,9	577,7	-	10,2%	22,5%
Deb. Banco Santander	223,6	801,3	-	8,7%	31,2%
Deb. Itaú BBA	190,6	991,9	-	7,4%	38,6%
Deb. Banco ABC Brasil	38,4	1.030,3	-	1,5%	40,1%
Controladoria Geral da União	574,7	1.605,0	-	22,4%	62,5%
ANAC	172,9	1.777,9	-	6,7%	69,3%
Aeroportos Brasil	166,2	1.944,1	-	6,5%	75,7%
CADE	135,1	2.079,2	-	5,3%	81,0%
Ivan Toledo	77,6	2.156,8	-	3,0%	84,0%
BTG Pactual	39,5	2.196,3	-	1,5%	85,6%
Demais ³	370,3	2.566,6	998	14,4%	100,0%
Classe IV (PMEs)	28,9	-	289	0,8%	-
<R\$ 55K ⁴	6,2	18,1	423/521	21,1%	-
Dívida total	[3.604,4]				

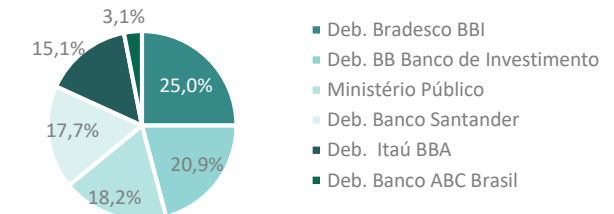
CONCENTRAÇÃO DE CREDITORES (%)



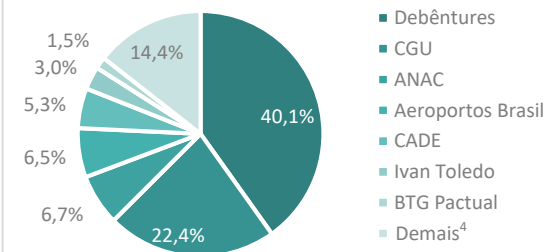
EXTRACONCORSAL (%)



CLASSE II (%)



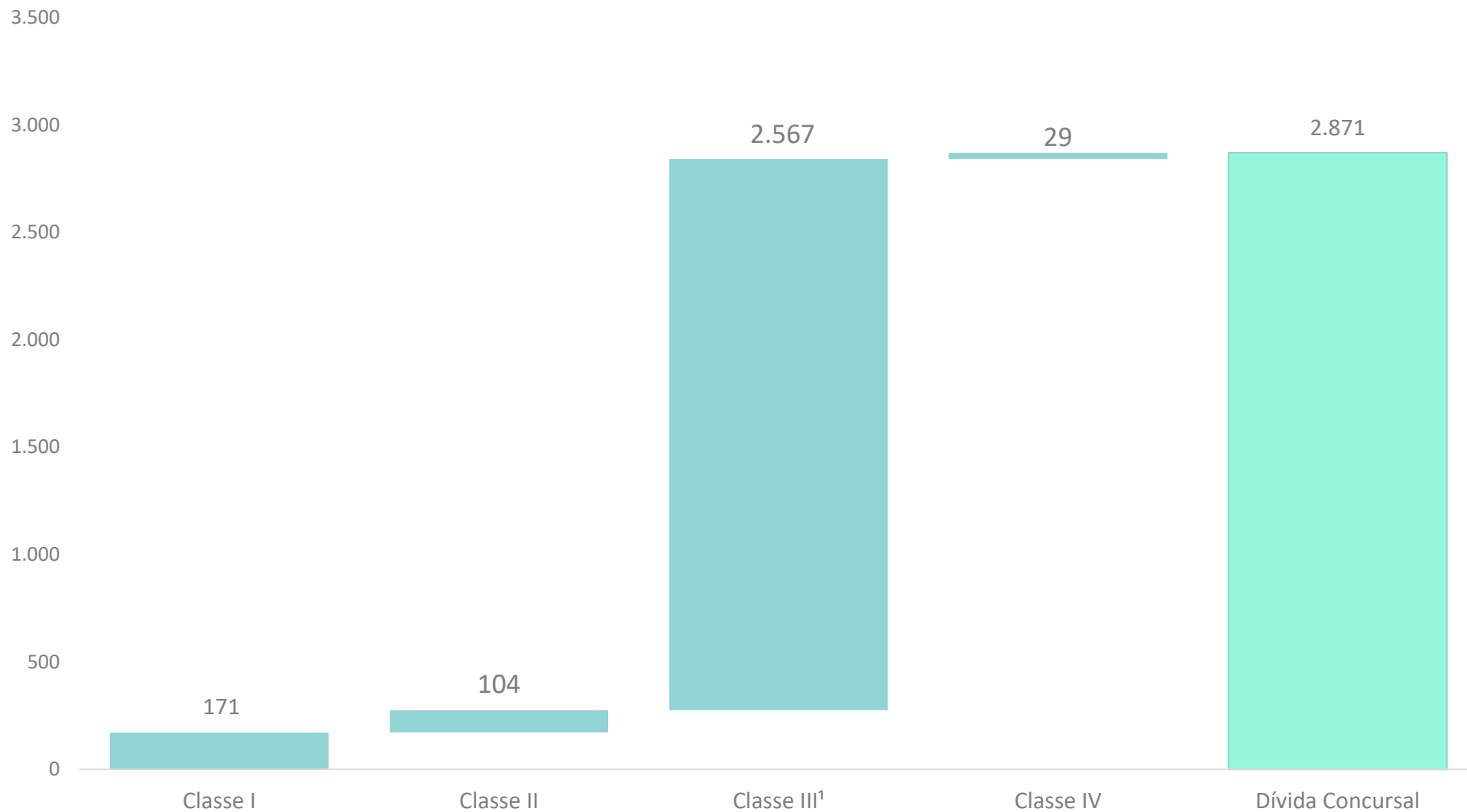
CLASSE III (%)



Notas: 1. Desconsiderando mútuos entre as empresas do grupo no valor total de R\$ 617,6M; 2. Valores coletados dos últimos balancetes analíticos @ 30/Jun/2017; 3. Média de 0,02% de representatividade, sendo os 7 maiores desses, 1% de representatividade cada; 5. Considerando os credores com dívida menor que a média de R\$ 55K

Fonte: Grupo UTC

Composição atual do Quadro Geral de Credores (R\$M)



Nota: 1. Não considera mútuos.

Fonte: Quadro Geral de Credores da companhia

06.

Anexos

- a) Credores
- b) Detalhamento dos claims**
- c) Premissas para o pagamento do passivo tributário

Detalhamento dos Claims³

Empresa	Local	R\$ M (UTC)	Montetização (ano)	Empresa	Local	R\$ M (UTC)	Montetização (ano)
Total		2.678					
Constran	VALEC Lote 4S	1,4	2020	QUIP	P-63 RIG	1,1	2018
Constran	DNIT SUL - LOTE 01	1,8	2020	UTC Eng	Consórcio UTC RIP CSA	0,1	2018
Constran	DNIT SUL - LOTE 02	1,1	2020	Constran	Pouso Alegre - Perimetral	3,7	2022
Constran	VALEC Lote 02	21,2	2020	UTC Eng	REFAP	15,9	2022
Constran	VALEC Lote 6	57,5	2020	UTC Eng	MACAÉ UO-RIO E MARLIM	2,4	2023
Constran	DNIT SUL - LOTE 01	80,0	2020	UTC Eng	TUC	1,1	2020
Constran	DNIT SUL - LOTE 02	18,4	2020	UTC Eng	TUC	14,9	2021
Constran	MACAÉ FIXAS	18,8	2020	UTC Eng	PIPE RACK	2,3	2021
UTC Eng	TECAB	30,8	2020	Constran	SÃO MANOEL	244,9	2024
UTC Eng	Aeroporto Feira de Santana	113,9	2020	Constran	SÃO MANOEL	-225,3	2024
UTC Eng	CALHA DO TIETE	24,6	2020	Constran	DER PIAUI	498	2025
Mape	CDP	10,4	2021	Constran	DER ACRE	20	2020
Constran	VALEC LOTE 11	1,4	2021	Constran	DER MARANHÃO	190	2020
Constran	VALEC LOTE 4S	1,3	2021	Constran	CHESF	46	2019
Constran	CODESP	211,4	2020	Constran	CHESF	230	2020
Constran	SATMA PXXV	10,5	2021	Constran	CHESF	13	2020
Constran	ITAMON	41,0	2021	Constran	DER MARANHÃO	17	2024
Constran	Osasco - Rochdale	0,3	2018	Constran	DERSA	83	2025
Constran	Ponte Rodo Ferroviária ⁴	265,1	2021	Constran	DERSA	5	2025
Constran	SBC - Mobilidade	7,2	2018	Constran	DER MARANHÃO	111	2023
Constran	SBC - Mobilidade	1,8	2018	Constran	DERSA	72	2020
Constran	SBC - Mobilidade	0,7	2018	UTC Eng	REFAP	675	2021
Constran	Lapa - Pirituba	0,4	2018				

Notas: 1. Laudo elaborado por Gonçalves e Bruno Sociedade de Advogados ("GBSA"), out17, aplicado desconto de 20% aos valores originais (premissa UTC); 2. Laudo elaborado por Hirashima & Associados ("Hirashima"), atualizado em out17; 3. Valores líquidos de impostos sobre receita e advogados corrigidos a respectivas datas de monetização; 4. Não considerado na soma total, pois esse possível precatório será utilizado para abatimento de impostos Federais. Fonte: Grupo UTC, GBSA e Hirashima

 Valores segundo laudo GBSA¹
 Valores segundo laudo Hirashima²

06.

Anexos

- a) Credores
- b) Detalhamento dos claims
- c) **Premissas para o pagamento do passivo tributário**

Passivo tributário

- Impostos federais:
 - ✓ Será considerada a adesão ao parcelamento ordinário no 23º mês após a homologação do plano de Recuperação Judicial
 - ✓ Os débitos federais poderão ser parcelados em 84 parcelas mensais e consecutivas, conforme disposto no artigo 10-A da Lei nº 10.522/2002 a seguir transcrito:

“Art. 10-A. O empresário ou a sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos com a Fazenda Nacional, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

I - da 1a à 12a prestação: 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento);

II - da 13a à 24a prestação: 1% (um por cento);

III - da 25a à 83a prestação: 1,333% (um inteiro e trezentos e trinta e três milésimos por cento); e

IV - 84a prestação: saldo devedor remanescente (...).”
 - ✓ Os juros de mora são equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”), conforme disposto no artigo 30 da Lei nº 10.522/2002
 - ✓ Os recebíveis do precatório referente ao pleito do projeto da Ponte Rodoferroviária será utilizado para compensar impostos federais da Constran quando este for monetizado²
- Impostos estaduais:
 - ✓ Poderão ser parcelados de acordo com a legislação de cada Estado
 - ✓ Como premissa geral, será considerado que haverá adesão a um parcelamento estadual no 23º mês após a homologação do plano de Recuperação Judicial, sendo o passivo pago em 60 parcelas mensais e consecutivas
 - ✓ Estão sendo considerados juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”).
- Impostos retidos de terceiros serão pagos à vista no 23º mês após a homologação do plano

Notas: 1. Tais premissas foram propostas pela equipe contábil e tributária da companhia (UTC) e foram validadas pelo assessor jurídico. Poderão sofrer alterações de acordo com a legislação vigente no momento da adesão aos planos de parcelamento. 2. De acordo com o laudo da GBSA, a previsão de monetização deste claim é no ano de 2021.

Fonte: Grupo UTC